

A Defesa Nacional



SETEMBRO
1955

NÚMERO
494

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

E

ESTUDOS BRASILEIROS

Ministério da Guerra

RIO DE JANEIRO

BRASIL

DIRETORIA ELEITA PARA O EXERCÍCIO DE 1955/1958

Diretor-Presidente

Gen. Rafael Danton Garrastazú Teixeira

Diretor-Secretário

Ten.-Cel. João Baptista Peixoto

Diretor-Gerente

Ten.-Cel. João Capistrano Martins Ribeiro

Conselho de Administração

Gen. Benjamin Rodrigues Galhardo

Gen. Djalma Dias Ribeiro

Conselho Fiscal

Gen. Nizo de Viana Montezuma

Cel. Aurélio Lyra Tavares

Cel. Aguinaldo José de Sena Campos

Suplentes

Cel. Augusto Fragoso

Cel. Antônio Carlos de Silva Muricy

Maj. Nilton Freixinho

211
1955/58

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, SETEMBRO DE 1955

N. 494

SUMÁRIO

CULTURA PROFISSIONAL

Págs.

| | |
|--|----|
| A dupla função do engenheiro militar — Gen. S.D. Sturgis Jr., Chefe da Engenharia do Exército Norte-Americano (Trad. do Exmo. Sr. General J. Valdetaro)..... | 3 |
| As polícias militares na União e nos Estados — Gen. Floriano Peixoto Keller | 9 |
| Os nossos Batalhões Rodo-Ferrovários — Major de Eng. Fernando A. Moreira Barbosa..... | 17 |
| O 222º R.I. do Exército japonês na defesa da ilha Biak — Ten.-Cel. Ubi-ratan Miranda..... | 25 |
| Problema da seleção e orientação profissional no Exército, com bases nos fundamentos biológicos, psicológicos e sociológicos da medida — Major Ayrton Rodrigues Xerez..... | 45 |
| As manobras militares do Exército português no ano passado (Transcrição da Revista "Defesa Nacional" daquele país)..... | 49 |

CULTURA GERAL

| | |
|---|----|
| José Bonifácio — Acadêmico Oswaldo Orico..... | 53 |
| O que Pernambuco está realizando com os seus fosfatos — Prof. Castro Barretto..... | 59 |
| A mudança da Capital e a reedivisão territorial, dois magnos problemas geopolíticos, contra os quais não se tem argumentos — Ten.-Cel. João Baptista Peixoto..... | 63 |
| A nova concepção da Geografia — Prof. Everardo Backheuser (Extrato de um Boletim Geográfico do IBGE)..... | 73 |

DIVERSOS

| | |
|--|----|
| Aspectos geográficos e históricos da província de Mato Grosso..... | 83 |
| Condições econômicas para expansão das indústrias de base em nosso país — Trechos da conferência pronunciada pelo Prof. Otávio Bulhões..... | 87 |
| Aspectos da vida rural brasileira (Publicação da Revista "Conjuntura Econômica")..... | 89 |
| Modelos de organização e trabalho as gran's manilhas pelo Exército — Dr. José Anastácio Vieira, Diretor do Serviço de Informação do Ministério da Agricultura..... | 95 |
| O Código de Justiça Militar Argentino — X — (Trad. do Gen. Niso de Vianna Montezuma) (Continuação)..... | 97 |

BRASILIANAS

| | |
|---|-----|
| Os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — Valor global dos 29 produtos agrícolas principais e área cultivada dos 10 primeiros — Eliminadas em 14 anos 78 milhões de sacas de café — Crescimento espetacular, o da capital bandeirante. Mapa da circulação do petróleo no mundo — Áreas petrolíferas da América Latina — A nossa atitude perante o capital estrangeiro — Deficiência de transportes para os centros consumidores, um dos principais entraves à circulação da riqueza | 105 |
|---|-----|

NOTICIÁRIO MILITAR

| | |
|---|-----|
| Novo tipo de avião, desenhado pelo famoso inventor Heinrich Carl Johann Focker, estaria sendo construído para a FAB — O Exército fabrica os seus canhões — Criação de novas Unidades de Engenharia Rodo-Ferrovárias — Experiências atômicas nos EE.UU. — A força aérea norte-americana — A zona especial de segurança do Contingente Americano, conforme ficou estabelecido na Conferência Internacional realizada no Rio de Janeiro em 1947 — Conceito do Presidente da República sobre a função das forças armadas..... | 111 |
|---|-----|

ATOS OFICIAIS

| | |
|--|-----|
| Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Exército, publicados nos Diários Oficiais do mês de julho do corrente ano..... | 125 |
|--|-----|

Porque se deve anunciar em "A DEFESA NACIONAL"

1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque :

- a) Ela circula em todos os Estados do Brasil ;
- b) Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes ;
- c) Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas ;
- d) Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.

2 — Se sua existência de 42 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra, recomenda "A Defesa Nacional" ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

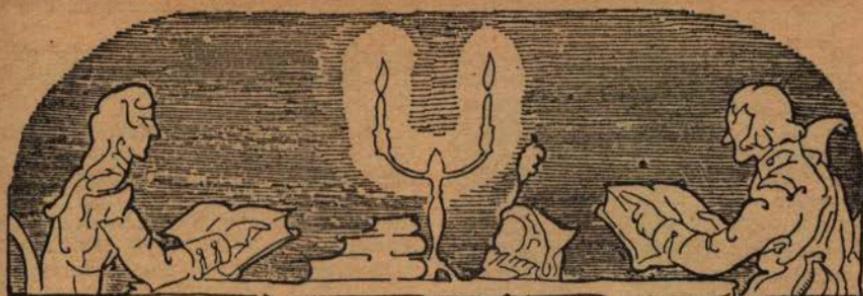
PREÇO DOS ANÚNCIOS

PARA TODO O BRASIL

Por publicação :

| | Cr\$ |
|---------------------|----------|
| Capa externa..... | 4.000,00 |
| Capa interna..... | 3.000,00 |
| Página inteira..... | 2.000,00 |
| Meia página..... | 1.000,00 |

ATENÇÃO — Os agenciadores de anúncios devem apresentar os respectivos cartões de identidade.



CULTURA PROFISSIONAL

A DUPLA FUNÇÃO DO ENGENHEIRO MILITAR

Gen. S.D. STURGIS JR.,

Chefe de Engenheiros do Exército Americano.

Traduzido do n. 312 da Revista "The Military Engineer", pelo Gen. J. VALDETARO.

Na guerra da Coréia, como em tôdas as guerras da nossa história, o soldado de engenharia ocupou o seu lugar ao lado do infante a quem normalmente êle apoia. E a principal diferença entre êles é que os soldados de engenharia, após o combate, descansam e em seguida retomam o seu programa de trabalhos de engenharia interrompido pela ação. O Chefe de Engenheiros aqui indica os predicados que um oficial de engenharia deve ter para se desincumbir de seu duplo dever de soldado e de engenheiro.

Um oficial de engenharia é chefe, autoridade, quando satisfaz a uma dupla exigência. Possui tôdas as condições de caráter e de conhecimento profissional necessárias a um oficial combatente. E em complemento, sabe usar o mais alto grau de sua habilidade, competência técnica e bom senso, em tôdas as diversas fases da aplicação da engenharia às operações militares e às obras públicas. Deve ser as duas coisas, soldado e engenheiro. Deve esforçar-se pela sua perfeição em ambos os campos. Um bom oficial, que não adquiriu os conhecimentos básicos de engenharia, não é melhor oficial de engenharia do que um engenheiro civil laureado, ao qual falte os predicados de um chefe militar.

QUALIDADES MILITARES

O Corpo de Oficiais do Exército instituiu e mantém uma linha de princípios morais que coloca a honra, o dever e a Pátria acima de tudo. O oficial deve, assim, estar sempre consciente de seu juramento e da confiança que nêle depositam o Presidente e a Nação.

Só se torna um oficial de valor, o indivíduo que desenvolve aquelas qualidades intrínsecas de honestidade, sacrifício e atenção ao dever que são próprias de um verdadeiro chefe.

Um oficial não é simplesmente um "civil fardado". Quando aceita sua nomeação, recebe também obrigações acima e muito além das dos demais cidadãos. Dêste momento

em diante, seu procedimento em público e seus interesses pessoais, passam a ser medidos por uma série de padrões bastante diferentes dos da vida civil; e aceitando, dessa maneira, sua nomeação, concordou, por sua espontânea vontade, obedecer a estes altos padrões.

Quanto aos padrões no Corpo de Engenheiros, convém acentuar que a perfeição pode ser o nosso único objetivo. É mister que haja aquêl natural desejo de dirigir com grande elevação moral e inexcedível coragem, bem como o de seguir o código de princípios morais escritos ou não, que o Corpo de Oficiais do Exército Americano tem constituído, durante o longo período de sua existência. As principais características dêste código são as definidas abaixo.

Caráter — A primeira componente do caráter é a verdade. Parece existir uma crescente tendência nos Estados Unidos para o uso de subterfúgios ou, como é hoje mais comumente referido, de expedientes. Sagacidade não é substituto de integridade. A palavra de um oficial deve ser sempre tão digna de fé como o foi o seu juramento: a verdade completa, mal grado as conseqüências.

A segunda qualidade de um oficial é desprendimento ou sacrifício. É a prática dêste princípio que distingue os oficiais que "dão um jeito" daqueles que obtêm resultados. O oficial que, calmamente, providencia para que seus homens sejam alimentados e devidamente abrigados durante um bivaque húmido e frio, antes dêle mesmo tocar em um pedaço de pão, está nesta categoria e seus soldados o seguirão com confiança.

A qualidade seguinte é integridade. Muitas vêzes a posição de um oficial oferece ensejo para negócios ilícitos ou ilegais. Estas tentações aparecem, com os presentes casuais oferecidos pelos contratantes e fornecedores, na admição de fundos e no uso pessoal de recursos e bens do Governo. Tais tentações existem virtualmente, em todos os setores de seu trabalho. A reputação do Corpo e os mais altos interesses dos

Estados Unidos estão, portanto, na dependência direta da integridade de seus oficiais.

Apresentação e procedimento — Um chefe deve mostrar-se um modelo no proceder, no uniforme e no espírito militar, para que seus homens lhe sigam instintivamente o exemplo. Se se apresenta alinhado, êles esforçar-se-ão em conservar muito bem seus uniformes; se é cortês, êles serão corteses; se é irreverente, êles serão também incívís. Se crê na sua própria capacidade de ação, terá sua inteira confiança. Os homens refletem tão bem o caráter de seu chefe, como um espelho reflete uma imagem.

Um particular cuidado deve ser dedicado ao estado físico. A razão principal do insucesso de muitos oficiais, que não logram alcançar altos postos, não é tanto a falta de conhecimentos ou competência, mas a falta de vigor físico e de boa saúde.

Uma fonte de grande apreensão é a relutância, em todos os postos, para aceitar e cumprir responsabilidades. Há uma tendência para coordenar até o ponto onde coordenação se converta em adiamento e o progresso desejado reduz-se a uma parada. A justa apreciação de um bom comando é medida pelo interesse com que os oficiais de seu comando, individual e coletivamente, manifestam seu desejo de aceitar encargos, e, sobretudo, de executá-los.

A maior diferença entre as principais características da vida militar e da vida civil, reside na posição dupla de um oficial, juiz e administrador ao mesmo tempo. Tem êle não só o direito de comandar, mas também o direito de punir. E, mais importante ainda, tem o oficial o dever não só de conduzir com eficiência a ação como também a abrigação de corrigir as imperfeições.

O último e não menos importante elemento, no procedimento de um chefe é o contrôle de si próprio. Um homem, que não pode reprimir suas emoções, não está preparado para dirigir outros homens, sob o peso da batalha ou a pressão impiedosa da guerra.

Recreação, camaradagem e alegria exprimem uma coisa; mas excesso de tolerância é coisa bem diferente. O perfeito oficial tem força de vontade bastante poderosa, para conter suas emoções, prove-nham elas de cólera, de medo ou de desejos.

PREDICADOS DO ENGENHEIRO

São indispensáveis todos os predicados exigidos para o oficial na sua função como um soldado. Há, porém, os outros predicados suplementares que todo oficial de engenharia deve possuir.

Nesta era de bombas atômicas, projetos dirigidos, lutas bacteriológicas, ataques de pára-quedistas e de unidades blindadas, surge, em todos os setores da atividade militar, intensas solicitações para uma tecnologia muito desenvolvida. O Corpo de Engenheiros, além de ser uma arma de combate, é também um serviço técnico e por isso seus oficiais devem ser competentes na ciência da Engenharia Militar.

Não existe um meio fácil para formar um bom engenheiro militar. A instrução contribui bastante, mas, só o oficial que adquirir predicados próprios de um chefe, estudar e aplicar continuamente os recursos técnicos e práticos da Engenharia, pode esperar tornar-se um engenheiro capaz de executar grandes projetos ou um perfeito comandante, frente às insuficiências de mão-de-obra, de material e de equipamento que freqüentemente embaraçam os engenheiros militares.

Deve fazer todo o esforço possível para freqüentar as escolas que puder, sejam elas quais forem, civis ou militares, desde que sirvam diretamente à sua profissão. Nas escolas há sempre ensino para estudar, sem a preocupação com outros trabalhos, com homens ou equipamentos.

É, de fato, uma das poucas oportunidades que o oficial terá para alguma reflexão e idéias criadoras. Terá mesmo a vantagem de aprender a conhecer e julgar muitos dos seus contemporâneos, homens que serão seus superiores imediatos, ou subordinados e amigos, durante

muitos anos a frente. Ensinar em curso militar é igualmente uma experiência valiosa. O oficial de engenharia não deveria, no entanto, permitir-se a si próprio tornar-se muito cedo um especialista em sua carreira. Os especialistas podem ser úteis e essenciais; contudo, a maior parte das grandes operações são variáveis em sua natureza e por isso mesmo, raramente comandados por especialistas. Aquêles que desejam alcançar os mais altos postos de comando precisa trabalhar para obter, tão cedo quanto possível, o mais largo cabedal de conhecimentos de sua própria profissão.

O engenheiro militar não pode se esquecer de que o Corpo é uma parte do Exército e esta é a única razão de sua existência. A confiança em si próprio e os mais notáveis padrões técnicos são objetivos essenciais a atingir. Mas é necessário lembrar-se, que sem uma genuína modéstia o Corpo falhará moralmente na sua missão. O Corpo deve ser um membro do conjunto do Exército tão competente como respeitado.

DESEMPENHO DE MISSÃO

Trabalhos civis — É necessário que todo o oficial de engenharia conheça e tenha real interesse e entusiasmo pelo programa de trabalhos civis do Corpo. Há muitas escolas com idéias sobre o desenvolvimento de nossos recursos naturais e hidráulicos e cada grupo tem sua própria orientação, sobre a maneira pela qual devem ser organizados estes trabalhos.

A razão principal e imperiosa que prevalece para manter o programa dos Trabalhos Civis do Corpo, segundo as linhas em que está presentemente constituído, é sua importância vital para a Defesa Nacional. Neste século da técnica, as futuras guerras serão cada vez menos precedidas de indícios do que têm sido até então. As armas a produzir e as instalações a construir serão cada vez mais complicadas. Haverá muito que fazer e pouco tempo disponível para realizá-lo. Em tal situação o primeiro e o maior obstáculo à mobilização será a cons-

trução. Enquanto não forem construídas as fábricas e as instalações necessárias à guerra, o futuro de nosso país estará nas mãos dos construtores. A solução ideal, para este problema, reside na preparação incessante de uma força de construção efetiva, grande e ao mesmo tempo flexível. Tal força pode ser baseada na atual organização dos trabalhos Cíveis do Corpo de Engenharia. Numa situação de emergência, como foi aquela de 1950, esta força de construção será rápida e facilmente dirigida para as construções militares e o programa poderá ser calma e rigorosamente executado.

Se, porém, as atividades construtivas do Corpo continuarem limitadas àquelas exigidas pelo programa de construções militares, quase insignificante, do tempo de paz, o Corpo voltará à situação análoga a do "Construction Quartermaster" (*) em 1940, quando esta organização foi convertida, de um dia para o outro, de um pequeno serviço de manutenção e de responsabilidade de novas construções de poucos milhões de dólares, para uma missão de construções militares em todo o país com extraordinária magnitude, alcançando a cifra de quatro bilhões de dólares. As dificuldades próprias de um órgão, resultantes de sua limitada capacidade e centralizada em Washington, em razão de uma economia de tempo de paz, bem como a falta de pessoal experimentado em cuidar de grandes empreitadas, tornaram impossível ao "Construction Quartermaster" (*) realizar sua tarefa. Felizmente, as Divisões e os Distritos dos Trabalhos Cíveis do Corpo de Engenharia estavam prontas para encarregar-se desse trabalho e completá-lo, com êxito, dentro do tempo previsto.

É incompreensível que as Divisões e Distritos dos Trabalhos Cíveis não possam ficar à disposição do Corpo de Engenharia e sob a direção do Exército e do Secretário da Defesa, para cumprir missões de

construção, no caso de outra guerra. Enquanto, parece até o momento, não existir nenhum plano de reorganização em estudos é esta uma possibilidade que deve preocupar seriamente aos oficiais do Exército, independentemente de sua arma. Todo oficial deve compreender perfeitamente a imensa importância dos Trabalhos Cíveis para a Defesa Nacional, a fim de estar em condições de esclarecer, a quem quer que indague, a razão pela qual o Corpo de Engenheiros precisa conservar esses encargos de natureza civil.

Economia — Todo engenheiro deve ter grande cuidado com a economia. E, particularmente, ao engenheiro militar, que pela natureza em si de seu trabalho e as condições que nos teatros de operações lhe são impostas, urge que saiba fazer o melhor uso possível dos materiais, do equipamento e da mão-de-obra à sua disposição. Em tempo de guerra tem, na verdade, limitados recursos em tudo, a exceção de sua própria habilidade. É fora do comum dispor o engenheiro militar de técnicos, materiais e equipamentos adequados e suficientes para executar os trabalhos de que fôr incumbido. Únicamente com sua competência e o uso judicioso e econômico do que fôr posto à sua disposição, pode esperar cumprir com feliz êxito a sua missão.

Tanto nas construções militares como nos trabalhos cíveis, o oficial de engenharia terá que gerir, direta ou indiretamente, fundos da Fazenda Nacional. Deve zelar por estes recursos com o mesmo interesse que teria se estivesse pessoalmente dirigindo o emprego de seu próprio capital. Desprezar uma oportunidade de poupar recursos, é esquecer-se de seus deveres de administrador. Pode e deve o dinheiro da Nação ser economizado através uma gestão eficiente e uma verificação do custo do trabalho, bastando para tal adotar-se um critério razoável nos projetos, um planejamento antecipado e proveitoso, uma manutenção apropriada e o exer-

(*) Antigo Serviço de Construções Militares existente em até 1941 no Corpo de Intendência.

cício consciencioso de sã autoridade.

Com a aplicação dos princípios aqui delineados é possível conseguir a combinação de uma direção entusiástica e uma segurança técnica que são características próprias dos oficiais do Corpo de Engenheiros.

A satisfação de servir à Pátria e a perfeita execução de seu trabalho são as melhores recompensas para um oficial de engenharia que segue exatamente as tradições do seu Corpo.

AOS COLABORADORES !

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FÓLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última fôlha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

Companhia
ELETRO QUÍMICA FLUMINENSE

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 290 — 7º And.

RIO DE JANEIRO

**A PRIMEIRA FABRICANTE DE CLORO E DERIVADOS
NO BRASIL**

ALGUNS PRODUTOS DE SUA FABRICAÇÃO :

**SODA CAUSTICA — CLORO LÍQUIDO — CLORETO
DE CAL (CLORÓGENO) — ÁCIDO CLORÍDRICO CO-
MERCIAL (ÁCIDO MURIÁTICO) — ÁCIDO CLORÍ-
DRICO ISENTO DE FERRO — ÁCIDO CLORÍDRICO
QUÍMICAMENTE PURO (PARA ANÁLISE P. E. 1,19) —
HIPOCLORITO DE SÓDIO — HEXACLORETO DE BEN-
ZENO EM : PÓS CONCENTRADOS, PÓ MOLHÁVEL,
ÓLEO MISCÍVEL**



PEÇAM AMOSTRAS, PREÇOS E DEMAIS INFORMAÇÕES A :

COMPANHIA ELETRO QUÍMICA FLUMINENSE

RIO DE JANEIRO :

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 290 — 7º And.

TELS. : 23-1582 E 23-1599

AS POLÍCIAS MILITARES NA UNIÃO E NOS ESTADOS

Gen. FLORIANO PEIXOTO KELLER
Diretor de Recrutamento

NA UNIÃO

Na Constituição vigente, compete à União:

Art. 5º — XV legislar sobre:

f) organização, instrução, justiça e garantias das polícias militares e condições gerais de sua utilização pelo Governo Federal — nos casos de mobilização ou de guerra.

Art. 183. As polícias militares, instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, são consideradas, como forças auxiliares, reservas do Exército.

Parágrafo único. Quando mobilizado a serviço da União em tempo de guerra externa ou civil, o seu pessoal gozará das mesmas vantagens atribuídas ao pessoal do Exército.

NOS ESTADOS

1 — Alagoas

Art. 39. Compete privativamente à Assembléa Legislativa, com a sanção do Governador do Estado:

VI — enviar à Assembléa, dentro de sessenta dias da abertura da sessão legislativa, a proposta do orçamento e a lei de fixação do efetivo da Polícia Militar do Estado.

Art. 150. A Polícia Militar do Estado é uma instituição permanente, reserva do Exército Nacional, organizada na forma determinada pela Constituição Federal, e destinada a manter a ordem e a segurança pública.

2 — Amazonas

Art. 22. Compete à Assembléa Legislativa, com a sanção do Governador do Estado:

IV — fixar anualmente o efetivo da Polícia Militar do Estado.

Art. 37. Compete privativamente ao Governador do Estado:

XVII — exercer a Chefia da Polícia Militar, administrando-a por intermédio dos órgãos competentes.

Art. 133. A Polícia Militar, nos termos da lei, cooperará na construção e conservação das rodovias inter-municipais.

3 — Bahia

Art. 28. São atribuições da Assembléa, além de outras previstas na Constituição:

V — fixar anualmente o efetivo da Polícia Militar e sua despesa.

Art. 81. Lei especial disporá sobre direitos e deveres da Polícia Militar, observados os princípios da Constituição e das leis federais.

Parágrafo único. Aos Sargentos da Polícia Militar é assegurado o direito de contribuírem para o Montepio do Estado.

Art. 82. Os Oficiais, Aspirantes, Sargentos e Soldados do Corpo de Bombeiros terão direitos e deveres análogos aos funcionários públicos, em tudo que não contrarie a natureza especial de suas funções, que serão reguladas em estatutos próprios.

Art. 83. Nenhum funcionário público ou autoridade policial, sob

pena de perda de cargo após inquérito administrativo em que será assegurada ampla defesa, poderá valer-se de suas funções para fins político-partidários.

4 — Ceará

Art. 18. São atribuições da Assembléa Legislativa, nos limites da competência do Estado, e com a sanção do Governador :

II — votar, anualmente, mediante proposta do Governador.

b) a fixação do efetivo da Polícia Militar.

Art. 162. A Polícia Militar do Estado é uma instituição permanente organizada pelo Estado, com base na hierarquia e na disciplina, respeitada a competência da União, nos termos do art. 5º, item XV, da alínea f), da Constituição Federal.

Parágrafo único. Compete à Polícia Militar, sob a Chefia e a livre disposição do Governador :

a) garantir a ordem e a segurança interna do Estado ;

b) colaborar na defesa do País, como força auxiliar e reserva do Exército ;

c) cooperar nos termos da lei, na construção e conservação das rodovias inter-municipais.

Art. 163. Não se incluem como unidade da Polícia Militar a Guarda Civil de Fortaleza, a Guarda de Trânsito e o Corpo de Segurança — cujo pessoal se rege pela legislação do funcionalismo público civil.

Art. 164. A Polícia Militar reger-se-á por Estatuto próprio, onde serão definidos os direitos, deveres e vantagens dos seus oficiais e praças, sendo-lhes extensivos os benefícios e proibições previstas no art. 160, ns. XII, XIII, XV, XVIII, XXV e XVI da Constituição.

5 — Espírito Santo

Art. 18. Compete à Assembléa Legislativa com a sanção do Governador :

V — votar a lei de fixação de efetivo da Polícia Militar.

Art. 61. A Polícia Militar do Estado é uma instituição permanente, destinada a manter a ordem e a segurança públicas.

§ 1º. A lei regulará sua organização, instrução, justiça e garantias e sua utilização como reserva do Exército, observado o art. 6º da Constituição Federal.

§ 2º. Nenhuma reforma será concedida no pôsto imediatamente superior, nem com proventos maiores que os da atividade.

6 — Goiás

Art. 20. Compete à Assembléa Legislativa, mediante a sanção do Governador do Estado :

V — votar a lei de fixação de efetivo da Polícia Militar.

Art. 164. A Polícia Militar, corporação obediente ao Governador do Estado, a quem fica diretamente subordinada, é instituição permanente, reserva do Exército e se destina à manutenção de ordem e segurança públicas.

Parágrafo único. Aplicam-se à Polícia Militar as disposições dos arts. 182 e seus parágrafos e 192 da Constituição Federal.

7 — Maranhão

Art. 27. Compete à Assembléa Legislativa legislar sobre as matérias da competência privativa, supletiva, ou completar do Estado, alterar e renovar as leis e, especialmente :

II — votar, anualmente, o orçamento da receita e da despesa, bem como a lei de fixação da Força Policial do Estado, cuja estrutura não poderá modificar durante o exercício a não ser por iniciativa do Governador.

Art. 59. Compete ao Governador, além das atribuições constantes de outros dispositivos da Constituição :

VIII — Chefiar a Força Policial do Estado e dela dispor para manutenção da ordem e segurança públicas, podendo aumentá-la, em casos excepcionais, ou de perigo emi-

nente, dando de tudo ciência à Assembléia.

Art. 128. A Fôrça Policial é uma instituição destinada a manter a ordem e a segurança públicas, e será organizada na forma da lei federal, como prescreve o art. 5º, n. XV, letra f), da Constituição da República.

8 — Mato Grosso

Art. 13. Compete à Assembléia com a sanção do Governador :

V — fixar anualmente o efetivo da Polícia Militar.

IX — legislar sôbre :

c) a polícia civil e, supletivamente, sôbre a polícia militar.

Art. 33. Compete ao Governador :

III — nomear e demitir os Secretários de Estado, Comandante da Polícia Militar e o Chefe de Polícia.

IV — prover os cargos civis e militares, observadas as restrições expressas na Constituição.

VII — chefiar a Polícia Militar e dispor da mesma para a manutenção da ordem.

XVI — conceder indulto, nos casos de penas disciplinares impostas aos oficiais da Polícia Militar.

Art. 136. A Polícia Militar, instituída para manter a segurança interna e assegurar a ordem no Estado, é considerada fôrça auxiliar e reserva do Exército Nacional, nos termos da Constituição Federal.

Parágrafo único. Compete também à Polícia Militar, cooperar nos termos da lei, na construção e conservação das rodovias estaduais e inter-municipais.

Art. 138. A organização, instrução, justiça de primeira instância e garantias da Polícia Militar, serão reguladas por Lei Federal, sem prejuízo da legislação estadual supletiva.

9 — Minas Gerais

Art. 24. Compete à Assembléia Legislativa, com a sanção do Go-

vernador, fazer, modificar e revogar as leis e, especialmente :

III — determinar o efetivo da Fôrça Policial.

XIV — legislar supletiva ou complementariamente nos casos do artigo 5º, n. XV, letras b), c), d), f), h), j) l), o) e r), da Constituição Federal.

Art. 51. Compete, privativamente ao Governador :

XI — exercer, diretamente ou por intermédio de órgãos de alto Comando, a chefia da Fôrça Policial.

10 — Pará

Art. 23. Compete à Assembléia, com a sanção do Governador :

j) legislar sôbre :

4) a organização da Polícia Militar, observados os preceitos da legislação federal (art. 5º, n. XV, letra f), da Constituição Federal).

Art. 42. Compete ao Governador :

VII — exercer chefia da Polícia Militar.

11 — Paraíba

Art. 30. Compete à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador :

III — fixar anualmente, o efetivo da Polícia Militar e sua despesa.

Art. 52. Compete ao Governador :

VII — dispor da Polícia Militar para preenchimento de suas finalidades.

Art. 71. A Polícia Militar, reserva do Exército, instituição permanente do Estado, destina-se à manutenção da ordem e da segurança públicas.

Parágrafo único. Como Corporação, a Polícia Militar é subordinada diretamente ao Govêrno do Estado, salvo nos casos previstos na Constituição da República.

Art. 72. Organizada sob a base de disciplina hierárquica e formada de Corpos e Serviços semelhantes aos do Exército, a Polícia Militar será constituída por alista-

mento voluntário de brasileiros natos.

Art. 73. Os membros da Polícia Militar poderão exercer funções civis, desde que não sejam incompatíveis com a sua missão.

12 — Paraná

Art. 23. Compete à Assembléa Legislativa, com a sanção do Governador do Estado :

V — Votar a lei de fixação de efetivo da Polícia Militar do Estado.

Art. 48. Compete privativamente ao Governador :

V — prover os cargos públicos civis e militares, na forma da lei e com as ressalvas estatuidas pela Constituição.

Art. 170. A Polícia Militar, como força auxiliar e reserva do Exército, é destinada à segurança interna e manutenção da ordem em todo o território do Estado.

13 — Pernambuco

Art. 28. Compete à Assembléa Legislativa, com a sanção do Governador :

III — fixar anualmente o efetivo da Polícia Militar do Estado e sua despesa, e legislar sobre sua organização, observada a legislação federal a respeito.

Art. 68. Compete ao Governador :

XII — dispor da Polícia Militar do Estado para integral e perfeito preenchimento de seus fins.

Art. 172. É da competência exclusiva do Estado a função de policiamento, não sendo permitido a particulares a organização ou aliciamiento de pessoas com fins policiais.

Art. 173. A Polícia Militar é instituição permanente do Estado, subordinada imediatamente ao Governador, e organizada de acordo com as diretrizes da União, dada a sua qualidade de força auxiliar, reserva do Exército.

Art. 174. O Comandante Geral é de livre escolha do Governador, que deve fazê-la recair em Te-

nente-Coronel da própria força, com o curso de aperfeiçoamento ou de formação, ou em oficial superior do serviço ativo do Exército, com o curso da Escola de Armas.

Parágrafo único : o oficial escolhido para o comando será consessionado no posto mais elevado da corporação.

Art. 175. Compete à Polícia Militar do Estado :

I — garantir precipuamente a segurança interna e a manutenção da ordem no Estado, e eventualmente, a do país, em colaboração com as demais forças nacionais.

II — assegurar o exercício das funções de polícia, na conformidade das leis referentes à organização de segurança do Estado.

14 — Piauí

Art. 37. Compete privativamente à Assembléa Legislativa fazer as leis, modificá-las e revogá-las, com a sanção do Governador nos limites das atribuições conferidas ao Estado pela Constituição Federal.

7) fixar anualmente o efetivo da Polícia Militar.

Art. 66. Compete privativamente ao Governador do Estado :

13) dispor da Polícia Militar para manutenção da ordem e da segurança públicas.

Art. 155. A Força Policial do Estado que tomava a denominação de Polícia Militar, considerada força auxiliar, reserva do Exército, nos termos da Constituição Federal, é uma instituição armada, permanente, organizada com base na hierarquia e na disciplina, subordinada ao Governador do Estado, dentro do limite da lei.

Art. 156. A Polícia Militar compete :

a) garantir a segurança interna e a manutenção da ordem em todo o território do Estado.

b) garantir o cumprimento da lei, integridade das instituições e o exercício dos poderes legalmente constituídos.

c) atender à convocação do Governo Federal.

d) cooperar nos termos da lei, na construção e conservação de rodovias inter-municipais.

Art. 165. Cabe ao Governador a escolha do Comandante Geral da Polícia Militar, observadas as exigências da legislação federal.

Art. 167. Só se permite a verificação de praça a quem prove não ser analfabeto.

15 — Rio Grande do Norte

Art. 20. Compete à Assembléa Legislativa mediante sanção do Governador:

II) votar anualmente:

b) a lei de fixação do efetivo da Polícia Militar.

XV) legislar supletiva ou complementarmente, sobre matérias constantes do art. 5º alíneas XV, letras b), c), d), f), h), j), l), o) e r) da Constituição Federal.

Art. 136. A Polícia Militar é uma instituição permanente, destinada a manter a ordem e a segurança públicas e diretamente subordinada ao Governador.

Parágrafo único. Em estatuto especial será regulada a sua utilização como reserva do Exército, observado o disposto no art. 6º da Constituição Federal.

16 — Rio Grande do Sul

Art. 45. Compete à Assembléa Legislativa, com a sanção do Governador:

II) votar anualmente:

b) a lei de fixação do efetivo da Brigada Militar.

Art. 87. Compete ao Governador do Estado:

VII — prover, com as ressalvas da Constituição e na forma da lei, os cargos públicos civis e os postos militares, declarar-lhes a vacância e baixar todos os atos referentes à administração do pessoal.

Art. 221. A Brigada Militar, instituída para segurança interna e manutenção da ordem no Estado, e organizada à base da hierarquia e disciplina, é considerada força auxiliar e reserva do Exército, nos

têrmos da Constituição da República.

Art. 222. O Comandante da Brigada será de livre nomeação e demissão do Governador, na forma que a lei estabelecer.

Art. 223. No interesse do Estado é permitido atribuir à Brigada o Policiamento civil, a prevenção do incêndio e combate ao fogo e outros encargos condignos, estabelecidos em lei.

Art. 224. A organização, instrução, justiça e garantias da Brigada Militar são reguladas por lei federal, sem prejuízo da legislação estadual supletiva ou complementar.

Art. 227. O pessoal da Brigada Militar reger-se-á por estatuto próprio.

17 — Rio de Janeiro

Art. 21. Compete à Assembléa Legislativa, com a sanção do Governador:

V — votar a lei de fixação do efetivo da Polícia Militar.

Art. 40. Compete, privativamente ao Governador:

XIII — Exercer o comando superior da Polícia Militar.

Art. 162. A Polícia Militar do Estado é uma instituição permanente reserva do Exército Nacional, organizada nos termos da Constituição Federal e destinada a manter a ordem e a segurança públicas.

Parágrafo único. Os direitos, deveres e vantagens dos Oficiais e praças da Polícia Militar serão definidos por lei, na forma determinada no art. 5º, n. XV, letra f) da Constituição Federal.

18 — Santa Catarina

Art. 21. Compete à Assembléa, com a sanção do Governador, fazer leis, alterá-las, revogá-las e especialmente:

III — votar a lei de fixação do efetivo da Polícia Militar.

XII — legislar sobre:

c) A Polícia Militar.

Art. 52. Compete ao Governador do Estado :

X — dispor da Polícia Militar para as necessidades da administração e manutenção da ordem.

XXI — conceder indulto a Oficiais e Praças da Polícia Militar.

XXIV — pedir ao Governo da União o auxílio da Força Federal.

Art. 202. A Polícia Militar, organização policial-militar essencialmente obediente ao Governo do Estado, é instituição permanente, destinada à manutenção da ordem e da segurança públicas com base na hierarquia e na disciplina, respeitada a competência da União nos termos do art. 5º, item XV, alínea f) da Constituição Federal.

Art. 203. — Cabe ao Governador a escolha do Comandante da Polícia Militar.

Art. 207. A Polícia Militar regular-se-á por estatuto próprio, onde serão definidos os direitos, deveres e vantagens dos oficiais e praças, respeitados os princípios da Constituição e a que mais, sobre o assunto, dispuserem as legislações federal e estadual.

19 — São Paulo

Art. 20. Compete à Assembléia Legislativa com sanção do Governador dentro dos limites conferidos ao Estado pela Constituição Federal e especialmente :

e) fixar anualmente o efetivo da Força Pública.

Art. 43. Compete ao Governador :

g) prover os cargos civis e militares, ressalvadas as restrições expressas na Constituição.

p) anular, relevar ou atenuar punições impostas aos Oficiais e praças da Força Pública, na forma do respectivo regulamento disciplinar.

Art. 148. A Força Pública, corporação militar essencialmente obediente ao Governo do Estado, é instituição permanente destinada à manutenção da ordem e segurança públicas.

20 — Sergipe

Art. 34. Compete à Assembléia com a sanção do Governador do Estado :

N. 7 — fixar anualmente o efetivo da Polícia Militar.

Art. 55. Compete ao Governador do Estado :

VIII — exercer o comando supremo da Polícia Militar do Estado e mobilizá-la nos casos de greve, perturbação da ordem pública.

XVII — comutar penas disciplinares de oficiais e praças da Polícia Militar do Estado.

Art. 193. A Polícia Militar, instituída para a segurança interna e a manutenção da ordem no Estado, é considerada força auxiliar e reserva do Exército Nacional, nos termos da Constituição Federal.

Art. 194. A Polícia Militar é organizada com base na hierarquia e na disciplina, formada por alistamento voluntário, de brasileiros natos e constituída de serviços e corpos semelhantes aos do Exército, pela forma que a lei federal estabelecer, e de unidades especiais destinadas ao desempenho de funções policiais.

Art. 196. Cabe ao Governador a escolha do Comandante da Polícia Militar, cujas funções serão exercidas em comissão.

Art. 197. Os Oficiais e Praças da Polícia Militar têm foro especial nos delitos militares e serão punidos com as penas estabelecidas no Código Penal Militar em vigor. Parágrafo único. São órgãos da Justiça Militar Estadual, de primeira instância, os Conselhos de Justiça, e de segunda instância, o Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 198. Os oficiais e praças da Polícia Militar, terão assistência jurídica dada pelo Estado sempre que da mesma necessitarem, em face da árdua missão de mantenedores da ordem e da segurança públicas.

Art. 202. A Polícia Militar regular-se-á por regulamento próprio, onde serão definidos os direitos, deveres e vantagens de seus oficiais e praças.

CONCLUSÃO

Examinando-se atentamente os dispositivos constitucionais e os quadros referentes às Polícias Militares, verifica-se:

1º. Nem tôdas têm a mesma denominação.

Em São Paulo é Fôrça Pública e no Rio Grande do Sul é Brigada Militar.

2º. Além da missão normal, de manter a ordem e a segurança públicas, umas se destinam ainda a construção e conservação das rodovias estaduais e inter-municipais, enquanto que a outras pode ser atribuída a missão de combate ao fogo e prevenção contra incêndio.

3º. Quanto à organização são extremamente diferentes; idem quanto aos efetivos.

4º. Tôdas estão sob a chefia direta do Governador do Estado.

5º. A organização do Comando é diferente.

6º. Umhas possuem escolas de formação de oficiais, enquanto que outras não.

7º. Algumas solicitam matrículas na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, enquanto que outras não.

8º. Algumas regem-se por Estatuto próprio, enquanto que outras não.

9º. As tabelas de vencimentos são as mais dispares, variando quase sempre com a receita geral prevista para cada Estado.

10. As Polícias Militares, instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, consideradas fôrças auxiliares do Exército, precisam ser enquadradas no art. 5º, item XV e alínea f), da Constituição Federal.

**SANDOZ**

ANILINAS, PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACEUTICOS S.A.

RIO DE JANEIRO
AVENIDA CHURCHILL, 129
TELEFONE. 32 - 1197

SÃO PAULO
RUA BARÃO DE CAMPINAS, 355
TELEFONE: 51 - 2164

O EMBLEMA DO SEGURO DO BRASIL



A MÁXIMA GARANTIA EM SEGUROS

Cr\$ 904.150.965,60

De indenizações até 1954

INCÊNDIO, TRANSPORTE, ACIDENTES DO TRABALHO, ACIDENTES PESSOAIS, HOSPITALAR OPERATÓRIO, AUTOMÓVEIS, FIDELIDADE, RESPONSABILIDADE CIVIL E LUCROS
CESSANTES

OS NOSSOS BATALHÕES RODO-FERROVIÁRIOS

INSTRUMENTOS DE AÇÃO GOVERNAMENTAL

Maj. de Eng. FERNANDO ALLAH MOREIRA
BARBOSA

O tema do emprêo da Engenharia Militar em trabalhos de interesse coletivo tem sido motivo, freqüentemente, de acalorados debates entre nós.

Infelizmente, tais debates nem sempre se têm situado no elevado clima de compreensão e entendimento que, segundo nos parece, deveria orientá-los.

Conseqüentemente, afigura-se-nos oportuno tecer alguns comentários sobre o acervo de trabalhos que essas unidades já incorporaram ao patrimônio nacional, em meio século de trabalho anônimo e profícuo, a fim de proporcionar, aos companheiros estranhos à Engenharia, uma base objetiva e desapaixonada de raciocínio.

Com essa finalidade, vamos nos limitar a mostrar como essas unidades se têm revelado eficientes instrumentos de ação governamental, limitando nossos comentários ao mínimo indispensável à situação das obras realizadas no quadro geral da conjuntura nacional. Procuremos, sobretudo, alinhar fatos, deixando as conclusões a cargo dos leitores da "A Defesa Nacional", sempre tão generosos e pacientes.

A nossa dilatada base territorial sempre provocou a dispersão dos recursos governamentais, insuficientes para a realização simultânea de todos os trabalhos de interesse coletivo, indispensáveis à neutralização do centrifugismo das regiões periféricas, à aceleração da circulação econômica, social e política e à integração efetiva dos núcelos demográficos dispersos. Por outro la-

do, o papel histórico representado pelo Exército em nossa Pátria, onde sempre se revelou corporação dotada de arraigado sentimento nacionalista e de devotamento ao bem público, o indicado como o mais lógico instrumento da ação governamental no sentido da consecução desses objetivos nacionais.

São relativamente bem conhecidos os trabalhos realizados pelo Marechal Rondon, cuja comissão militar, destinada à construção de linhas telegráficas, ultrapassou em muito o âmbito da missão que lhe fôra confiada, constituindo-se eficiente veículo da integração social do elemento autóctone.

Já os trabalhos das unidades de Engenharia, embora de muito maior vulto e de inestimável repercussão no nosso desenvolvimento econômico e no equacionamento de nossos problemas de segurança nacional, são menos conhecidos do grande público.

Provavelmente, para isso tem corrido a acentuada aversão dos militares por tudo quanto apresente aspecto de publicidade, uma vez que o amor ao "segredo" é, sem dúvida, uma característica da psicologia militar.

Entretanto, as unidades da Engenharia Militar, pelos trabalhos que têm realizado em proveito da coletividade, bem merecem o aprêço e a gratidão do povo brasileiro, cujo bem-estar e progresso têm sido os constantes objetivos desses empreendimentos, como nos propomos demonstrar, nesta síntese rápida e incompleta.

Como veremos a seguir, desde o alvorecer da era republicana, em nossa Pátria, nenhuma realização de vulto se tem concretizado, no setor da técnica de Engenharia, sem que dela não tenha participado a Engenharia Militar, em íntima e proveitosa cooperação com sua irmã civil, ambas orientadas, tão somente, no sentido de dotar o país de uma adequada rede de vias de comunicações e de organizações industriais à altura dos reclamos da segurança nacional.

Creemos não ser destituída de fundamento a idéia de que, ao lançar mão da Engenharia Militar, para a concretização de obras de interesse público, haja nosso Governo sido influenciado pelo exemplo de outros países, que já haviam lançado mão desses meios de ação governamental, notadamente a França e os Estados Unidos.

A França, na época da consolidação de seu império colonial, no norte da África e no sudeste da Ásia, que coincidiu com a expansão industrial da metrópole, em consequência da revolução industrial do século XIX e com a fase de recuperação nacional, após a guerra franco-prussiana de 1870, não podia destacar vultosos recursos de sua engenharia civil para trabalhos inadiáveis nos territórios de além-mar. Em tais circunstâncias, está claro que se impunha, como solução mais viável, o apelo à Engenharia Militar, que foi feito de maneira intensa e proveitosa.

Ainda recentemente, depois de deflagrada a guerra civil na Indochina, a "Revista de Engenharia Militar" francesa continuava a divulgar aspectos dos trabalhos do Serviço de Engenharia da Indochina, órgão militar, cujas atividades se processam através do enquadramento da mão-de-obra civil local.

Ainda em um de seus números do ano passado, a mesma publicação nos relatava as atividades de uma companhia de Engenharia de combate francesa, no setor das vias de transporte, na colônia africana de Madagascar.

Nos Estados Unidos, logo após a Guerra da Independência, era no-

tória a deficiência de técnicos abalizados, sobretudo, dado o vulto dos trabalhos inadiáveis a serem executados. Ali, os problemas de navegação e de combate às enchentes periódicas no vale do Mississipi orientaram o esforço da Engenharia Militar para o setor de Portos, Rios e Canais e até hoje, já decorrido mais de um século, o "Corps of Engineers" continua sendo o responsável máximo por todos os empreendimentos nesse setor. A proficiência de sua atuação é reconhecida por todos e ninguém ousa disputar-lhe a primazia nem a liderança, nesse importante ramo dos trabalhos públicos.

Com os precedentes acima, e em vista da indiscutível influência que esses dois países sempre exerceram no Brasil, era inevitável que nosso Governo também fosse levado a empregar a Engenharia Militar em trabalhos de interesse geral, quando o ritmo, sempre crescentemente acelerado de nosso desenvolvimento, começou a demonstrar a anadiabilidade de certas obras, para cuja realização os meios civis se mostravam insuficientes.

Já nos referimos, anteriormente, à Comissão de construção de linhas telegráficas, chefiada pelo Marechal Rondon. E, dada a importância da ligação das diversas províncias à sede do governo central, por meio do telégrafo, foi ainda nesse setor que foi chamado a atuar uma unidade de engenharia, o 2º Batalhão de Engenheiros, criado, por desmembramento de uma ala do 1º Batalhão de Engenheiros, através do decreto de 24 de abril de 1889. Estávamos, então, na época do império e não existia ainda a Arma de Engenharia. Entretanto, o 1º Batalhão de Engenheiros já havia mostrado nos campos de batalha do Paraguai o valor indiscutível da nova arma que surgia: seus feitos, tanto como elemento de trabalho (estrada do Chaco), como na qualidade de força combatente (defesa da ilha da Redenção) já o haviam recomendado ao reconhecimento da Pátria e do Governo Imperial, que conferiu à sua bandeira

a comenda do Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro.

Logo após sua criação, o 2º Batalhão de Engenheiros teve suas suas missões ampliadas, pois os imperativos da segurança impunham a rápida expansão da rede ferroviária do Rio Grande do Sul, sobretudo nas regiões limítrofes com nossos vizinhos do Prata.

Data daí o concurso das unidades de Engenharia na solução dos nossos problemas de viação e, desde então, essa cooperação nunca mais foi interrompida. A operosidade desse 2º Batalhão de Engenheiros que, através de várias denominações, é hoje o 1º Batalhão Ferroviário, devemos a construção de muitos trechos de ferrovia, de inegável significação para a segurança nacional e para a circulação da produção do Estado do Rio Grande do Sul. Esses trechos são:

Jaguari-Santiago do Boqueirão-São Borja, que levou os trilhos brasileiros à nossa fronteira com a Argentina, nas barrancas do rio Uruguai, em frente à localidade argentina de São Tomé, onde também chegam os trilhos da rede ferroviária da nação vizinha. Cabe ressaltar, em relação a esse trecho ferroviário, que dada a sua articulação com o restante do sistema ferroviário gaúcho, é ele o principal escoadouro da produção agrícola no noroeste do Rio Grande do Sul, região produtora de cereais, inclusive trigo.

Os trechos Santa Maria-Cacequi-Uruguaiana e Cacequi-Santana do Livramento, duas artérias vitais do sistema ferroviário gaúcho, cuja significação econômica de há muito ultrapassou sua importância estratégica, embora essa seja iniludível, visto tratar-se de linhas férreas que vão terminar sobre nossa linha fronteira com a Argentina (Uruguaiana) e o Uruguai (Santana do Livramento).

O trecho ferroviário Dom Pedrito-Santana, de conclusão relativamente recente, completou a segunda penetrante da rede do Rio Grande do Sul, que vai de Pelotas a Quarai, passando por Bagé, Dom Pedrito e Santana.

Além desses trechos, cuja extensão global atinge a quase 1.000km, e que vieram dar ao Rio Grande do Sul uma das melhores redes ferroviárias do Brasil, ainda construiu o 1º Batalhão Ferroviário o trecho Pelotas-Cangussú, que se devia prolongar até Santa Maria, mas cuja conclusão foi suspensa em Cangussú, em virtude de imposições do Plano de Viação Nacional.

Atualmente, o 1º Batalhão Ferroviário está empenhado na conclusão de uma antiga missão, a conclusão do trecho ferroviário Santo Ângelo-São Luís-Cêrro Azul, mas está com a maioria de seus meios empenhada na terminação do T.P.S. (Tronco Principal Sul). Para se desempenhar dessa transcendente missão, sobre a qual voltaremos a falar adiante, o Batalhão executou um deslocamento de perto de 500 quilômetros, transferindo sua sede de Santiago do Boqueirão para Bento Gonçalves, o que veio demonstrar a extrema flexibilidade de que são dotadas as unidades desse tipo, o que amplia, grandemente o campo de seu emprêgo. A missão remanescente da construção do trecho São Luís-Cêrro Azul foi confiada a uma companhia destacada, o que é outra demonstração de flexibilidade, capacitando as unidades de construção ao desempenho simultâneo de missões múltiplas, mediante o recurso do emprêgo de sub-unidades destacadas.

Não obstante o grande acêrvo de trabalhos já executados, não só o 1º Batalhão Ferroviário vem emprestando sua valiosa cooperação à execução de obras de engenharia de interesse coletivo, embora seja ele o que, por sua antiguidade, possui o maior número de missões já concluídas. Foi, precisamente, o exemplo de sua eficiência que levou o Governo federal a multiplicar o número das unidades de construção e atribuir-lhes novas e importantes missões.

Em 1934, os dirigentes do Exército nacional se aperceberam de que a organização da Arma de Engenharia não condizia com as necessidades da instrução nem da administração. Os Batalhões de En-

genharia da época, compostos de subunidades heterogêneas (uma de sapadores, uma de transmissões e uma de pontoneiros) eram organizações pouco flexíveis, de administração complexa e provocam a dispersão do nosso diminuto material de transmissões e de pontes. Foi resolvido, então, reorganizar-se a Engenharia sob a forma de unidades homogêneas, de acordo com os setores de atividades da Arma. Assim, as companhias de sapadores de todos os Batalhões foram reunidas em apenas quatro delas, que, mediante a criação de novas subunidades da mesma espécie, passaram a constituir os 1º, 2º, 3º e 4º Batalhões Sapadores; as companhias de pontoneiros foram agrupadas em dois Batalhões dessa especialidade e as de transmissão deram lugar ao aparecimento de um Batalhão de Transmissões e de três companhias independentes de transmissões. O 1º Batalhão Ferroviário continuou com a organização tradicional e, além dessas, foi organizada, também, uma companhia-escola de sapadores.

Na vigência dessa organização, dois Batalhões de Sapadores foram, desde logo, empenhados na construção de rodovias: o 1º de Sapadores recebeu a missão de continuar a construir a rodovia, Pôrto União-Palmas-Dionísio Cerqueira, que já vinha sendo executada pelo antigo 5º BE, e o 4º a rodovia Aquidauna-Jardim-Bela Vista.

Teoricamente, esses Batalhões deviam continuar com seus encargos militares, simultaneamente, com os trabalhos de construção.

O regime de trabalho então adotado foi o de dar-se instrução militar durante três dias da semana, e construir estrada durante outros três. Os resultados não foram bons; os trabalhos de construção eram absorventes e exigiam continuidade, de modo que a instrução foi sendo, aos poucos, relegada a segundo plano, com graves inconvenientes para a formação das reservas da arma.

Decidiu o Governo, então, aceitar a situação de fato criada e, em vista

da importância de que se revestia, para o país, a construção de vias de transporte, resolveu transformar os batalhões de sapadores em batalhões rodoviário. Tais unidades se destinariam, precipuamente, aos trabalhos de construção e não incorporariam conscritos; recebiam, todos os anos, por transferência, um contingente de praças mobilizáveis, proveniente de outras unidades. Tais contingentes eram, em sua maior parte, compostos de praças formadas em unidades de outras armas, de modo que poucos eram os trabalhos de que se podiam encarregar, em uma unidade de Engenharia. Com o tempo, esses contingentes foram sendo destinados, quase exclusivamente, às missões de polícia militar, nas zonas de trabalho dos batalhões, embora alguns soldados mais inteligentes ou mais interessados, se hajam transformado em excelentes operadores de instrumentos, desenhistas, mestres de obras, etc.

Do ponto de vista técnico, porém, a organização se revelou extremamente eficiente: as Unidades se especializaram, rapidamente, adquiriram tirocinio e incorporaram ao seu patrimônio um valioso acervo de normas e de processos técnicos. As estradas construídas nessa época apresentavam boas condições técnicas e, em sua maioria, representaram valiosa contribuição ao desenvolvimento econômico dos Estados sulinos.

Foi nessas condições que o 1º Batalhão Rodoviário construiu a rodovia Curitiba-Capela da Ribeira, que permitiu a ligação rodoviária entre São Paulo e Curitiba, pela qual, logo depois, começaram a trafegar linhas regulares de ônibus interestaduais. O mesmo batalhão construiu ainda a ligação Curitiba-Joinville que, com o aproveitamento de trechos de rodovias estaduais, prolongou a ligação São Paulo-Curitiba até Florianópolis e, pouco depois, pelo litoral, até Pôrto Alegre. Concretizou-se, assim, pelo trabalho profícuo das unidades de construção do Exército, nossa primeira ligação rodoviária entre a Capital da República e o Sul do país.

Enquanto isso, os 2º e 3º Batalhões Rodoviários se empenhavam, intensamente, na construção de um adequado tronco rodoviário, que ligasse o planalto catarinense a Pôrto Alegre; o 2º Batalhão Rodoviário teve a seu cargo o trecho Lages-Passo do Socorro e o 3º foi engajado no trecho Vacaria-Passo do Socorro, enquanto os órgãos civis do Ministério da Viação atacavam o trecho Pôrto Alegre-Caxias do Sul-Vacaria. Essa ligação fazia parte da antiga rodovia Presidente Vargas, hoje denominada de BR-2.

Por volta de 1940, a ligação Lages-Pôrto Alegre foi aberta ao tráfego e nela se estabeleceram, sem demora, linhas comerciais de ônibus e caminhões de carga, criando situação de amplo desafio para a economia do planalto catarinense.

Concluídas essas missões novas obras foram atribuídas a essas duas unidades do Exército; o 2º Batalhão Rodoviário foi encarregado de melhorar e revestir a rodovia Rio do Sul-Lages, a fim de permitir uma eficiente ligação entre a capital catarinense e os municípios do planalto, enquanto o 3º recebeu o encargo da construção da transversal Vacaria-Lagoa Vermelha-Passo Fundo, que poria em ligação, pelo planalto, os eixos rodoviário e ferroviário.

Entretanto, dia a dia se fazia sentir, com maior intensidade, a premissa de uma eficiente ligação ferroviária entre o centro e o sul do país. A velha São Paulo-Rio Grande, de deficientes condições técnicas, grande desenvolvimento e pequena capacidade de tráfego, já não podia atender aos reclamos do desenvolvimento econômico da nação e constituía sério obstáculo ao equacionamento objetivo de nossos problemas de segurança nacional. Impunha-se, portanto, a duplicação do eixo existente, mediante a construção de um outro que apresentasse melhores condições técnicas e permitisse uma corrente de transporte mais volumosa.

A idéia, aliás, não era nova. Já em 1919, a Inspetoria Federal de Estradas de Ferro estudara um traçado que, galgando as alturas da

Serra do Espigão, poria em comunicação direta as estações ferroviárias de Mafra, em Santa Catarina e Caxias do Sul. Por motivos econômicos, políticos e administrativos, porém, a obra não fôra ainda iniciada e, entretantes, a técnica ferroviária evoluiria grandemente, de modo que o traçado projetado já não satisfazia as condições aconselhadas pela técnica mais adiantada.

Por outro lado, era o Estado-Maior do Exército que, com mais insistência, propugnava pela construção desse eixo, de vez que a zona a ser atravessada era, praticamente, deserta e desprovida de significação econômica, salvo no tocante a exploração dos pinheirais nativos.

Decidiu-se, portanto, que também essa estrada ficaria a cargo do Exército e, para sua realização, foi criado, em 29 de julho de 1938, o 2º Batalhão Ferroviário, sediado em Rio Negro, no Estado do Paraná, ao qual foi entregue, a título informativo, o antigo projeto de 1919. Este, porém, como se disse acima, já não satisfazia as novas condições técnicas impostas ao traçado, de modo que novo projeto teve que ser elaborado.

A essa altura, a evolução da doutrina militar voltava a aconselhar a organização da Engenharia em Batalhões de Engenharia e, por outro lado, os companheiros do recém-criado Quadro Técnico pleiteavam uma participação ativa nos trabalhos de construção a cargo do Exército. Por isso, em maio de 1941, foram extintos os 1º e 4º Batalhões Rodoviários, cujas missões e equipamento foram entregues a Comissão de Estradas de Rodagem. A Comissão que substituiu o 1º Batalhão Rodoviário foi confiada a construção da rodovia transversal do Paraná, enquanto a que sucedeu ao 4º Rodoviário herdou-lhe, também, a missão.

Entretanto, a cooperação do Exército era solicitada, insistentemente, na construção de outras vias de transporte, de modo que novas Comissões e unidades foram criadas. Apareceram, assim, a Comissão de Barretos, em São Paulo, e várias companhias rodoviárias independen-

tes, em Cuiabá, Cáceres e Pôrto Velho.

Não há dúvida, porém, de que a mais importante missão confiada ao Exército era a do 2º Batalhão Ferroviário, quer por sua significação militar e estratégica, quer pelo sentido econômico, social e político.

A unidade, logo após sua organização, enfrentou-a com desassombro e ânimo alevantado. As dificuldades, no entanto, eram enormes. Praticamente a partir da estaca zero começavam a alterar-se os pináculos da Serra do Espigão, contraforte da Serra Geral que obrigara a antiga São Paulo-Rio Grande a um desenvolvimento de 700km para contorná-lo. Grosso modo, tratava-se, do ponto de vista técnico, de galgar um desnível de 400m em uma distância de 20km, com rampas máximas de 1,5% e raios de curva mínimos de 320m. Para aumentar as dificuldades, as encostas da serra apresentavam-se sob a forma de vales estreitos e profundos, cobertos de densa mata virgem e onde, não raro, apareciam precipícios abruptos. Por outro lado, não se dispunha de nenhuma carta topográfica da região, salvo as plantas do projeto de 1919, que constituíam indicação muito precária.

O Comando do Batalhão organizou, então, uma turma de estudos, sob a chefia de um capitão, experientado veterano da construção da estrada da Capela da Ribeira, e confiou-lhe a missão de descobrir um trajeto para a nova linha a ser projetada, dentro de condições técnicas atualizadas. Essa turma era integrada por sete tenentes e a decisão do capitão responsável pelo trabalho foi dividir a turma em sete subturmas, designar a cada uma um setor da serra e pô-las a trabalhar, no campo. Começou, então, a epopéia da Serra do Espigão, que durou perto de três anos. Foi estabelecido o rodízio dos oficiais, cada seis meses, de modo que, praticamente, todos os oficiais em serviço no Batalhão tiveram que enfrentar a Serra do Espigão. Enquanto isso, o restante do Batalhão

iniciava a construção dos 84km, que se desenvolviam no vale dos rios Negro e Canoinhas, antes de ser iniciada, propriamente, a subida da serra. Ao completar o Batalhão os seus três primeiros três anos de existência, já os primeiros 34km da estrada estavam concluídos, pondo o município catarinense de Itaiópolis em contacto com o resto do Brasil e a terraplenagem estava atacada até o km 90. Enquanto isso, fôra vencida a grande batalha do projeto da subida da serra, nas melhores condições técnicas possíveis. Mas, logo adiante, novo obstáculo ia surgir, sob a forma de novo espigão da Serra Geral, a Serra do Felipe, de aspecto tão desolador quanto a própria Serra do Espigão. Também aí encontraram os tenentes do Batalhão amplo campo para a prática do alpinismo, que a tanto eram obrigados para bem cumprirem a missão recebida, mas, mercê do entusiasmo da juventude, da emulação dos companheiros e do constante incentivo do comando da unidade, também êsse óbice foi superado. Em princípios de 1942, os altos dirigentes do Exército, tendo em vista a magnitude da obra, as dificuldades a vencer e a necessidade da coordenação dos esforços, criaram um órgão de direção, a Comissão Construtora de Estradas de Ferro do Sul do País, à qual ficaram subordinados os 2º e 1º Batalhões Ferroviários, êste agora também empenhado na construção da ferrovia Rio Negro-Bento Gonçalves, já que para esta última cidade fôra mudado o ponto terminal da estrada.

Em 1950, com o fito de apressar a conclusão dos trabalhos, os 2º e 3º Batalhões Rodoviários foram empenhados, igualmente, na construção da estrada, cabendo-lhes, porém, tão somente a parte de infraestrutura. Também a partir dessa época, com o estabelecimento do Plano SALTE, verbas mais substanciais passaram a ser atribuídas às unidades.

Também nessa época, outras importantes decisões governamentais foram tomadas em relação a êsse

tronco ferroviário. Entre elas estão as seguintes :

1º) O Tronco deveria ser constituído em bitola de 1,60, com capacidade para 24 trens de 1.000 toneladas em cada sentido, por dia ;

2º) A estrada não se limitaria mais a uma ligação entre estradas já existentes mas constituiria um eixo principal, em bitola única, entre a estação de Itanguá, na linha da E.F. Sorocabana e Pôrto Alegre ;

3º) Os trechos não atribuídos ao Exército seriam construídos pelo D.N.E.F., R.V.P.S.C. e V.R.R.G.S.

Em consequência dessas determinações, os trechos dos Batalhões tiveram seus limites reajustados, da maneira seguinte, de norte para sul :

2º Batalhão Ferroviário — Mafrário Ponte Alta do Norte ;

2º Batalhão Rodoviário — Rio Ponte Alta do Norte-Rio Pelotas ;

3º Batalhão Rodoviário — Rio Pelotas-Aroio Saltinho ;

1º Batalhão Ferroviário — Arroio Saltinho-Barra do Jacaré.

Ao terminar esta ligeira síntese sôbre as atividades das unidades rodo-ferroviárias, como instrumentos de ação governamental, queremos dizer algumas palavras sôbre fatos recentes, naturalmente já do conhecimento dos leitores da "A Defesa Nacional".

O Governo Federal, em abril do ano corrente, criou o 1º Grupamento de Engenharia, integrado pelos 1º Batalhão Rodoviário (que reaparece depois de extinto em 1941) e os 3º e 4º Batalhões Ferroviários, para executar missões rodo-ferroviárias e contra as sêcas, no Nordeste. Essa decisão governamental certamente terá sido influenciada pela maneira brilhante como se não desempenharam as demais unidades desse tipo, nas missões an-

teriormente afetas a elas. O Grupamento está ainda em fase de instalação, mas não será temeridade prever-lhe uma trajetória, pelo menos, tão brilhante como a das unidades co-irmãs mais antigas.

Por outro lado, o Poder Executivo vem de submeter à consideração do Congresso Nacional dois projetos de lei concernentes ao assunto que estamos examinando.

O primeiro dêles cogita da entrega ao Exército da totalidade da construção do Tronco Principal Sul e, para tanto, prevê-se a criação de mais três Batalhões, que seriam encarregados dos trechos atualmente sob a responsabilidade do D.N.E.R., da R.V.P.S.C. e da V.F.R.G.S. e dispõe sôbre a organização de um órgão de coordenação e controle, chefiado por um General de Brigada, capaz de assegurar a convergência dos esforços e o proveitoso emprego dos meios das sete unidades. O mesmo projeto especifica, outrossim, que o T.P.S. deverá ser concluído no prazo de seis anos e assegura os recursos financeiros necessários para isso.

O outro projeto prevê a ampliação do concurso das unidades de construção nas obras contra as sêcas, dispondo sôbre a organização de, pelo menos, uma dessas unidades em cada Estado da região Nordeste.

É de se esperar que os nossos legisladores se coloquem à altura da larga visão do Executivo e não neguem rápida aprovação a êsses dois projetos que visam utilizar, na solução de problemas urgentes e transcendententes, um instrumento de ação que se tem revelado capaz, eficiente e produtivo. São êsses, pelo menos, os votos de quantos pesquisam soluções para as nossas questões magnas, acima das mesquinhas questões pessoais, dos interesses de grupos e das suscetibilidades doentias.

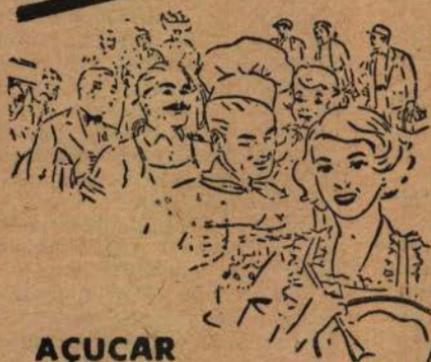
INDÚSTRIA NACIONAL DE COLAS E ADESIVOS LTDA.

I.N.C.A.L.

Fabricantes de colas especializadas

Fábrica : Rua Júlio Ribeiro, 328 — Bonsucesso — Rio de Janeiro

NOVA EMBALAGEM!



MAIS HIGIENE!
MAIS SEGURANÇA!
MAIS ECONOMIA!

AÇUCAR
PEROLA
SACO AZUL-CINTA ENCARNADA



O 222º RI DO EXÉRCITO JAPONÊS NA DEFESA DA ILHA BIAK

(2ª GUERRA MUNDIAL)

Ten.-Cel. UBIRATAN MIRANDA,
Ex-Instrutor da Escola de Estado-Maior.

I — CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Dentro da idéia de contribuir, na modesta medida das nossas possibilidades, para o estudo, sempre interessante, da História Militar, resolvemos apresentar aos nossos leitores da "A Defesa Nacional" um caso muito singular, vivido nos dias da 2ª Guerra Mundial, e que, dadas as características especiais de um dos seus protagonistas, julgamos interessante focalizar.

Trata-se de uma operação típica de defensiva sem nenhuma idéia de recuo, executada em condições, sem dúvida, bastante particulares.

Ele permite ainda, apreciar a ação de um RI isolado bastante reforçado, é fato, que teve a seu cargo a execução de uma árdua missão.

Talvez seja a primeira vez que se apresenta ao estudo e meditação de quantos se interessam pela evolução da Arte da Guerra, uma unidade japonesa, e isto oferece o ensejo de se poder apreciar, particularmente, um tipo de combatente até agora pouco conhecido por nós.

Embora se possua amplo conhecimento sobre as qualidades especiais do soldado nipônico, sua singular formação moral, suas excepcionais virtudes de lutador obstinado e fanático, não será demais travar com este tipo de combatente um mais estreito contacto, que talvez possibilite formar u'a melhor

idéia sobre os seus processos de combate e apreciar a atuação de seus chefes.

Para bem poder apreciar o caráter da luta que travou o 222º RI reforçado, na defesa da ilha de Biak será necessário estar preparado para admitir, previamente, certos aspectos especiais, exóticos mesmos, intrínsecos da formação moral do soldado japonês.

Em particular acentuaremos os seguintes :

a) O soldado japonês é um duro combatente.

Bem instruído, obstinado, sóbrio e tenaz ele vende caro a derrota, preferindo, na maioria dos casos, a morte à rendição. São bastante conhecidos os inúmeros exemplos nesse sentido, havendo mesmo muitos casos de suicídio coletivo em face da verificação da perda total de qualquer possibilidade de vitória.

b) Seus oficiais, particularmente os chefes mais graduados, além das qualidades, inerentes ao combatente japonês, de um modo geral, apresentam uma formação moral estranha e pouco compreensível para os ocidentais. Possuidores de um fervor patriótico exaltado às raias do fanatismo, são ainda rigorosamente obedientes a um código de honra — o Bushido — cuja origem remonta à época dos "samurais", e que seguem com acentuada

devoção através uma tradição muitas vezes secular.

c) A filosofia própria dos orientais como o seu desapêgo à vida, em consequência de um acentuado fatalismo, em parte de fundo religioso, torna o japonês um soldado de grande bravura.

A morte não representa para êle senão o retôrno ao seio de seus antepassados e nessas condições é encarada com grande naturalidade, não isenta de certo desprezo.

d) Finalmente, a par de tais qualidades que o tornam um combatente com requisitos excepcionais, segundo a nossa opinião, o soldado japonês apresenta uma falha notável: não é dotado de flexibilidade e não parece possuir um acentuado espírito de iniciativa. Entregue a si mesmo, perde muito do seu valor e, com freqüência, quando desenquadrado, não sabe como agir para fazer face a circunstâncias imprevistas. Nessas situações, o comum é se aferrar desesperadamente a planos, ordens ou idéias pré-estabelecidas e por elas, sem introduzir variantes, lutar até à morte.

Admitidos êsses aspectos particulares do combatente cuja ação vamos agora apreciar, passaremos a estudar o nosso caso vivido na forma habitual.

II — QUADRO DA SITUAÇÃO GERAL

Em maio de 1944 a sorte das armas já se pronunciava adversa para o Japão.

Embora não pudesse ser lançado contra êle todo o poderio aliado, então empenhado na Europa contra a Alemanha, as forças americanas, com as disponibilidades destinadas às operações no Pacífico, e cujo poder aumentava progressivamente, passavam a atacar e a solapar o império até então conquistado pelos japoneses.

As operações no Pacífico assumem um aspecto particular. Nesse

teatro, constituído por inumeráveis ilhas, tem evidentemente grande importância a conquista daquelas que, por sua situação privilegiada, constituem bases para o prosseguimento das operações segundo um rumo desejado. No caso, o rumo do arquipélago nipônico.

Como é do conhecimento geral, logo que o Japão desencadeou suas operações, foram os aliados desalojados de suas posições e domínios, retirando-se para a Austrália.

Expandiu-se pois o Império Nipônico, apoderando-se de tôdas as posições importantes, e, no seu retôrno ofensivo, teriam os aliados de recuperar essas posições além de outras que se tornassem necessárias para o desenrolar das operações.

A conquista das ilhas era executada mediante operações, em regra, anfíbias, e grande era o valor das bases, particularmente para o emprêgo dos meios aéreos (1).

A luta se desenrolava então saltando de ilha em ilha, como quando se atravessa um curso d'água saltando de pedra em pedra.

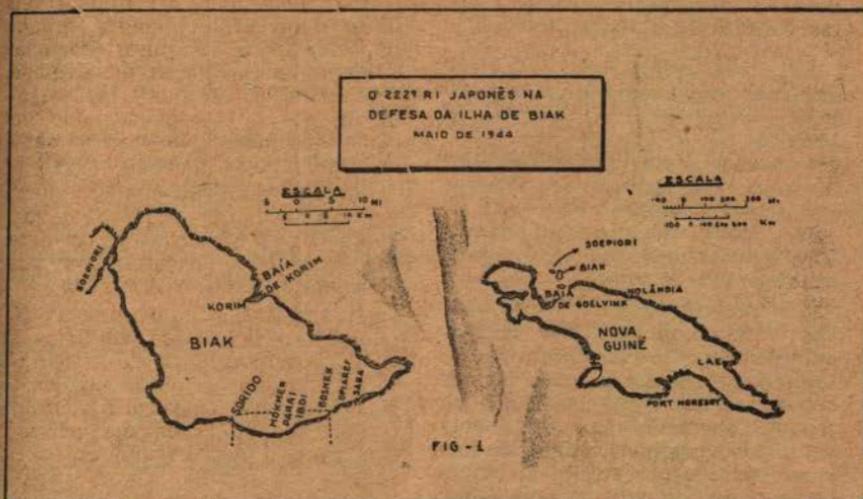
A ilha de Biak, é uma pequena massa de coral e calcáreo coberta por exuberante e densa selva tropical, situada na entrada da baía de Geelvink, entre a cabeça e os ombros da Nova Guiné, cujo contôrno é semelhante ao de um grande lagarto (Ver fig. 1).

Ela constituía um pôsto avançado do já solapado Império Nipônico, e sua importância residia unicamente no fato de constituir mais uma etapa que era necessário transpor para o prosseguimento da luta, após as duras jornadas de Guadalcanal.

Era mesmo a etapa seguinte.

As forças americanas, no curso de suas operações teriam pois necessidade de atacar e ocupar esta pequena e miserável ilha e para isso teriam também, como veremos, de travar um duro combate

(1) Ilhas-aeródromos, meio de que se valiam os japoneses para utilizar sua Aviação em apoio das Forças Navais, de acôrdo com a sua dispendiosa "estratégia das ilhas-aeródromos".



III — SITUAÇÃO PARTICULAR

Em princípios de março de 1944 os japoneses iniciaram na pequena porém relativamente plana bolsa arborizada da parte centro-sul da ilha de Biak, a construção de três pistas de aterrissagem.

Isto constituía, sem dúvida, cartas vitais para o rude jôgo pela posse da Nova Guiné.

Tais pistas transformaram o monte de pedras coberto de selva que era Biak em uma pérola de alto preço na luta do Pacífico Sul.

A fim de rapidamente preparar êsses campos de Aviação, cuja importância crescera de muito após a conquista de Holanda, em abril, os japoneses colocaram em Biak um efetivo de cerca de 10.000 homens.

A base de tal efetivo era o 222º RI, com 3.000 homens. Havia ainda um Btl. de guardas navais, um destacamento de carros de combate (7 carros) e várias unidades AAAé, Engenharia e Serviços.

Cerca de 1/3 dessa força podia ser considerado como combatente, porém, em caso de emergência, poderiam os elementos de serviço, devidamente armados, ser utilizados como infantaria.

Comandava a guarnição o Cel. do Exército Japonês Naoyukie Kuzume

(ou Kuzume Nooyukie, como é da preferência dos nipônicos), que era também, o Cmt. do 222º RI.

A missão dessa tropa era a seguinte:

Defender a ilha de Biak contra uma invasão que se pronunciava inevitável após a queda de Holanda, e levar a cabo a construção das pistas de aterrissagem já iniciadas.

Tratava-se, como se vê, de u'a missão nitidamente defensiva e de uma tremenda simplicidade, pelo menos quanto ao seu enunciado.

Oportunamente, procuraremos analisá-la.

IV — EXAME DE SITUAÇÃO

Não dispomos de elementos para poder seguir, segundo a doutrina japonesa, qual o método de raciocínio por êles adotado.

Porém, poderemos tentar, segundo a nossa própria doutrina, fazer um exame da situação e procurar chegar a uma decisão.

Senão vejamos.

1 — Missão.

Não se possuem dados para determinar de quem o Cel. Kuzume recebeu sua missão.

Mas o fato é que êle a recebeu e enviou todos os seus esforços para cumpri-la.

A missão era clara e muito simples.

Importava numa ação de defender Biak contra uma invasão que, mais provavelmente, só poderia vir pelo mar.

Nenhuma outra prescrição lhe foi feita — tratava-se de "defender", pura e simplesmente.

Não tinha nenhuma imposição sobre retraimento, nem lhe foram fixados prazos.

Nenhum reforço lhe foi prometido: teria que se haver apenas com os meios de que dispunha.

Entretanto o que se sabe é que, a partir do dia 22 de abril, dia do desembarque americano em Holanda, o Cel. Kuzume dispunha de um prazo de "pouco mais de 30 dias" para preparar a sua defesa, prazo este estimável segundo certos indícios.

Não se sabe ao certo desde quando as forças sob seu comando estavam na ilha, mas é de presumir que lá estivessem desde que os japoneses previram que Biak seria atacada. É de notar que a construção das pistas em Biak se iniciou em princípios de março.

Pode-se pois admitir que, seguramente, Kuzume dispunha de um "prazo mínimo de 30 dias" para preparar a sua posição defensiva.

É, pois, um prazo bem suficiente para se organizar uma posição bastante forte, e o Cmt. do 222º RI dele se aproveitou bem, organizando uma posição de tal natureza, que lhe permitiu lutar nela durante 27 dias obrigando o inimigo a dobrar, praticamente, os seus efetivos de ataque.

E não fossem cometidas falhas notáveis, é bem possível que o desembarque redundasse em mau êxito ou, pelo menos, tivesse saído ainda muito mais caro aos atacantes.

2 — Inimigo.

Sobre o inimigo muito pouco se sabia também.

O Serviço de Informações Japonesas tinha uma idéia mais ou menos certa sobre quando uma invasão poderia ser desencadeada.

Fôrças americanas tinham desembarcado a 22 de abril em Holanda, na costa N da Nova Guiné e, desta base, poderiam partir ao ataque de Biak.

O Cel. Kuzume tinha sido alertado para esperar o assalto nos fins de maio, isso, alguns dias antes do mesmo ter sido efetuado, não sendo compreensível o fato de ter sido tomado de surpresa como aconteceu.

Quanto ao valor do inimigo nada lhe foi dito.

O que se podia esperar era um ataque anfíbio, como era o usual nas operações do Pacífico.

Kuzume, em razão do estudo do terreno, que certamente fez, admitia que um ataque anfíbio, particularmente sobre a parte da ilha, onde se achavam as pistas, poderia, mais provavelmente, ser lançado.

Admitia ainda um ataque mediante desembarque em qualquer outro ponto da ilha.

É normal que encarasse tais possibilidades, uma vez que, tratando-se de uma ilha, o natural é prever um ataque vindo do mar, em qualquer direção.

Entretanto, um estudo acurado do terreno mostrará quais as regiões mais de temer, pois, por serem mais favoráveis ao desembarque, tornam-se da maior importância para a defesa.

Do estudo a que procedeu, levando em conta o inimigo e ainda as facilidades do terreno para um desembarque, poderemos tentar induzir o resultado a que teria chegado o Cel. Kuzume e que poderia ter sido o seguinte:

O inimigo pode:

a) Atacar a ilha de Biak mediante um assalto anfíbio, desembarcando, particularmente, na região da ponta L da ilha, ou mesmo em qualquer outro ponto, especialmente na baía de Korim.

b) Um tal ataque é provável nos últimos dias de maio, com forças cujo valor não é possível avaliar.

Como se vê isto traduz uma impressão sobre as possibilidades do inimigo, que, embora muito vaga, é a única a que é possível chegar se

se considerarem as informações que sobre o mesmo se possuía e que eram as mais imprecisas possíveis.

3 — Terreno.

Já foi dito antes que este caso é um caso acentuadamente singular.

Trata-se da defesa de uma ilha, o que, por si só, acarreta uma série de circunstâncias muito particulares.

O estudo do terreno assume importância extraordinária por isto mesmo.

A ilha de Biak, situada na entrada da baía de Geelvink é uma pequena massa de coral e outros calcáreos que forma um saliente triangular no mar verde.

É muito semelhante a sua ilha — irmã (Soepiori) que lhe fica a NW, e é coberta por densa selva onde, em média, caem mais de 2,54m de chuva por ano, o que produz uma exuberante e típica vegetação tropical.

Tem a forma aproximada de um triângulo retângulo cuja hipotenusa aponta para o NL; sua parte N compõe-se de ásperas montanhas que baixam para uma planície central, estendendo-se numa seqüência de terraços relativamente planos, para a costa meridional, onde, um estreito trecho de praia acompanha uma íngreme muralha de rochedos de coral, que barra o acesso da praia para os terraços atrás da muralha.

A muralha de rochedos é constituída por uma série de cristas paralelas à costa e que se erguem abruptamente a uma distância de 100 a 300m do mar.

Um capitão americano, que desembarcou com a primeira vaga e participou das operações assim descreve tal muralha :

"Muitas das cristas são tão estreitas e agudas que só após grande dificuldade podem ser atravessadas.

Atingindo a altura de 75m a 90m acima das praias, formam impressionante barreira entre a costa e o terreno relativamente plano da ilha.

Esse elevado recife de coral é provavelmente o resultado de vários

distúrbios geológicos, pois mesmo nos lugares mais aprumados, êle consta de uma série de terraços, agora cobertos por densa vegetação tropical.

Os rochedos e terraços são minados por "cavernas" e cavidades, muitas das quais podem ocultar até uma bateria de morteiros e abrigar uma centena de homens.

As entradas destas cavernas são pequenas aberturas nos terraços. As cavidades são constituídas por antigas cavernas cujos tetos aluíram e seus lados são, muitas vezes, solapadas com covas e passagens que se dirigem a cavernas maiores".

A meio caminho da costa Sul, entre as aldeias de Mokmer e Sorido, a colina inflete da praia para o N, por cerca de 2km e depois volta-se para W antes de retornar à costa.

Na pequena, porém relativamente plana e arborizada bolsa, protegida entre as colinas e o mar, é que estava localizada toda a razão de ser da ilha de Biak, ou sejam as três pistas de aterrissagem.

Na costa Sul, particularmente, na parte mais ligada à ponta L (SL), evidentemente a mais interessante da ilha, justamente aquela que foi considerada mais favorável a um desembarque, existiam ainda, além das aldeias de Mokmer e Sorido, as de Bosnek, Opiaref, Saba, Ibdí, Parai, além de outras.

Entre as aldeias de Ibdí e Parai existe uma confusa seqüência de pontegudas cristas de coral, que embora não muito escarpadas nem elevadas, apresentam um traçado atordoante de cristas transversais e baixas, o que, aliado a carência de acessos, faz com que só com grandes dificuldades possam ser transportadas, mesmo em condições normais.

Qualquer posição organizada nessa região permitiria bater bem o estreito desfiladeiro da praia e opôr-se a um avanço partindo de Bosnek.

Aliás, essa posição foi aproveitada e fortemente organizada vindo a ser conhecida como a "Bolsa de Ibdí", que tanto trabalho deu aos invasores.

A principal via de acesso por L, era a estrada costeira de Bosnek a Mokmer, que corre ao longo do estreito corredor entre os rochedos e o mar.

Tal corredor, em um ponto, aperta-se em estreita garganta de apenas alguns metros.

Uma estrada foi construída, ligando Mokmer à baía de Korim, outro ponto da costa N propício a desembarques.

As três pistas de aterrissagem estavam localizadas :

- uma, a mais importante, a W de Mokmer.
- uma, a de Borokoe, logo ao N desta aldeia.
- uma, a de Sorido, logo a L desta aldeia.

Havia ainda uma quarta pista, apenas levantada, ao NL da aldeia de Bosnek.

Finalmente, ao N da pista de Mokmer, uma grande caverna estende-se por baixo do terraço, dominando a pista, tendo 100m de comprimento, com duas entradas de galeria que, da parte trazeira, conduzem à câmara, com declive de 45°; possui um reservatório na parte trazeira, formado por antiga parte da caverna cujo teto aluiu, e se abre na caverna, tendo tal cavidade 20 a 25m de profundidade e 30m segundo o eixo maior. De bordos escarpados, nela só se podia penetrar mediante escadas.

Foi batizada pelos japoneses de Caverna de Oeste e era capaz de abrigar uma fôrça numerosa.

A meio caminho entre a Caverna de Oeste e a Bolsa de Ibdí, na crista que domina a aldeia de Mokmer, havia duas cavidades ligadas entre si por cavernas, que foram chamadas de Cavernas de Leste.

O sistema formado pela Caverna de W e as Cavernas de L, dominava completamente a pista de Mokmer cujas vias de acesso poderiam ser bem batidas por morteiros e metralhadoras. Ocupada a Caverna de W, a pista estaria dominada.

O conjunto formado pela Bolsa de Ibdí, que guardava a entrada da L do pequeno vale, e pelas Cavernas de L que guardavam o desfila-

deiro da praia, constituiria um sério obstáculo ao atacante, para se apossar das pistas.

Dêste minucioso estudo do terreno, é possível concluir :

1º — O terreno se prestava bem à organização de uma posição defensiva, aproveitando-se inclusive as cristas de coral que protegem o acesso ao interior da ilha.

2º — A existência de inúmeras cavernas e cavidades era favorável à organização de poderosos núcleos de defesa, bem como alojamentos e depósitos.

3º — Particularmente as chamadas Bolsa de Ibdí, a bolsa de Mokmer, e as Cavernas de W e de L, constituíam posições importantes para a defesa especialmente as três últimas; uma vez dominadas, davam posse a pista de Mokmer, que era a mais importante da ilha.

4º — A presença da estrada costeira favorecia uma operação partindo das praias da costa Sul e ponta L, porém, a estrada contruída de Sorido para a baía de Korim, tornava possível, ainda que menos provável, uma ação que partisse da referida baía, situada na costa N da ilha.

Se se considerar a ausência de outras estradas, parece evidente que as duas estradas acima, indicavam os caminhos mais prováveis de ataque.

4 — Meios.

Como já dissemos, dispunha o Coronel Kuzume de aproximadamente 10.000 homens.

O núcleo dessa fôrça era o seu próprio Regimento (o 222º RI) com 3.000 homens; tinha ainda um Batalhão de Guardas Navais, um destacamento de carros de combate (7 carros) e várias unidades anti-aéreas, de Engenharia e Serviços.

Parece que não possuía Unidades de Artilharia apropriadas às missões normais dessa Arma.

Porém, pelo menos uma Bia. de Montanha, três ou quatro peças de AAAé. de 76mm e quatro peças navais de 120mm de emprêgo duplo,

estavam convenientemente localizadas e dispostas para bater as pistas de aterrissagem e suas vias de acesso ao mar.

Essas posições eram entretanto, incompletas.

Ainda uma peça de 6 polegadas (152mm) e uma outra igual, foram instaladas ao S da pista de Mokmer e nas redondezas de Bosnek, com campos de tiro de pelo menos 10km ao longo da costa, com superposição na região central.

Além dessas, uma peça naval de 120mm de emprêgo duplo fôra instalada na praia de Bosnek e várias outras de seis polegadas (152mm) estavam em fase de instalação, mas, no dia D, não estavam prontas para entrar em ação.

Vemos que a Artilharia de Kuzume, quase tôda imobilizada, era mais apropriada a uma defesa fixa do tipo costeiro, o que era natural, aliás, no caso.

Não tinha pois uma Artilharia que lhe permitisse fazer u'a manobra de fogos adequada à sua manobra, ficando restrito a jogar com planos de fogos amarrados dentro de setores de tiro adrede fixados.

De qualquer modo, porém, cêrca de 1/3 da Guarnição da ilha podia ser considerada como combatente, mas, em caso extremo, tôda ela, inclusive o pessoal dos Serviços, devidamente armado para ser utilizado como Infantaria, podia tomar parte na luta.

Nada sabemos sôbre o estado físico e profissional dessas forças, mas é de presumir que fôsse o apropriado para as missões que, normalmente, teriam que desempenhar em operações de guerra.

Particularmente o Regimento de Infantaria, deveria ser uma Unidade técnica e taticamente instruída e perfeitamente afeita ao combate; mas nada sabemos de suas atuações anteriores.

Sôbre o aspecto moral apenas nos limitaremos a relembrao o que já dissemos nas Considerações Iniciais anteriormente feitas.

De um modo geral, admitiremos que os estados físico, técnico e moral da guarnição de Biak eram bons e permitiam que essa força fôsse

capaz de lutar bem no cumprimento da sua missão.

Veremos, adiante, que, em parte, assim aconteceu.

Não se faz referência a outros meios, e, se se considerar que a parte da ilha julgada vital para a defesa (a da localização das pistas) era, relativamente, restrita, pode-se admitir que os meios disponíveis eram suficientes para organizar uma sólida posição, tanto mais que o prazo o permitia.

E de fato, Kuzume procurou tirar o máximo proveito dos seus meios, organizando uma posição que lhe permitiu lutar durante 27 dias, obrigando o atacante a dobrar seu efetivo inicial de ataque, e a duras jornadas de luta. (Ver fig. 2).

V — DECISÃO DO CEL. KUZUME E ORGANIZAÇÃO DA DEFESA DE BIAK

Vista as considerações anteriores, e, fazendo o estudo comparativo dos fatores, vejamos a que decisão chegou o Cmt. do 222º RI.

Vamos expor aqui a decisão (provável, aliás) do Cel. Kuzume e não a nossa, pois, tratando-se de um caso histórico não devemos examinar o que nós teríamos feito, e sim o que realmente foi feito.

Assim, tudo permite supor que tenha sido a seguinte a decisão do comandante japonês:

“Defender a todo custo a parte centro-sul-este da ilha, onde se achavam as pistas particularmente, e repelir tôda a tentativa de desembarque, que deveria ser enfrentada e derrotada nas praias.

Em consequência, exercer o esforço da defesa na região das pistas de aterrissagem e repelir qualquer ataque à beira dágua.

Em outro qualquer ponto da ilha, particularmente na baía de Korim qualquer desembarque deveria encontrar resistência até a chegada de reforços.

Em caso de sucesso do ataque na região principal, procurar detê-lo mediante assaltos periódicos partidos de posições organizadas (contra ataque)”.

A principal via de acesso por L, era a estrada costeira de Bosnek a Mokmer, que corre ao longo do estreito corredor entre os rochedos e o mar.

Tal corredor, em um ponto, aperta-se em estreita garganta de apenas alguns metros.

Uma estrada foi construída, ligando Mokmer à baía de Korim, outro ponto da costa N propício a desembarques.

As três pistas de aterrissagem estavam localizadas :

- uma, a mais importante, a W de Mokmer.
- uma, a de Borokoe, logo ao N desta aldeia.
- uma, a de Sorido, logo a L desta aldeia.

Havia ainda uma quarta pista, apenas levantada, ao NL da aldeia de Bosnek.

Finalmente, ao N da pista de Mokmer, uma grande caverna estende-se por baixo do terraço, dominando a pista, tendo 100m de comprimento, com duas entradas de galeria que, da parte trazeira, conduzem à câmara, com declive de 45°; possui um reservatório na parte trazeira, formado por antiga parte da caverna cujo teto alui, e se abre na caverna, tendo tal cavidade 20 a 25m de profundidade e 30m segundo o eixo maior. De bordos escarpados, nela só se podia penetrar mediante escadas.

Foi batizada pelos japoneses de Caverna de Oeste e era capaz de abrigar uma força numerosa.

A meio caminho entre a Caverna de Oeste e a Bolsa de Ibdí, na crista que domina a aldeia de Mokmer, havia duas cavidades ligadas entre si por cavernas, que foram chamadas de Cavernas de Leste.

O sistema formado pela Caverna de W e as Cavernas de L, dominava completamente a pista de Mokmer cujas vias de acesso poderiam ser bem batidas por morteiros e metralhadoras. Ocupada a Caverna de W, a pista estaria dominada.

O conjunto formado pela Bolsa de Ibdí, que guardava a entrada da L do pequeno vale, e pelas Cavernas de L que guardavam o desfila-

deiro da praia, constituiria um sério obstáculo ao atacante, para se apossar das pistas.

Dêste minucioso estudo do terreno, é possível concluir :

1º — O terreno se prestava bem à organização de uma posição defensiva, aproveitando-se inclusive as cristas de coral que protegem o acesso ao interior da ilha.

2º — A existência de inúmeras cavernas e cavidades era favorável à organização de poderosos núcleos de defesa, bem como alojamentos e depósitos.

3º — Particularmente as chamadas Bolsa de Ibdí, a bolsa de Mokmer, e as Cavernas de W e de L, constituíam posições importantes para a defesa especialmente as três últimas; uma vez dominadas, davam posse a pista de Mokmer, que era a mais importante da ilha.

4º — A presença da estrada costeira favorecia uma operação partindo das praias da costa Sul e ponta L, porém, a estrada contruída de Sorido para a baía de Korim, tornava possível, ainda que menos provável, uma ação que partisse da referida baía, situada na costa N da ilha.

Se se considerar a ausência de outras estradas, parece evidente que as duas estradas acima, indicavam os caminhos mais prováveis de ataque.

4 — Meios.

Como já dissemos, dispunha o Coronel Kuzume de aproximadamente 10.000 homens.

O núcleo dessa força era o seu próprio Regimento (o 222º RI) com 3.000 homens; tinha ainda um Batalhão de Guardas Navais, um destacamento de carros de combate (7 carros) e várias unidades anti-aéreas, de Engenharia e Serviços.

Parece que não possuía Unidades de Artilharia apropriadas às missões normais dessa Arma.

Porém, pelo menos uma Bia. de Montanha, três ou quatro peças de AAAé. de 76mm e quatro peças navais de 120mm de emprêgo duplo,

estavam convenientemente localizadas e dispostas para bater as pistas de aterrissagem e suas vias de acesso ao mar.

Essas posições eram entretanto, incompletas.

Ainda uma peça de 6 polegadas (152mm) e uma outra igual, foram instaladas ao S da pista de Mokmer e nas redondezas de Bosnek, com campos de tiro de pelo menos 10km ao longo da costa, com superposição na região central.

Além dessas, uma peça naval de 120mm de emprêgo duplo fôra instalada na praia de Bosnek e várias outras de seis polegadas (152mm) estavam em fase de instalação, mas, no dia D, não estavam prontas para entrar em ação.

Vemos que a Artilharia de Kuzume, quase tôda imobilizada, era mais apropriada a uma defesa fixa do tipo costeiro, o que era natural, aliás, no caso.

Não tinha pois uma Artilharia que lhe permitisse fazer u'a manobra de fogos adequada à sua manobra, ficando restrito a jogar com planos de fogos amarrados dentro de setores de tiro adrede fixados.

De qualquer modo, porém, cerca de 1/3 da Guarnição da ilha podia ser considerada como combatente, mas, em caso extremo, tôda ela, inclusive o pessoal dos Serviços, devidamente armado para ser utilizado como Infantaria, podia tomar parte na luta.

Nada sabemos sôbre o estado físico e profissional dessas forças, mas é de presumir que fôsse o apropriado para as missões que, normalmente, teriam que desempenhar em operações de guerra.

Particularmente o Regimento de Infantaria, deveria ser uma Unidade técnica e taticamente instruída e perfeitamente afeita ao combate; mas nada sabemos de suas atuações anteriores.

Sôbre o aspecto moral apenas nos limitaremos a relembrar o que já dissemos nas Considerações Iniciais anteriormente feitas.

De um modo geral, admitiremos que os estados físico, técnico e moral da guarnição de Biak eram bons e permitiam que essa força fôsse

capaz de lutar bem no cumprimento da sua missão.

Veremos, adiante, que, em parte, assim aconteceu.

Não se faz referência a outros meios, e, se se considerar que a parte da ilha julgada vital para a defesa (a da localização das pistas) era, relativamente, restrita, pode-se admitir que os meios disponíveis eram suficientes para organizar uma sólida posição, tanto mais que o prazo o permitia.

E de fato, Kuzume procurou tirar o máximo proveito dos seus meios, organizando uma posição que lhe permitiu lutar durante 27 dias, obrigando o atacante a dobrar seu efetivo inicial de ataque, e a duras jornadas de luta. (Ver fig. 2).

V — DECISÃO DO CEL. KUZUME E ORGANIZAÇÃO DA DEFESA DE BIAK

Vista as considerações anteriores, e, fazendo o estudo comparativo dos fatores, vejamos a que decisão chegou o Cmt. do 222º RI.

Vamos expor aqui a decisão (provável, aliás) do Cel. Kuzume e não a nossa, pois, tratando-se de um caso histórico não devemos examinar o que nós teríamos feito, e sim o que realmente foi feito.

Assim, tudo permite supor que tenha sido a seguinte a decisão do comandante japonês:

"Defender a todo custo a parte centro-sul-leste da ilha, onde se achavam as pistas particularmente, e repelir tôda a tentativa de desembarque, que deveria ser enfrentada e derrotada nas praias.

Em consequência, exercer o esforço da defesa na região das pistas de aterrissagem e repelir qualquer ataque à beira d'água.

Em outro qualquer ponto da ilha, particularmente na baía de Korim qualquer desembarque deveria encontrar resistência até a chegada de reforços.

Em caso de sucesso do ataque na região principal, procurar detê-lo mediante assaltos periódicos partidos de posições organizadas (contra ataque)".

Uma tal decisão era perfeitamente lógica, e o plano de Kuzume para concretizá-la era igualmente bom.

Se, rapidamente, examinarmos o dispositivo que adotou e as medidas que tomou para organizar a defesa, veremos que, provavelmente e, considerando que se tratava da defesa de um litoral contra ataque vindo do mar, pouca coisa melhor se poderia fazer.

Ele preparou seu dispositivo cuidadosamente e deu responsabilidade aos subordinados, liberando-os para a conduta das operações.

Previu acertadamente a área de desembarque e, ainda, soube, aproximadamente, a faixa de tempo em que este viria.

Organizou bem o terreno, localizando bem as organizações que eram boas, apenas carecendo de profundidade, o que pôde ser levado à conta de falta de tempo para o preparo.

Aliás, dada a extensão da frente a defender, não poderia mesmo aprofundar muito a defesa.

Prevendo qualquer ação partida da baía de Korim, tomou acertadas medidas para enfrentá-la, mandando construir uma estrada entre Mokmer e Korim e destacando uma turma para vigiar e assinalar qualquer desembarque nas suas praias (de Korim).

Mas, coerente com a sua decisão, e estava realmente certo, deu a prioridade da defesa à região das pistas de aterrissagem.

Empregou bem sua Engenharia, fazendo-a iniciar construção de estradas e organizações, e mandando-as preparar demolições para serem executadas a pedido (o que ele chamou de "guerra explosiva").

Preocupou-se com a DCA, particularmente das pistas, e localizou adequadamente os suprimentos e munição, dispersando-os em pequenos depósitos, e, nas cavernas ao longo dos rochedos, acumulou munição, víveres e outros suprimentos suficientes para quatro meses.

Kuzume deu ordens para que fossem construídos, ao longo da costa, redutos de concreto, mas deixou aos comandantes das zonas a escolha dos locais e a organização dos quartel-

rões. Deu-lhes ainda grande liberdade para organizar e dirigir a defesa dos seus quartelões.

A suposição lógica de que qualquer esforço sério seria dirigido contra a costa SL, levou os defensores a organizarem uma linha irregular de cavernas reforçadas e redutos entre as pedras acima da maré alta. Entre Opiaref e Saba, isto foi feito com esmero. As cavernas, com acesso pela retaguarda e desenhadas, eram bem camufladas e protegidas por janelas de tiro, de concreto, capazes de abranger largos campos de tiro por sobre a água.

Eram também apoiadas por posições de morteiros guardando os flancos e os intervalos entre elas. Em Bosnek, a larga e descoberta praia estava defendida por quatro grandes redutos de concreto e aço, um dos quais, pelo menos, dispunha de uma peça de artilharia. As principais organizações defensivas guardavam os campos de aviação (pistas), sendo delineadas de modo a evitar a conquista dos campos, a não ser por assalto direto e oneroso.

As defesas principais constavam de três bolsas nas cristas à retaguarda e a L da pista de aterrissagem de Mokmer.

Entre as aldeias costeiras de Ibdí e Parai, e no meio de uma série de confusas e afiadas cristas de coral, foi erguida forte posição de redutos de apoio mútuo, com o objetivo de bater o estreito desfiladeiro da praia e opôr-se a um avanço partindo de Bosnek.

Nesse local, embora a crista não seja tão escarpada nem alta, o traçado atordoante das cristas transversais e baixas, aliado à carência de caminhamentos, fazia com que só com grande dificuldade pudesse ser transposto, mesmo nas mais favoráveis condições. Essa posição, que veio a ser conhecida como a Bolsa de Ibdí, tinha tal valor como obstrução, que os japoneses, mesmo já durante a luta, continuaram a construir redutos e a reparar os avariados pelo combate.

Olhando o dispositivo de Kuzume, vemos que ele localizou o RI (-) na área das pistas entre Bosnek e

Sorido, englobando as posições fortificadas de Ibdí e Mokmer; entre Bosnek e Opiaref localizou o Btl. de Guardas Navais e de Opiaref para L (até Saba), colocou o seu I Btl.

Ao I Btl. e ao Btl. de Guardas Navais (450 homens), cabia a missão de rechaçar qualquer desembarque na parte L da ilha.

A reserva de Kuzume era constituída pelo III Btl. (menos 2 Cias.) e os seus carros (7 carros) éle os localizou, reunidos, na área de Saba, uns 16km a L das pistas de aterrisagem.

Não dispomos de elementos para verificar quais os motivos que levaram Kuzume a colocar seus carros tão longe da área em que localizou a parte principal das suas forças.

Talvez tenha sido alguma imposição do terreno, mas o certo é que, quando quiz utilizá-los, trouxe-os com facilidade para a região em que desejou empregá-los.

Quanto à questão das reservas convém lembrar que o Cel. Kuzume dispunha ainda dos elementos dos Serviços, que, convenientemente armados, poderiam ser usados como Infantaria.

Finalmente, o Cel. Kuzume, apoiou a base da sua defesa, englobando os seguintes pontos, onde organizou fortes núcleos para lutar até o fim:

1º — Bolsa de Mokmer — Já descrita anteriormente, foi aproveitada, na parte chamada de Caverna de W, para âncora final da defesa do campo de aviação.

Capaz de abrigar uma grande força, servia como PC e como alojamento. Em sua volta, foi construída poderosa série de redutos, e, na crista, fortes espaldões feitos de troncos de coral.

2º — A meio caminho, entre a Bolsa de Ibdí e a Caverna de W, na crista que domina a aldeia de Mokmer, foi preparado outro núcleo de resistência. Esta posição foi construída em volta de duas cavidades ligadas por cavernas, chamou-se Cavernas de L. Também aqui foram utilizadas as galerias como alojamentos e as cavidades como espaldões de morteiros e metralhadoras, cujo fogo batia as vias

de acesso às pistas de aterrissagem, tanto na estrada como na praia. Essa posição guardava o desfilar da praia.

3º — A já descrita Bolsa de Ibdí, que guardava a entrada oriental do pequeno vale.

Dêsse modo, se a Caverna de W fôsse ocupada, as pistas estariam neutralizadas, e, se dominadas ainda a Caverna de L e a Bolsa de Ibdí, o acesso às pistas estaria assegurado.

Assim, se verifica que, vencidas essas três posições, que constituíam um poderoso obstáculo à posse das pistas, estaria esfacelada a defesa de Kuzume.

Razão teve, pois, éle, e de sobra, para apoiar nesses três núcleos a pedra angular da sua defesa.

E, convenhamos, esta pedra estava solidamente apoiada.

Antes de terminar, devemos assinalar que, ao longo da estrada costeira de Bosnek a Mokmer, não havia defesas preparadas. O estreito corredor apertado entre os rochedos e o mar em que ela corre, e que, em um ponto, chega a ter alguns metros de largura, não foi aproveitado, mesmo para obstruções à base de minas, para impedir o movimento para ou através das praias.

Quanto as colinas que dominavam as praias, foram aproveitadas apenas para vigilância, e a única brecha existente na crista, em Opiaref, não foi guardada. O Btl. Naval, que podia guardá-la, não o fez, e isto foi muito mau para Kuzume, porque, por esta brecha poderiam penetrar forças que, flanqueando as suas defesas, terminariam por investir à sua retaguarda. E isto, de fato, aconteceu, como veremos adiante.

VI — EVOLUÇÃO DOS ACONTECIMENTOS

Na manhã de 27 de maio de 1944, tropas de assalto da 41ª DI norte-americana assaltaram as praias meridionais das organizações de Kuzume.

Vinte e sete dias mais tarde, refugiado numa miserável cova da ilha, Kuzume Naoyukie aceitou o seu destino inevitável, de acordo com o código dos Samurais.

Após o cerimonial da queima das bandeiras do seu Regimento, êle deu ordem para a desesperada carga "banzai", que tem assinalado a frustração de tantas esperanças nipônicas, e, depois, cometeu o harakiri.

Para descrever o que foi a dura luta de Biak, vamos nos cingir à narrativa do Cel. Jack W. Rudolph, quando tratou do caso, respeitando, rigorosamente o seu estilo.

Assim a descreve êle :

"De u'a maneira geral, as forças de Kuzumê estavam dispostas, conforme seu plano, porém, provavelmente mantinham-se em reserva em vez de ocupar as posições.

O 1º Btl. é o Dest. Naval bivacavam atrás da colina de coral, cerca de 3km ao N de Bosnek onde também se achava o PC de Kuzume.

As colinas dominando as prias do desembarque estavam ocupadas apenas por vigias que se retiraram sem tiro algum. Um grupo de cerca de 50 soldados aterrorizados escondeu-se em uma caverna perto, onde, ao serem descobertos, recusaram render-se. Todos foram fuzilados ou suicidaram-se. O choque e a surpresa evidentemente enervaram Kuzume, que não opôs resistência alguma às vagas iniciais de assalto. Rápidamente conquistando a crista dominante, os norte-americanos estabeleceram uma cabeça de praia e, depois, deslocaram em duas colunas nas direções da praia. Uma avançou ao longo da costa para L em direção a Opiaref, onde a estrada atravessa a crista e demanda o interior, enquanto a outra se pôs em marcha para W rumo às pistas de aterrissagem.

Já ao anoitecer, a coluna a L ocupara Opiaref e a de W passara a Bolsa de Ildi sem encontrar oposição.

Esta última fêz alto para pernoitar em Parai, a meio caminho entre a bolsa e a posição de Mokmer.

Visto Ildi ter sido ultrapassada sem oposição, provavelmente essa posição não estava ocupada em força.

Ao por do sol, haviam os norte-americanos atravessado o estreito

desfiladeiro da costa e penetrado até 4km do seu objetivo.

Durante a noite, porém, Kuzume novamente recuperou seu equilíbrio, reagindo diante da ameaça. Na manhã seguinte, aos incursores norte-americanos chegados à orla L do campo de aviação, o Coronel ripostou, rechaçando-os até cerca de 2km da aldeia de Mokmer.

Da crista dominando a povoação, seu pessoal imediatamente iniciou mortífero fogo de morteiros e metralhadoras que, feita a regulação do tiro, aferrou os invasores. Naquela tarde, uma coluna flanqueante progrediu ao longo da crista infletindo para penetrar na retaguarda norte-americana.

Essa manobra isolou o já sobre-carregado Btl. ianque, salvo uma Cia. que saiu da armadilha à viva força.

Agora, Kuzume estava com o inimigo nas suas garras e, portanto, pôs-se a formular planos para rapidamente aniquilá-lo. À noite, transferiu para a área das pistas o 1º Btl.

Na manhã seguinte, tendo concentrado todo o RI, lançou os II e III Btls. contra os norte-americanos cercados, em três pesados ataques diferentes. Tais assaltos falharam no propósito de esmagar os invasores, porém, infligiram grandes perdas.

O ataque inicial, desencadeado às 7,00 horas no dia 29, foi encabeçado pelos carros de combate de Kuzume. Esses sete carros, avançando em duas vagas separadas por meia hora, foram de pronto destruídos. Enfrentada por cinco carros médios norte-americanos que se apressaram a amparar os infantes sitiados, a primeira vaga de três carros foi logo destruída. Às 7,30, quando os quatro restantes precipitaram-se através do mesmo terreno e no mesmo dispositivo, êles também foram prontamente postos fora de combate.

Embora não esmagassem completamente o adversário cercado, os ataques e o fogo ininterrupto da Bolsa de Mokmer muito debilitaram a força norte-americana.

Antes de poder ser desferido o golpe final, porém, a noite inter-

pôs-se. Protegida pela escuridão, uma flotilha de socorro chegou, evacuando os sobreviventes, tão maltratados que o Btl. não pôde mais ser empregado no decurso da campanha.

Deslocando-se com presteza através de Mokmer até o apertado desfiladeiro, o Cel. Kuzume ocupou posições das quais pôde eficazmente frustrar outras tentativas de atingir as pistas de aterrissagem através do caminho costeiro. Perdera a primeira fase, no entanto, na segunda, ganhara por muito.

No dia seguinte, ordenou fôssa o III Btl. para a Bolsa de Ibdí, deixando o II para defender o desfiladeiro e regressando com o I Btl. até o bivaque original ao N de Bosnek. Aqui tinha pela frente a coluna norte-americana que, após atravessar a crista de Opiaref, estava avançando através da planície do interior a fim de atacar pela retaguarda as pistas de aterrissagem. Numa rude ação de retaguarda, o I Btl. regressou à área de Mokmer, donde o PC do RI voltou à Caverna de W. Durante essa retirada, o III Btl. não fez esforço algum para auxiliar os seus camaradas.

Não se retirou nem tentou atacar o flanco ou a retaguarda dos norte-americanos mas, ao invés disso, abrigou-se atrás de suas defesas, assim ficando isolado sem lutar sequer.

No Dia D+7, os atacantes foram reforçados, assim assegurando-lhes as comunicações e obviando fôsse aproveitada a última oportunidade de Kuzume atacar e aniquilá-los.

A 12 de junho, o I Btl., reforçado por tropas de Serviço armadas às pressas, foi rechassado através da crista até a pista de Mokmer. Esse revés obrigou Kuzume a retirar as tropas para o terraço ao N da pista, nas cercanias da Caverna de W. Uma semana depois, as colunas norte-americanas estabeleceram contacto.

Enquanto Kuzume estava sendo impellido cada vez mais para as suas bolsas de defesa final, houve duas tentativas a reforçá-lo. A 12 de junho, cerca de 200 fuzileiros desembarcaram em Korim, seguidos uma semana depois por outro Btl. de

Infantaria. Tais reforços foram lançados à luta em ataques fragmentários. Atacando em dispositivos uma Cia. apenas, êles foram dissipados e aniquilados sem prestar ajuda alguma ao abalado Coronel.

No Dia D+9, quando chegaram mais reforços norte-americanos, a maioria dos defensores estava apertada na zona em volta dos campos de aviação. O III Btl. ainda estava isolado na Bolsa de Ibdí com a Bolsa de Mokmer também ocupada. nenhuma das duas opunha resistência além de patrulhas pouco freqüentes e ligeiro fogo de inquirição que fechava a estrada costeira durante curtos intervalos.

A 20 de junho, um ataque coordenado norte-americano expulsou Kuzume das pistas rechassando-o para a crista ao N. O Coronel, junto com considerável fôrça de unidades mistas, refugiou-se na Caverna de W. Durante o dia seguinte esta fôrça foi sujeita a um feroz e incansável ataque, que rudemente enfrentava.

Um por um, em acesas lutas, os redutos foram destruídos e suas guarnições aniquiladas. O fogo dos atiradores emboscados, das peças dos carros e as granadas de mão obrigaram os desesperados defensores a fugir das entradas das cavernas para suas escuras profundidades. Ali, qualquer esperança de sobreviver era de pouca duração. Se bem que os sinuosos túnis fornecessem proteção contra os lançachamas, os exaustos fugitivos logo descobriram terem os engenhosos norte-americanos outra solução. Trouxeram à cena tambores de gasolina, despejando-os nas entradas dos túneis. Granadas de mão transformaram a gasolina em correntezas de chamas que forçaram os nipões mais para as profundidades das cavernas, onde não tardaram a ecoar as detonações dos blocos de TNT nelas lançados.

Para Kuzume, isso era bastante. Aquela noite, na caverna destruída, reuniu seu Estado-Maior e os sobreviventes da sua fôrça.

Todos podendo andar receberam ordens de sair da caverna a fim de desfechar seu último ataque "ban-

zai". Aos feridos, distribuíram-se granadas para sua auto-destruição. Kuzume Naoyukie, então, de maneira impressionante, incendiou os estandartes regimentais, dirigiu-se a um canto da caverna e, conforme o código do derrotado guerreiro Samurai, abriu as entranhas.

Mais tarde na mesma noite, os sobreviventes precipitaram-se contra a tropa veterana da selva que já presenciara tais cargas.

O "banzai" foi rechaçado com tanta fúria quanto fôra lançado.

A carga da noite de 21-22 de junho pôs termo à defesa organizada de Biak.

As tropas isoladas em Ibdí e Mokmer resistiram tenazmente, sendo necessário aniquilá-las aos poucos.

Embora fôsse muito enfadonha, essa fase era de pouca importância tática, pois os campos de aviação já estavam desimpedidos e seguros. Antes de se dar cabo dos últimos nipões, aviões norte-americanos já estavam agindo das pistas mal fadadas de Kuzume. Alguns poucos sobreviventes escaparam às asperas colinas do N para ali serem caçados ou, enfim, sucumbirem à vingança da selva que desafiaram.

Meses depois, quando Biak já estava transformada numa instalação com guarnição permanente com todo o conforto possível e perfeitamente em dia com o serviço de rotina, um japonês, febril e esfoameado, entrou num rancho e rendeu-se.

Em troca de uma farta refeição, ofereceu os restos queimados de uma bandeira japonesa que levava enrolada à cintura.

Era o estandarte de Kuzume Naoyukie.....

Ainda na morte a frustração o perseguiu.

VII — CONCLUSÕES

Vamos agora alinhar, rapidamente, algumas conclusões principais a propósito da ação travada entre as Forças do Cel. Kuzume e as tropas norte-americanas na ilha de Biak, e que poderão ser, em particular, as seguintes:

1 — Doutrina — Não conhecemos o que a Doutrina Japonêsa prescre-

ve a respeito de planos, decisões e conduta de operações.

Pela nossa Doutrina, entretanto, não é bastante planejar uma operação admitindo que isto é o suficiente.

Não deve haver nenhum caráter de inflexibilidade.

Pelo contrário, o que se exige é que uma vez tomadas as decisões e estabelecidos os planos e ordens conseqüentes, uma linha de conduta eminentemente flexível seja observada.

É, pois, necessário que os chefes, particularmente, não se amarrem aos planos pré estabelecidos, mas que, ao contrário, sejam flexíveis, até mesmo ao ponto de alterar, ainda que substancialmente, os planos iniciais, em face da evolução dos acontecimentos.

Em última análise: é o comportamento do inimigo suas ações e reações, que vão ditar a conduta de operação.

Se tudo se desenrola de acordo com os planos previstos e traçados, muito bem.

Porém, se as coisas correrem de modo diverso, será preciso acompanhar os acontecimentos, observando-os e estudando-os para, se necessário, introduzir variantes no plano inicial, modificando-o completamente, se preciso.

O Cel. Kuzume, cremos que devido àquela falha já apontada no início deste trabalho, muito peculiar ao combatente nipônico, não tomou conhecimento da conduta do inimigo, nem da evolução dos acontecimentos.

Agarrou-se desesperadamente ao seu Plano inicial (que era bom, aliás) e, sem introduzir qualquer variante aconselhada pelo comportamento do inimigo, levou ao extremo a sua capacidade de lutar, e, coerente com a sua formação, e educação, fiel à tradição do guerreiro Samurai derrotado, praticou o supremo sacrifício, desde que julgou que a sua parada estava perdida.

Admitindo, como parece, que seu Plano inicial era suficientemente bom para lhe assegurar o êxito no cumprimento da missão, e, exe-

cutando-o fielmente até o final, o Cel. Kuzume foi, sem dúvida, o seu mais ferrenho inimigo.

Tivesse sido êle mais flexível e teria conseguido, não talvez a vitória, porém, seguramente, tornar muito mais cara a conquista de Biak pelos norte-americanos.

Por exemplo: o cêrco do Btl. norte-americano em Mokmer, a D+1, foi excepcionalmente bem executado. Se bem que não aniquilasse o adversário cercado, os ataques nipônicos foram tão devastadores que neutralizaram grande parte da força desembarcada (coluna de W). O Btl. ianque, seriamente atingido e salvo durante a noite seus remanescentes, nada mais pôde fazer no decurso da campanha.

Kuzume, que concentrou todo o seu RI para o ataque ao Btl. norte-americano em Mokmer, e, praticamente aniquilou o adversário, logo em seguida, tornou a dispersar suas forças.

Se tivesse mantido o RI concentrado para lançá-lo, sem perda de tempo contra a coluna norte-americana (coluna de L) que operava atrás da crista de coral, provavelmente poderia ter dado novo rumo ao desenrolar das operações.

Poderia ter feito isso, fixando o adversário em Mokmer e lançando o grosso da sua Fôrça contra a coluna de L, numa manobra de envolvimento.

Com parte de suas forças fora de ação, um revés da coluna que operava atrás da crista teria pôsto os norte-americanos na cabeça de praia, numa posição extremamente precária.

A esta altura, o Cel. Kuzume teria muito a ganhar e muito pouco a perder, porém não foi capaz de tomar tal decisão.

Sem dar atenção ao verdadeiro desenvolvimento da luta, voltou, simplesmente ao plano original, satisfeito com o êxito parcial, sem olhar para o conjunto.

Com a chegada dos reforços norte-americanos, o ensejo que se oferecera a Kuzume, em condições as mais vantajosas, desapareceu por completo.

Ainda no ataque ao Btl. norte-americano a D+1, Kuzume utilizou muito mal os poucos carros de que dispunha, pois, perdendo logo a metade dêles no primeiro assalto, insistiu em lançar os restantes no mesmo local, e com o mesmo dispositivo.

Os cinco carros médios americanos que aniquilaram a primeira vaga de Kuzume (3 carros), não tiveram nenhuma dificuldade em destruir os quatro restantes (2ª vaga). Talvez nem tenha sido necessário novas operações de pontaria.

Poderia o Cmt. japonês poupar seus quatro últimos carros para melhor uso posterior; ou pelo menos não deveria condená-los empregando-os como o fez.

E também a ação de retaguarda executada pelo 1º Btl. japonês (que, no dia seguinte ao ataque concentrado contra o Btl. ianque cercado em Mokmer, fora mandado para o seu bivaque inicial ao N de Bosnek), face à coluna norte-americana que operava atrás da crista — coluna de L —, apesar de rude e bem executada, foi completamente inútil, dada a vantagem dois a um do adversário.

É mais uma prova de que Kuzume agiu mal, dispersando suas forças logo após tê-las reunido e obtido, com isso, um bom resultado; e também do seu apêgo ao plano original.

De fato, no dia seguinte ao ataque contra o Btl. americano cercado, mandou o 3º Btl. para a bolsa de Ibdí, o 1º Btl. para a sua posição inicial em Bosnek e conservou o 2º Btl. para defender o desfila-deiro, dispersando sua melhor Fôrça (de fato o núcleo das Fôrças de que dispunha) o que só lhe trouxe maus resultados.

O 1º Btl., fortemente pressionado refluiu para a área de Mokmer, donde tinha partido; o PC de Kuzume regressou à Caverna de W e o 3º Btl. entocou-se na Bolsa de Ibdí e aí ficou imobilizado até o fim da luta, sem nada mais fazer do que, de acôrdo com o processo normal nipônico, lutar até o aniquilamento total.

Aliás, sobre esse 3º Btl. há uma observação importante a fazer e que parece revelar, de certo modo, mais uma faceta desse estranho tipo de combatente que é o soldado japonês.

Durante o movimento retrógrado do 1º Btl., o 3º Btl., entrincheirado na Bolsa de Ibdí, a cavaleiro do flanco e até da retaguarda dos norte-americanos, nada fez em auxílio dos seus camaradas empenhados em uma luta rude, desesperada e desigual.

Qualquer atuação desse Btl. só poderia resultar em valioso auxílio ao 1º Btl.

Qualquer um, mesmo um leigo, pode perceber isso.

Parece, no entanto, que japonês não percebe.

O 3º Btl. revelou, no mínimo, o que se chama falta de cooperação de combate, com ausência total daquilo que deve existir entre combatentes já não dizemos irmãos (e, no caso, eram do mesmo Regimento), mas simples aliados, ou seja — falta de solidariedade de combate, falta de camaradagem, etc.

Pode ser, como dissemos, que isto seja usual entre os soldados nipônicos, mas, entre nós, pelo menos, isto é praticamente um crime e o chefe que assim proceder, jamais justificará sua conduta execrável.

E, se nos lembrarmos que esse 3º Btl., depois, lutou em Ibdí com a tenacidade do desespero até o extermínio, ficaremos, mais uma vez intrigados e, seriamente, quase aturdidos diante da psicologia desse esquisito combatente que é o militar japonês.

É mais um assunto para pensar, mas nós preferimos explicar o fato, por meio daquela falha que já apontamos no início deste trabalho — o soldado japonês, entregue a si mesmo, perde muito do seu valor, e a iniciativa não é, positivamente, o seu forte.

Em resumo: parece ter ficado claro que Kuzume agiu bem concentrando suas forças para atacar

a coluna de W; teve êxito, e poderia, conservando-as reunidas, atacar a coluna de L e, procurando bater o inimigo por partes, colocar muito mal a cabeça de praia dos invasores, podendo assim madar o curso das operações a seu favor.

Mas, dispersando novamente suas forças, para se aferrar ao Plano inicial, agiu mal, permitindo que o adversário, recebendo reforços, se refizesse, perdendo assim a melhor oportunidade de conseguir, senão a vitória, ao menos tornar bem mais custosa a conquista de Biak.

2 — Falhas (algumas) devidas a mau aproveitamento do terreno.

Kuzume esteiou bem o seu sistema defensivo, apoiando-se nos três pontos-chave para a sua manobra: bolsa de Mokmer, Cavernas de L e Bolsa de Ibdí.

De um modo geral, aproveitou bem o terreno, porém falhou em pontos que lhe foram fatais, pelo menos, nos que se seguem.

Não aproveitou bem a linha de colinas que dominava a praia, que, por sua natureza muito favorável, se prestava a uma atuação vigorosa sobre as vagas de desembarque, extremamente vulneráveis nessa fase crítica das operações anfíbias, em que pese o grande efeito do apoio de fogo naval.

Aliás, não sabemos se houve o apoio de fogo naval usual nestas operações. Talvez tenha sido suprimido visando obter a surpresa (2).

As vagas de assalto desembarcaram livremente, sem ser hostilizadas, e, os atacantes puderam, a salvo de qualquer ação, agrupar-se e organizar as suas colunas de ataque.

Se hostilizados nessa fase, talvez tivessem sido jogados ao mar, de acordo, aliás, com a idéia de Kuzume, "que pretendia repelir toda a tentativa de desembarque, que deveria ser enfrentada e derrotada nas praias".

Ele decidiu isso, porém, não executou a sua decisão na ocasião de-

(2) A deficiente fonte de que nos valem nada diz a respeito, porém, pelo que parece, achamos que a ação de fogo aero-naval usual na fase preliminar dos desembarques foi suprimida em benefício da surpresa.

vida. Nada fez para impedir sequer o desembarque.

Aqui, êle, nem ao menos, se agarrou ao seu plano inicial, visto como, o desembarque ocorreu exatamente como fôra previsto (local e época).

Viu-se que a linha de rochedos estava apenas guarnecida por elementos de vigilância, quando poderia ser uma verdadeira primeira linha de resistência.

Outra falha notável foi deixar desguarnecida e aberta a brecha de Opiareff, existente na crista de coral.

O Btl. de Guardas Navais que poderia guardá-la e fechá-la, pois estava no seu quartelão, não só não o fez como, de fato, nada fez durante tôda a operação, tornando-se um elemento completamente inútil.

Por essa brecha passaram livremente os americanos (coluna de L) para, penetrando na planície interior da ilha, ir investir diretamente a parte principal do sistema defensivo de Kuzume.

Não é possível explicar porque Kuzume deixou aberta a única brecha existente na linha de rochedos.

Simplemente não tem explicação.

A única hipótese aceitável é que, desde que Kuzume deixou aos seus comandantes de quartelão inteira liberdade e responsabilidade, tivesse julgado que o Cmt. do Btl. de Guardas Navais tomasse as providências necessárias. E êste não o fez, talvez porque não tivesse recebido ordem expressa para fechar a brecha.

Mais uma vez se verifica a característica do combatente japonês entregue a si mesmo, perde muito, senão inteiramente o seu valor e a iniciativa não é, positivamente, o seu forte.

Aliás, convém assinalar que, no único documento cartográfico que possuímos — um esbôco na escala aproximada de 1/100.000 — não se pode garantir bem se a brecha de Opiareff estava no quartelão do Btl. de Guardas Navais ou no do 1º Btl.

Sendo essa brecha a única existente, era ela, obviamente, um ponto vital a defender. Deveria pois sua defesa ficar entregue a uma unidade (um comando) não se justificando

que, por exemplo, ficasse no limite de dois quartelões. E, parece ainda, que seria melhor defendida pelo 1º Btl. do 222º RI, do que pelos Guardas Navais. É esta, uma questão de opinião, apenas, essa de atribuir a uma Unidade de mais confiança a defesa de um ponto tão vital para a posição.

De qualquer modo, porém, o que não se justifica é tê-la deixado aberta, o que foi fatal para a defesa de Kuzume.

3 — *Surpresa.*

A surpresa é sempre um elemento de alto valor nas operações.

Desde a mais remota antiguidade se procura obter, mediante a ação de choque até mesmo emocional, as vantagens que ela proporciona àquele que a consegue sobre o adversário.

Ora, o Cel. Kuzume estava preparado para evitar a surpresa.

Êle teve informações, embora não muito exatas porém suficientes, sobre a época em que, provavelmente, um desembarque poderia ser executado.

Desde 22 de abril, quando do desembarque americano em Holanda, que o Serviço de Informações Japonês tinha idéias mais ou menos certas de quando uma operação contra Biak poderia ser tentada.

Parece, também que, dias antes do desembarque, o Cel. Kuzume recebera aviso para esperá-lo nos fins de maio.

Assim, como o assalto foi lançado a 27 de maio, Kuzume estava, desde antes, alertado para aguardá-lo, e não poderia ter sido surpreendido, como o foi.

Também quanto à provável área de desembarque não poderia haver surpresa. Kuzume previu, e bem acertadamente, o local exato do desembarque, em conclusão a que, logicamente, chegou.

Desde que não haveria surpresa no tempo e nem no espaço, pois a época e o local do assalto tinham sido exatamente previstos, não se justifica o fato de Kuzume ter sido apanhado de surpresa e entrado em verdadeiro "estado de shock", do

qual, só após a perda de precioso tempo, voltou a si.

E, quando os infantess da 41ª DI se lançaram na praia, às 0715 horas de 27 de maio, em plena luz do dia, nenhuma oposição lhes foi feita.

Com seu dispositivo montado e as tropas nas posições adrede preparadas, nada foi feito para agir contra as vagas de assalto nem ao se aproximarem da praia, nem ao desembarcarem e tomarem seu dispositivo de ataque.

As peças de artilharia de 152mm embasadas parece que nada fizeram, e tudo indica que as forças de Kuzume mantinham-se em reserva, bivacadas, em vez de ocupar suas posições.

O 1º Btl. e o Btl. de Guardas Navais bivacaram atrás da colina de coral, cerca de 3km ao N de Bosnek onde também se achava o PC de Kuzume.

E as colinas dominando as praias estavam apenas ocupadas por vigias que se retiraram sem dar um tiro.

A fase crítica do desembarque processou-se, pois, comodamente, sem o mínimo sinal de hostilidade por parte dos defensores.

O choque e a surpresa, provavelmente enervaram Kuzume que nenhuma resistência opoz às vagas iniciais de assalto.

A Bolsa de Ibdí, um dos pontos-chave da defesa de Kuzume, justamente aquêle que, por sua localização e fortemente organizado em reduto fortíssimo, se destinava a bater o desfiladeiro da praia opondo-se a um avanço partindo de Bosnek e guardando a entrada oriental do pequeno vale, foi ultrapassado livremente pela coluna de W.

Tudo indica que esta forte posição não estava ocupada em força, como seria de esperar. A coluna de W ultrapassou-a sem oposição e estacionou em Parai, a meio caminho entre a bolsa e a posição de Mokmer, para passar a noite.

Tudo, como sempre, livremente, e ao mesmo tempo que a coluna de L, também livre de qualquer oposição, transpunha a brecha de Opiareff, e, ao anoitecer, ocupava esta aldeia.

A surpresa, pois, foi completa, beneficiando logicamente os norte-americanos que, talvez, nem esperassem conseguí-la de modo tão inesperado.

Nada justifica a surpresa de Kuzume, como já demonstramos.

E muito menos ainda que, diante do fato consumado, só voltasse a si do choque, durante a noite do dia do desembarque.

Kuzume custou muito a recuperar o equilíbrio, embora tenha, quando isto aconteceu, reagido muito bem ante a ameaça que se pronunciava fatal para a sua operação defensiva.

Em resumo, vemos um chefe suficientemente alertado e preparado para receber o inimigo, que se apresentou como fora previsto, deixar-se envolver por uma ação de surpresa verdadeiramente injustificável.

Não sabemos explicar a causa, porém, o que é de notar é que, desde que a surpresa aconteceu, seus resultados foram excelentes para quem a conseguiu e dela se beneficiou.

E isto nem é preciso explicar.

Todavia, ainda uma suposição talvez possa ser feita: será que o Cel. Kuzume teria, introduzindo uma variante em seu plano inicial, consentido que o inimigo desembarcasse livremente para, em seguida, mediante ação violenta e inesperada, atirá-lo ao mar?

Não parece provável:

1º — porque permitir que o inimigo chegue à praia livremente e inicie, também livremente, a organização da cabeça de praia, é, além de perigoso, perder uma das melhores possibilidades de repeli-lo, sabido como é que a abordagem da praia é uma das mais delicadas fases da operação de desembarque, particularmente se visando a surpresa, o apoio de fogo não se tiver feito sentir na preparação da operação;

2º — porque seu dispositivo não parecia responder a uma manobra desse tipo, tanto que, reunindo seus meios para atacar parte das forças da cabeça de praia que entestaram a parte principal da posição, tendo obtido êxito, dispôs-as logo em

seguida sem aproveitar a oportunidade para lançá-los contra a outra parte das forças como seria o caso, se algo tivesse planejado desse modo;

3º — porque, parece já suficientemente provado que Kuzume teve como única preocupação aferrar-se a seu plano inicial que, aliás, previa “repelir toda a tentativa de desembarque, que deveria ser enfrentado e derrotado nas praias”; tomou medidas para isso, e, se não o fez, alguma coisa não bem explicável deve ter sucedido com ele.

Não cremos, portanto, que Kuzume tivesse pensado em deixar os norte-americanos livres durante toda a jornada do dia 27 de maio, operando tranqüilamente em plena luz do dia, com a intenção de armar-lhe uma cilada mortal.

E se pensou, não o fez, ou pelo menos, o fez muito mal.

4 — *Emprêgo das Reservas.*

Kuzume, praticamente, empenhou todo o seu efetivo mais útil, ficando reduzido a uma Reserva de apenas o valor de 1 Btl. (2 Cias), assim mesmo ainda empenhado em auxiliar a tarefa de completar pistas não acabadas.

É fato que dispunha de várias Unidades de Art. AAé. Engenharia e de Serviços, que, armadas convenientemente, poderiam ser empregadas como infantaria.

E foi o que ele fez, armando-as às pressas, quando se aproximou o momento crítico e final do seu drama.

Mas, houve algumas tentativas de reforçar o aturdido coronel.

Enquanto ele estava sendo impedido cada vez mais para suas bolsas de defesa final, duas tentativas de reforçá-lo foram feitas.

A 12 de junho, cerca de 200 fuzileiros desembarcaram em Korim, seguidos, uma semana depois por um Btl. de Infantaria.

Em vez de receber esses reforços para utilizá-los como seria o desejável e como as necessidades do combate indicassem, Kuzume lançou-os à luta em ataques fragmentários e sem objetividade.

Atacando em dispositivos de uma Cia., apenas, foram os reforços, como era de esperar, facilmente dissipados, sem prestar nenhum auxílio ao abalado coronel.

Kuzume nada mais fez do que, como se diz, lançar lenha na fogueira.

Os reforços não eram consideráveis, é fato. Mas poderiam ter tido um melhor emprêgo.

De qualquer modo, lançá-los à luta, por Cias., e à medida que chegavam, não é um modo, nem sequer aceitável, de empregá-los.

Não merece esse ponto, aliás, nenhuma crítica mais, por ser absolutamente desnecessária.

E, com a posterior chegada de mais reforços norte-americanos, a D+9, tudo se aproximou do fim, com a maioria dos defensores apertada na área em volta dos campos de aviação.

O 3º Btl. ainda estava isolado na Bolsa de Ibdí e a Bolsa de Mokmer, também estava ocupada, mas, em ambas não havia resistência séria.

O sistema defensivo de Kuzume estava nas últimas e o ato final da defensiva, segundo o uso nipônico ia ser desempenhado.

E o foi do modo já descrito na Evolução dos Acontecimentos, como se viu anteriormente.

5 — *Um aspecto moral.*

Apesar de todos os erros e falhas de Kuzume e seus comandados, um ângulo do drama de Biak, nos parece interessante fixar aqui.

Vimos o Cel. Kuzume, desde que se considerou derrotado, quando os atacantes o haviam acuada no seu reduto final e suas forças remanescentes lutavam isoladas e com desespero caracteristicamente nipônico, preparar-se para o ato final da sua defesa, segundo o rito tradicional do guerreiro Samurai vencido.

Vimos as medidas finais que tomou e as últimas ordens que deu aos seus comandados.

E como, finalmente, partiu ao encontro dos seus antepassados, via hara-kiri.

Porém, morto o Comandante, a carga Banzai foi desfechada com a fúria usual, isto é, a tropa cumpriu religiosamente (é bem o termo) as ordens do seu Comandante morto.

Dir-se-ia que Kuzume não morreu para os seus soldados e que, mesmo depois de morto chefiou êle mesmo o contra-ataque suicida.

Não deixa de ser um aspecto bastante interessante o dessa estranha moral japonêsa, que faz com que uma tropa cumpra exatamente as ordens de um comandante que ela mesma assistiu cometer o suicídio, por ter-se julgado derrotado e que tudo estava terminado.

Porque Kuzume não passou o comando a ninguém, é bom notar.

Apenas deu suas ordens e motou-se, simplesmente.

Morto o chefe, poderia outro comandante assumir o comando e tomar outras decisões.

Mas nada disso aconteceu.

Será ou não muito estranha para nós outros, ocidentais, uma tal conduta?

Se a história não está cheia de exemplos de resistências heróicas e até o extermínio, nem por isso é menos digna de cogitação essa estranha norma de ação que parece usual entre os japoneses.

Fixando êsse ângulo como indiscutível atestado do valor das forças morais na guerra, embora, talvez,

um tanto deturpadas, desejamos apenas chamar, mais uma vez, a atenção daqueles que se interessam por êsses assuntos, para êsse singular tipo de combatente, tão pouco conhecido entre nós.

6 — E finalmente...

Ao terminar êsse desprezencioso trabalho, desejamos unicamente que sua leitura venha despertar algum interêsses pelo combatente japonês, por parte daqueles a quem o estudo dos assuntos ligados à história militar preocupa, por qualquer motivo.

Não temos a pretensão de ter analisado profundamente um caso vivido, mas unicamente, procurando expor êsse caso, focalizando certos aspectos específicos, mesmo porque não dispuzemos de outros elementos, além de uma simples narrativa do combate em Biak.

Não é provável que tenhamos que nos empenhar em luta contra japoneses.

Pelo menos, nada indica isso.

Porém, se algum dia isso acontecer, não é demais têrmos, ainda que muito pálida, uma idéia de como agem e se conduzem em combate.

E, se fôr do modo como o fizeram em Biak, é muito provável que essa idéia apareça no modesto trabalho que aqui apresentamos.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Telefone : 23-5928 — (Rêde Interna)

Gerência : 43-1112 — Diretoria : 23-0556

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)

Aperfeiçoando mecânicos brasileiros... HÁ 30 ANOS!

Desde sua instalação em nosso país — há 30 anos portanto — uma das primeiras preocupações da General Motors foi a de constituir uma Escola de Mecânicos de automóveis, visando criar a indispensável mão-de-obra especializada para atender ao surto impressionante dos transportes motorizados em nossa terra. Essas mesmas facilidades foram desde logo estendidas também às nossas forças armadas, que permanentemente vêm formando especialistas nesses cursos da General Motors do Brasil. A Escola de Mecânica continua em pleno funcionamento e este é apenas um aspecto da ampla participação da General Motors na vida nacional — e de seu desejo constante de colaborar com o público e com as autoridades — nos mais diversos setores.

GENERAL MOTORS DO BRASIL S. A.

SÃO CAETANO DO SUL — SÃO PAULO



Problema da seleção e orientação profissional no Exército com bases nos fundamentos biológicos, psicológicos e sociológicos da medida

Maj. AYRTON RODRIGUES XEREZ

Problema sempre em foco pela sua importância, a seleção no Exército em seus diversos aspectos é uma preocupação constante dos chefes em todos os escalões.

De fato, a seleção está na base, na origem do edifício militar, iniciando-se com o recrutamento e tendo como lema: "O Homem capaz para a tarefa".

A sua finalidade aí está clara; a procura do melhor, visando a obter o ideal que deve ser objetivado nas melhores cousas.

Embora sempre fôsse praticada com boa vontade e contando com os melhores esforços, a seleção no Exército nem sempre foi bem orientada e os resultados muitas vezes não marcaram uma série de acertos. Todavia, os dados acumulados pela experiência, o esforço persistente no sentido de um melhor aprendizado e a aquisição de novos conhecimentos e novas técnicas, vieram enquadrar o assunto dentro de moldes científicos, de certo rigor, limitando as divagações em torno do mesmo e iluminando um campo antes inteiramente dominado pelas trevas de um empirismo cego.

Vigas mestras do edifício militar, a seleção e orientação com bases científicas, poderão oferecer-nos, com maior garantia de precisão, um maior rendimento de trabalho no Exército, uma vez que é questão pacífica que um indivíduo "dá" mais para um coisa do que para outra, produz mais em um trabalho do que em outro.

Ninguém ignora que o Exército oferece centenas de variadíssimas oportunidades de trabalho para aqueles que ingressam em suas fileiras. Tal como na vida civil, é muito amplo o seu "mercado de trabalho", onde podemos encontrar atividades que correspondem às profissões liberais e semi-liberais ou técnicas, além de ocupações e ofícios diversos. A história progressiva de cada indivíduo, a indagação de suas preferências, não constituem indicações suficientes para a sua colocação, mormente daqueles cuja experiência de trabalho é limitada ou praticamente inexistente.

Os processos de seleção e orientação esteiados no conhecimento objetivo do ser humano na compreensão do papel psico-sócio-biológico representado pelo indivíduo, conduzirão o Exército Brasileiro a organização de u'a máquina de combate, cuja estrutura, incluindo milhares de especialistas, adequadamente selecionados, treinados e organizados, conseguirá alcançar uma atuação verdadeiramente adaptada ao grande objetivo visado, isto é:

— vencer a guerra pelo aproveitamento máximo e eficiente das possibilidades de cada homem.

Quando no Exército, os órgãos responsáveis alcançarem em extensão e profundidade a aplicação generalizada desta nova técnica e passarem a encaminhar a aplicação generalizada desta nova téc-

nica e passarem a encaminhar "O Homem capaz para cada tarefa", a antiga distribuição mais ou menos arbitrária e destituída do conteúdo científico, estará fadada a ser inteiramente substituída.

A seleção profissional iniciada com o recrutamento racional preocupar-se-á com a classificação do indivíduo dentro do grupo.

Na capítulo da orientação profissional vamos encontrar:

a) a análise das variadas e múltiplas ocupações militares, visando a descobrir os atributos pessoais necessários para o desempenho das várias atividades. Esses dados são indispensáveis para o esclarecimento dos candidatos aos vários tipos de trabalho (análise de ocupações e monografias sobre profissões);

b) a coleta e sistematização de dados que permitem o reconhecimento e identificação de endereços vocacionais, através da análise cuidadosa dos interesses, das aptidões, das capacidades, da formação anterior, enfim da personalidade de cada um (provas objetivas);

c) o aconselhamento individual, visando ao melhor rendimento e eficiência para o Exército e o melhor ajustamento sócio-emocional de cada um dos membros que integram o grupo (entrevista);

d) encaminhamento ao trabalho, colocação e acompanhamento ("follow up").

Os programas de orientação e seleção profissional, mantendo entre si estreitas relações, terão sempre que organizar ou integrar pontos de vista, às vezes divergentes, relacionados com a capacidade produtora de cada indivíduo, por um lado, e as exigências profissionais ou ocupacionais, por outro lado.

Voltando ainda à definição de que seleção é "A procura do Homem capaz para a tarefa", podemos estabelecer um raciocínio simples e objetivo que nos indicará no emaranhado dos fatos aparentemente confusos ou díspares, o caminho para o fim colimado.

Se queremos o homem para a tarefa vamos preliminarmente tentar delimitá-la fixando-a com precisão, e chegando mesmo a pormenores, às atribuições competentes de cada função.

O passo seguinte será a indicação das qualidades que deverão possuir ou revelar os candidatos ao exercício daquelas tarefas.

Temos aqui aptidões, capacidade, sentimentos, tendências (vocação), interesses, enfim uma série de indícios cuja perquirição a certos métodos, nos levará ao levantamento daquelas qualidades. Reunidos constituem uma verdadeira classificação psicotécnica das atividades profissionais. — Profissiogramas.

Qual esse método? Quais os instrumentos que nos levarão à pesquisa desses indícios e sua correta interpretação tendo em vista o que desejamos?

Para esse efeito têm sido estudados e empregados, alguns tipos de testes, cuja eficiência entretanto só poderá ficar suficientemente evidenciada após pesquisas mais extensas e profundas, mas cremos que o até agora produzido, apenas aflora à superfície do problema — (testes de habilitação I a B C, teste Binet — Terman, trabalhos de seleção na ESA etc.).

O curso de Classificação Pessoal (CCP), órgão de execução da Diretoria Geral de Ensino, parece-nos o laboratório em condições de elaborar esses instrumentos, inicialmente os profissiogramas e depois as baterias de testes aqui referidas.

O problema assim colocado revela-se de grande amplitude.

Êstes instrumentos de investigação teriam aplicação desde a seleção para incorporação, seguindo-se a seleção indispensável à designação de candidatos à matrícula em cursos elementares e especializados, tentativas ensaios de aplicação à escolha de arma (práticas na incorporação e caso particular da AMAN), subsídio para critério visando a promoção (revelação de "leaders").

Tudo leva a crer que caberia ao CCP, como órgão técnico o estudo e pronunciamento sobre o âmbito e possibilidades de execução do projeto acima esboçado. A tarefa é extensa e árdua, e convém lembrar aqui que não se deve entender por classificação apenas a designação feita inicialmente de um homem para um dado serviço, uma vez que é necessário acompanhá-lo durante toda sua vida profissional, mantendo-se um registro de cada acontecimento importante de sua carreira.

Ninguém ignora que um homem pode progredir ou regredir no seu "status" com o resultado da qualidade de seu trabalho. Pode ser escolhido na base das avaliações de suas "performances", testes e outras medidas de habilidade para cursar uma das escolas de especialização ou mesmo para a de formação de Sargentos (ESA) ou oficiais (EEPP e AMAN), revelando-se mais tarde, inadaptado, depois de colocado, apesar de ter sido corretamente selecionado.

Surge então, mais um dos problemas da seleção — a readaptação.

Sem aquele registro não dispomos de elementos de verificação da validade ou eficiência dos trabalhos de seleção realizados e não poderemos, em consequência, corrigi-los e aperfeiçoá-los.

Resumindo, diremos que os métodos científicos de medida dos vários atributos humanos, permitem conhecer e compreender os indivíduos, sob vários aspectos, de maneira mais objetiva, em um período relativamente curto.

Os princípios gerais que controlam, ou, por outra forma, influenciam a conduta humana podem e devem ser analisados e estudados, conduzindo-nos a muitas respostas sobre os "por quês" de com-

portamentos do ser humano e do maior ou menor ajustamento do indivíduo ao meio, e ao trabalho. A eficiência da organização e da atuação do Exército reside no conhecimento dos homens que compõem esse grupo, isto é, no conhecimento de suas capacidades, qualidades e limitações, das diferenças que existem entre eles, dos interesses que os empolgam, dos traços dominantes de suas personalidades, de suas capacidades de adaptação a situações novas e imprevisas, de suas relações sociais, especialmente no capítulo "comandante x comandados", ou em situações de pânico etc., enfim de tudo aquilo que constitui objeto de estudo da Psicotécnica Militar. Todos conhecemos as influências do método científico nesta era de tecnologia e industrialização, que também atingiu profundamente a arte da guerra.

Este é também o momento em que todo líder militar deve procurar aplicar os princípios científicos para melhor conhecimento de seus homens, as máquinas humanas, únicas capazes de vencer a guerra.

As informações objetivas colhidas sobre indivíduos, necessidades e possibilidades do Exército Brasileiro, ajudarão a encaminhar o "Homem capaz para a tarefa". Sem dúvida, nem sempre será possível localizar precisamente o indivíduo de acordo com todos os dados colhidos.

Contudo, numa organização tão complexa como é o Exército será sempre possível encontrar para cada homem uma ocupação, em determinada área de trabalho, onde sua produção e ajustamento possam ser, pelo menos razoáveis, quer do ponto de vista do indivíduo, quer do ponto de vista da coletividade.

Aqui está o melhor!

BRAHMA CHOPP

contém o *RICO SABOR* do

Melhor MALTE ★

Melhor LÚPULO ★

Melhor FERMENTO ★

É natural! Brahma Chopp é o melhor porque contém os melhores ingredientes. Aquê "rico sabor" que você tanto aprecia em seu Brahma Chopp nasce da rigorosa escolha do malte mais revigorante do lúpulo mais rico e do fermento mais puro. Por isso Brahma Chopp é uma cerveja tão querida, tão apreciada por todos nós em todo o Brasil. Beba-o sempre. Só faz bem.

Beba

BRAHMA CHOPP

Em garrafa ou barril

PRODUTO DA CIA. CERVEJARIA BRAHMA

AS MANOBRAS MILITARES DO EXÉRCITO PORTUGUÊS NO ANO PASSADO

Pelo Capitão de Fm. C. E. M. JOSÉ RODRIGUES
RAIMUNDO (*)

As últimas manobras, que decorreram de 6 de setembro a 10 de outubro, tiveram um completo êxito, constituindo verdadeiramente a cúpula de uma instrução ministrada ao soldado desde que êle entrou nas fileiras. Se é certo que algumas deficiências surgiram não é menos certo também que progressivamente elas se foram eliminando, mercê de críticas francas em que os Comandos ao mesmo tempo que apontavam erros indicavam procedimentos corretos a adotar. E todos, desde os Comandos ao soldado, estavam animados da mesma vontade de saber, do mesmo desejo de se aperfeiçoar. Procuremos viver êsse período para melhor compreendermos o significado destas manobras.

CONCENTRAÇÃO

Iniciou-se a 6 de setembro, tendo terminado em 9.

É interessante chamar a atenção para 2 pontos:

— Houve unidades que tiveram que fazer o percurso da ordem dos 200 km.

— O acesso à zona de concentração obrigava as unidades da Divisão a transpor o *Tejo*, só possível nas pontes permanentes da *Chamusca* e *Abrantes* e na ponte de apoios flutuantes montada pela Engenharia Militar no *Arripiado*. Durante as manobras foi montada mais uma ponte na *Praia do Riba-*

tejo, a ponte "*Treadway*" que permitiu a passagem de cargas da ordem das 50 toneladas.

Compreende-se assim a necessidade que houve de um estudo minucioso de movimento e a montagem de um sistema adequado de opóio logístico, e do estabelecimento de um serviço de regulação e controle de tráfego. Estas medidas conjugadas com a boa instrução das unidades permitiram que a concentração se realizasse nas melhores condições e tivesse terminado no período previsto.

FORÇAS EM MANOBRAS

A Divisão em manobras era a 2ª Divisão, do Comando do Sr. General *Buceta Martins*, de um Corpo de Exército comandado pelo Sr. General *Nunes da Silva*, sendo aquela constituída por 3 RI, 1 Gr CC, 1 Esq Rec, 3 GAC 10.5, 1 GAC 14, 1 GAAA, 1 Bat Eng, 1 Bat San, 1 Comp PM, 1 Comp. de Intendência e Manutenção de Material.

Como elementos não endividuados, pertencentes ao CE existiam: 1 Comp de Reab de Comb e Lubr, 1 Comp. Mista de Transmissões, 1 Comp Auto Ligeira de TG, 1 Comp. de Serventes, 1 Hospital Cirúrgico Móvel, 1 Pel Padaria, 1 Pel Reab Viveres, 1 Pel de Distribuição de Águas, 1 Equipe de Análise de Águas, 3 Equipes de Inspeção de Alimentos.

(*) Transcrito da Revista "Defesa Nacional" (ns. 247-248).

EXERCÍCIOS NO CAMPO

Terminada a concentração as unidades iniciaram um período de instrução e reajustamento, procurando preparar as tropas para os exercícios que se iam seguir. Este período foi da máxima utilidade pois que além de permitir eliminar algumas falhas de instrução e organização deu aos Comandos um melhor conhecimento dos homens que é absolutamente essencial para o êxito das operações.

Entretanto, enquanto nas unidades se procedia a este trabalho preparatório, os EM completaram o planejamento dos exercícios, estudando-os em todo o seu pormenor.

Em 12 de setembro iniciou-se a primeira fase dos exercícios de campo, aquêle que dizia respeito às P.U. e no qual a Divisão se manteve com todos os seus órgãos de apoio, no Campo de Instrução Militar. Analisemo-la sob 2 aspectos:

- Tático;
- Logístico.
- a) Tático:

Naturalmente impunha-se que os exercícios se iniciassem nos escalões mais baixos para progressivamente se chegar ao escalão divisionário. A instrução durante a escola de recrutas permitiu que se começasse por exercícios de Batalhão que se desenvolveram de 12 a 18 de setembro e compreenderam:

- O BI em Guarda Avançada
- O BI na Defensiva e Contra-ataque
- O BI no ataque

Com os primeiros procurou-se treinar as tropas particularmente nos seguintes pontos: execução da aproximação em meio auto; desembarque e prosseguimento da ação a pé; papel dos elementos de segurança e reconhecimento; segurança contra ações aéreas e sabotagens; restabelecimento de um itinerário, etc.

Para atingir essa finalidade era forçoso representar a ação do inimigo que determinasse da parte

das tropas as reações adequadas. Tal conseguiu-se pela atuação de tropas "inimigas", sinais convencionais, mensagens enviadas do escalão superior, etc., que materializavam os golpes de mão, as patrulhas, sabotagens, espionagem, bombardeamentos aéreos, destruição e obstrução, etc.

Na ofensiva cada Regimento empregava todos os seus Batalhões em cada dia: 1º BI ocupava um setor defensivo em 1º escalão, o 2º BI instalava-se como reserva de regimento e preparava um dos contra-ataques previstos e finalmente o 3º BI representava o "inimigo".

Os exercícios de Batalhão terminaram com o ataque em que cada Regimento empenhava diariamente um BI.

Terminado este 1º período correspondente à atuação dos Batalhões, seguiram-se 2 dias de críticas em que os problemas foram discutidos, se chamou a atenção para as deficiências encontradas e se indicou a maneira correta de resolver as questões. Não é de mais salientar a utilidade deste exame crítico; só assim, na realidade, se conseguiu tirar os ensinamentos que todos pretendiam e que se refletiram nos exercícios ulteriores pela maneira mais perfeita como foram executados.

Seguiram-se depois os exercícios de Agrupamento Tático que tiveram início em 19: Infantaria, Carros, Artilharia e Engenharia constituem um "team" atuando em conjunto, ajudando-se mutuamente no cumprimento de u'a missão imposta. Compreende-se pois a necessidade de se conhecerem e compreenderem perfeitamente, para que cada um não exija do outro mais do que as suas possibilidades, para que possa contar em justa medida com o auxílio que o outro lhe possa fornecer. Fundamental pois nestes exercícios de Agrupamento Tático era a cooperação Infantaria-Carros-Artilharia que se procurou aperfeiçoar nas três situações criadas para a atuação dos AT:

- Rotura do combate de dia;
- Defensiva;
- Ataque.

Na generalidade os exercícios desenvolveram-se da seguinte forma: Um AT instalava-se numa posição inicial que era atacada por dois AT obrigando aquêle a uma rotura de combate de dia e a ocupação numa segunda posição que no dia seguinte foi também atacada. Este segundo ataque compreendeu uma preparação de Artilharia realizada com fogos reais para a execução dos quais se neutralizou o exercício a fim de se garantir a segurança.

Em 30 terminou esta 1ª fase de manobras.

b) Logística:

O apoio logístico da Divisão era assegurado por unidades atribuídas ao CE que, como GU Independente constituía um elo da cadeia logística.

Sob o ponto de vista sanitário, um Hospital Cirúrgico Móvel, apoiava a Divisão e garantia o tratamento das baixas intransponíveis; por seu lado e dentro da Divisão o Batalhão Sanitário montando o seu Pôsto de Socorros assegurava o tratamento das baixas de menor gravidade e mantinha com a sua Companhia de Automacas a corrente de evacuação dos Postos de Socorros dos Regimentos para o Pôsto de Socorros da Divisão.

Quanto ao serviço de Intendência: uma Companhia de Combustíveis e Lubrificantes acionava um Centro de Reabastecimento em Santa Margarida onde as unidades se restabeleciam por simples troca de bidons vazios por bidons cheios. O restabelecimento de víveres fazia-se através de um Centro de Reabastecimento localizado na estação de Caminho de Ferro de Santa Margarida por um combóio que diariamente saía do Entroncamento onde a Sucursal da Manutenção Militar instalara um Depósito.

Em Benavente foi instalado um Centro de Abate donde a carne era transportada diretamente para o local de Reabastecimento da Divisão por meio de viaturas frigoríficas.

Analisamos na generalidade o que consideramos a 1ª Fase das Mano-

bras e que compreendeu como foi dito os exercícios de PU. O seu objetivo fundamental foi a preparação das unidades para a fase seguinte: *Exercícios Divisionários*.

Enquanto até aqui a Divisão se manteve com todos os seus órgãos de apoio instalada em Santa Margarida e as unidades puderam executar os seus exercícios sem alteração do seu sistema de apoio logístico, agora, a Divisão desloca-se, abandona o CIM e vai para a região de *Ponte de Sor* a uma distância de cerca de 30 km, impondo como necessidade a instalação dos seus órgãos logísticos em novas posições. É interessante destacar o que representa este deslocamento da Divisão: Por um lado os Comandos têm que manter a ligação permanente com os seus subordinados e isto implica, como é evidente, um Serviço de Transmissões absolutamente eficaz; depois vem o apoio logístico que obrigatoriamente se tem que manter sem interrupção ao mesmo tempo que esses mesmos órgãos estão preocupados com o seu deslocamento; e a par de tudo isto os Comandos e EM têm de se preocupar com as operações que se vão seguir exigindo um trabalho constante de planeamento.

Procuremos dar uma idéia geral da situação tática que se viveu:

Em 30 de setembro, a Divisão foi alertada por uma ordem preparatória enviada pelo CE prevendo o deslocamento da Divisão na noite de 01-02 para a região de *Ponte de Sor* e a ocupação de uma posição defensiva a coberto da *Ribeira de Sor* ou continuar a progressão para *Este*. Nesse mesmo dia à tarde, em reunião de Comandos no Quartel-General do CE a Divisão foi posta ao fato do problema, que na essência consistia no seguinte: Um inimigo depois de ter invadido a *Península Ibérica* e repellido as forças aliadas estava prestes a atingir a fronteira portuguesa e a estabelecer o contato com uma Força de Cobertura do CE cuja missão era assegurar o retardamento do inimigo para ganhar o tempo neces-

sário à organização e ocupação de uma posição.

Com base na diretiva recebida a Divisão dá início aos seus estudos que a ocupam tôda a noite de 30-01 e todo o dia 01. Após o seu deslocamento para a zona de reunião as unidades consagram todo o dia 02 aos reconhecimentos e às ordens necessárias para a entrada em linha que teve lugar na noite 02-03.

Um Regimento menos 1 Batalhão, reforçado com Carros e Artilharia foi estabelecer-se numa linha de P. Av. Gerais a coberto da *Ribeira de Seda*, a cerca de 15 km. da P. de Resistência, a fim de retardar o inimigo para ganhar o tempo necessário à organização da posição. em 04 o inimigo após ter repellido a F. Cobertura chegou ao contacto com os P. Av. G. que no cumprimento da sua missão resistem durante todo o dia, rompendo o combate durante a noite, ficando assim estabelecido o contacto com a P. de Resistência, que ataca após ter acumulado os meios necessários.

No primeiro dia do ataque, conduzido pelo Q.G. do CE através de mensagens enviadas a todo o momento à Divisão, o inimigo realiza alguns progressos no interior da P. de Resistência que levaram ao desencadeamento de contra-ataques no escalão Regimento.

Ao cair da tarde a progressão acentuou-se levando a Divisão a empregar parte da sua reserva, para colmatar a bolsa inimiga e, a contra-atacar na manhã seguinte.

Entretanto a progressão inimiga, na Zona de Ação da Divisão a Sul, leva o CE a determinar a rotura de combate e a ocupar uma segunda posição que se fez na noite de 06 para 07.

Para que os exercícios se pudessem realizar dentro de um ambiente de campanha tão real quanto possível forçoso era a existência de um "Inimigo". Tal conseguiu-se com o Serviço de Arbitragem dirigido superiormente pelo Sr. Brigadeiro *Costa Lopes*.

Um dos aspectos mais interessantes, desta 2ª fase das Manobras, foi que nela se iniciou a cooperação inter-ramos das Fôrças Armadas.

Com efeito as Fôrças Aéreas Nacionais, integradas no mesmo tema geral, desenvolveram conjuntamente com as Fôrças Terrestres os seus exercícios de 27 de setembro a 10 de outubro.

O QG do Agrupamento Aéreo-Tático n. 6 do Comando do Sr. Brigadeiro *Dario de Oliveira* estava instalado em Tancos nas proximidades do CE.

Junto do Q.G. encontrava-se o Centro Conjunto de Operações, organismo essencialmente destinado à cooperação aéreo-terrestre e onde eram recebidos os pedidos das Fôrças de terra, e o Centro de Controle Aéreo destinado a coligir as informações dos Radares, que permitiam localizar os aviões "inimigos" e conduzir os nossos aparelhos até à interceção.

As unidades operacionais, constituídas por esquadras de F-34 e F-47, estavam situadas na Base Aérea n. 2, na Ota.

Desde 27 de setembro foi desenvolvida uma atividade intensa em proveito dos elementos retardadores, inicialmente sôbre o país vizinho, e, à medida que o tema se desenvolvia, em proveito das Fôrças de Cobertura do CE.

Contudo a cooperação atingiu o seu máximo durante os combates em que interveio a 2ª Divisão, em proveito da qual foram realizadas numerosas missões, quer de ataques a abjetivos no solo, quer de reconhecimentos à vista e fotográficos.

Embora a cooperação fôsse apenas um dos aspectos das Manobras das FA que atuaram principalmente em missões de defesa aérea, o número real de saídas em proveito das fôrças terrestres foi superior a 150 o que nos dá uma idéia nítida do esforço desenvolvido.

Durante os exercícios realizaram-se duas sessões de fogos reais em que aviões de jacto F-34 atacaram objetivos no solo utilizando tôda a gama do seu armamento: bombas, metralhadoras, foguetões e "napalm".

Em 07 as unidades recolheram ao C.I.M. de Santa Margarida terminando assim as Manobras de Outono de 1954.



JOSÉ BONIFÁCIO

OSWALDO ORICO.

A independência do Brasil é o resultado do conselho de um sábio e da rebeldia de um príncipe.

Sem um ou sem o outro, a operação haveria sido maior e talvez menos feliz.

Nem sempre os que madrugam são os que conseguem colher os frutos na colheita do dia.

Quando Gonçalves Ledo, — a pena que melhor pregou a emancipação da América portuguesa, — procurava transformar uma colônia em uma pátria, José Bonifácio estudava em Portugal a nomenclatura dos cristais e a fidelidade aos reis.

Não obstante, quis a história que o papel decisivo no desenlace do grito do Ipiranga, fôsse desempenhado pelo sábio de Coimbra, e não pelo agitador da Maçonaria.

José Bonifácio passou a ser o Patriarca; Gonçalves Ledo não seria mais que um apóstolo.

Escritores de tendência nacionalista tentam retificar, hoje, os rumos da história, fazendo com que a paixão do polemista e o fogo do agitador sobrepujem o raciocínio do mestre e a advertência do Ministro.

Procuram derrubar José Bonifácio da cômoda situação de Patriarca (de onde enviou ao Príncipe D. Pedro a carta que criou o Império), para oferecê-la à glória vigilante de Gonçalves Ledo.

Trabalho árduo e, quiçá, inútil; porque a memória dos povos vive mais da fé nos historiadores do que da confiança nos artistas.

Assim, José Bonifácio continua sendo, nos anais da Independência brasileira, o Patriarca de fato, ainda que lhe queiram negar a faculdade de sê-lo de direito.

Nascido em Santos, o grande pôrto de mar de São Paulo, quando aquela cidade tinha uma população que não atingia a duas mil almas, desde sua infância revelou uma inteligência curiosa e viva.

Seus pais, donos da segunda fortuna da cidade, decidiram educar o menino, como convinha à sua posição. Ele era uma promessa. Deram-lhe a instrução que o meio permitia. Para ir mais longe, era forçoso enviá-lo a São Paulo, onde o Bispo D. Frei Manuel da Ressurreição se encarregaria de abrir-lhe os olhos ante os compêndios da lógica, metafísica, retórica e francês.

A riqueza conspirou contra a formação intelectual de José Bonifácio, impedindo-o, desde cedo, do contacto com o mundo. Recebeu a instrução esmerada e cuidadosa dos agraciados da fortuna. Intoxicou-se com as disciplinas que constituíam as prendas de espirito dos rapazes ricos.

Seus pais, que sonhavam ter um "doutor" na família, nunca imaginaram que um dia poderia êle livrar-se da retórica e das matemáticas e converter-se no conselheiro da realza, para a tarefa revolucionária de decidir a independência de um povo.

Enquanto Gonçalves Ledo se preparava, na rua, auscultando os ecos, sentindo as reações inevitáveis do meio, José Bonifácio vivia entre livros, entregava-se à ciência, ganhando, entre minerais e cristalizações, as primeiras vitórias.

A medida que o primeiro se acercava da revolução econômica e social brasileiro, o outro se afastava de sua realidade política, absorvido pelas seduções da cátedra e a paciência dos laboratórios.

Em 30 de outubro de 1783 se matricula na Faculdade de Direito de Coimbra. Um ano depois, inicia os estudos de Matemática e Filosofia.

A paixão pelo estudo não lhe deixa tempo para meditar em problemas que constituem a preocupação constante do espirito de Gonçalves Ledo. Ao que êle aspira não é o contacto com as multidões, senão a convivência dos livros. Via para ilustrar-se. É um caçador de conhecimentos, um enamorado da cultura. Logo se converterá num sábio.

Em março de 1789 é nomeado sócio livre da Academia de Ciências de Lisboa. Reparte todo o seu tempo entre as letras e as ciências, convertendo-se em uma das figuras de maior prestígio intelectual entre os homens de seu tempo. As tribunas das Universidades e os salões das Academias conservam, todavia, o eco de suas lições e a recordação de suas páginas.

Vitoriosa a idéia do Duque de Lafões, sobre a conveniência de enviar, periodicamente, ao estrangeiro, os jovens que mais se distin-

guissem por seus estudos e aplicação nos cursos universitários, José Bonifácio é um dos valores selecionados e comissionado com Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Joaquim Pedro Fragoso para uma excursão científica pela Europa. Sai com uma "Instrução" do governo português, espécie de rota intelectual mencionando os lugares onde deveria permanecer e os professores que devia escolher para mestres.

Tudo isso aferrava cada vez mais à cultura o bisonho aprendiz paulista. Seu itinerário pela França foi uma constante renovação de conhecimentos. Assistiu aos cursos mais notáveis de sua época, praticou nos laboratórios mais famosos do momento e desceu às minas onde os técnicos costumavam fazer a anatomia da terra. Assistiu a tudo isso e a algo mais. A algo mais com o que não contava, e que deveria ter deixado em seu espirito uma fecunda semente: diversos atos de Revolução Francesa.

Apesar de seus compromissos com a cultura, sobrava-lhe tempo para entregar-se a devaneios amorosos, como é fácil de comprovar pelas numerosas notas que ia escrevendo diariamente.

Bebeu a lição dos livros, porém, bebeu, também, a lição do mundo. Encerrou-se em bibliotecas, mas também, correu cidades. Visitou Rouen. Mandou encadernar livros. Entregou-se em mãos dos alfaiates. E destacou-se entre os admiradores de certa florista pela pontualidade com que ia ver os lírios de suas jarras e as rosas de seu rôsto. Paris ensinou-lhe uma nova lição: que a ciência e o gozo não são incompatíveis: que a arte de saber não exclui a arte de viver: e que o melhor relógio é aquêle que assinala as horas de estudo e as horas de amor.

Paris foi para êle uma aula e uma revolução. Teria ouvido, seguramente, por mais tempo as preleções da cidade, se a "Instrução" do governo português não fixasse, com a severa impertinência de suas normas, o limite de cada estância. Quando a rota universitária esgotou-se até o último grão de areia

destinado a Paris, José Bonifácio e seus companheiros partiram. Freiberg, na Saxônia, integrou o jovem brasileiro na atmosfera dos laboratórios. As lições de Werner, na Escola de Minas, fizeram-lhe esquecer os lírios e as rosas. O sábio que mais havia de influir em sua carreira científica, afastava de seu coração, como se fôsse uma "jaça", a recordação da florista de Paris.

As viagens se sucedem. Visita as minas da Noruega e da Suécia. As emprêsas européias, deslumbradas por seus conhecimentos, lhe oferecem cargos de importância técnica. Recusa-os. Regressa a Portugal em 1800. Cresce, de hora em hora, sua fama de sábio. As mais importantes sociedades científicas do Velho Mundo escrevem seu nome em suas listas. Um ano depois, a Universidade de Coimbra, de onde fôra estudante, o reconhece publicamente como Mestre, dando-lhe a oportunidade de exercer a cátedra de Metalurgia. Pouco depois, o Governo português o nomeia Intendente Geral das Minas e Metais do Reino e membro do Tribunal de Minas. Chega ainda jovem ao cume da carreira, porém leva consigo o ar fatigado dos sábios. Estudou mais do que viveu. Seus íntimos o retratam deste modo: "baixo e delgado, com um rosto pequeno e redondo, em que se destacava o nariz curvo, com alguma coisa de aristocrático, olhos negros, miudos, porém, brilhantes, cabelo negro, fino e liso". Sua capacidade de trabalho e provada competência o preparam para exercer os mais difíceis cargos técnicos.

Chamam-no para missões de elevada confiança e responsabilidade, porém seus conhecimentos não conseguem alargar-se em virtude da insólita burocracia portuguesa, confinada na rotina e acostumada à comodidade das funções.

É difícil para ele transformar a ciência em ação. Convencido da inutilidade de seus esforços, pensa em regressar ao Brasil. Havia dedicado a Portugal o melhor de sua juventude, oferecendo-a à Universidade, onde alcançou a cátedra, e ao exército português, onde chegou à graduação de comandante, sendo

consagrado o seu valor militar pelo Marechal Beresford.

O desejo de regressar encontra resistência. Por isso se transforma em sonho. Não consegue realizar imediatamente seus desejos. A vinda da família real para o Brasil conduz ao outro lado do Atlântico os seus melhores amigos. Havia ficado em Lisboa uma burocracia vigilante e hostil, que criava dificuldades a todos os seus projetos. Escreve várias cartas a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de cuja estima pode esperar um apoio. Suas palavras são melancólicas. Nenhuma aspiração grandiosa. Deseja, apenas, terminar pacificamente seus dias no silêncio dos bosques brasileiros. Aguarda a hora de sair de Portugal, a cujo serviço encanecera sua frente de sábio. Essa hora não chegará, todavia, senão depois de uma prova. Dura prova. Os portugueses não lhe concedem passaporte, nem o deixam sair de viagem enquanto não prove, por meio de "certificados competentes", que nada usurpou, nada malbaratou, e que os bens públicos confiados à sua direção e probidade nada sofreram. Só depois dessa prova — que foi um alívio para o Fisco e uma ofensa para o sábio — consegue passaporte. Pagam-lhe assim os serviços que havia prestado à administração e o brilho que dera à cátedra.

Antes de regressar, outro problema, e de maior delicadeza, porque encerrava a responsabilidade de seu caráter e a ternura de seu afeto, reclama uma solução. O sábio viaja com sua esposa, Dona Narcisca O'Leary de Andrada; porém, seu coração não pode deixar em Portugal uma criança, Narcisca Cândida, que era o fruto de um amor insopitado. Como levá-la? De que maneira justificaria o ato? Um drama íntimo aperta o coração do Mestre. O sábio começa a transformar-se em herói. Não podia, não devia separar-se da menina. Confessa tudo à sua esposa. E a cena termina como terminavam, antigamente, as novelas, e hoje, terminam no cinema, as situações irremediáveis: — com o perdão e um beijo de amor. Trinta e seis

anos de sua vida foi o legado de José Bonifácio à Europa. Dêsses trinta e tantos anos, vinte e seis os dedicou a Portugal, ao estudo, à investigação, ao trabalho, à ciência e às letras.

Apesar disso, saiu de lá mais como um réu do que como um sábio. No balanço que teve de apresentar, a Metrópole não quis saber se havia servido à sua cultura. Exigiu, apenas, que provasse que não havia lesado ao erário público.

Ao voltar ao Brasil, que abandonou tão cedo, encontrou um Brasil diferente. Havia deixado uma colônia. Vinha encontrar uma Nação. Durante os anos em que a família real portuguesa havia se refugiado no Rio de Janeiro, tudo se modificou. Tudo, não. Viu ainda pelas portas o vergonhoso mercado de escravos. Seu espírito lúcido rebelou-se ante uma economia fundada no trabalho cativo. Sua educação européia sonhava com uma sociedade civil, cuja base fôsse a justiça social e cujo fim vislumbrasse a felicidade dos homens. De todos os homens. E via que alguns dêes, por terem a pele negra, eram considerados como simples mercadorias. Por outro lado, seus estudos o conduziam sempre a imaginar uma "nação homogênea", capaz de elaborar por si mesmo sua economia, transformando seu solo em cidades e sua riqueza em ação. Como "paulista", apesar de ausente durante muitos anos, tinha alma de um "adalid".

Apesar de regressar, apenas, com o propósito de ser testemunha e não autor, não resistiu à sedução das funções públicas. Sua cultura e experiência se viram cortejadas a cada passo. Em vez de retirar-se à obscuridade das selvas brasileiras, saindo da cena, passou ao primeiro plano dos acontecimentos, solicitado para diversas funções em que sua celebridade o prestigiava, dando-lhe força na opinião pública. Portugal se movia dificilmente no mapa da Europa. Estava saqueado, débil, quase na miséria, por três invasões francesas. O mesmo fenómeno da Metrópole, que excitava o pronunciamento das colônias espanholas da América, levando-as a re-

be'ar-se contra o jugo peninsular, insuflava os ímpetos da colônia portuguesa. Vislumbravam-se no horizonte político do Brasil os primeiros sintomas de rebeldia. Surgiam os chefes revolucionários.

Em 1820, poucos meses depois do movimento de Cadiz, havia uma insurreição no Pôrto, com reflexos sôbre a colônia, que estava, então, na alvorada de sua soberania. No dia 1 de janeiro de 1821 formou-se no Pará o primeiro Governo inspiado na revolução portuguesa. Viu-se o período preliminar das Constituições, espécie de debate legal da Revolução.

José Bonifácio se associa ao movimento e lha dá a contribuição de seu estilo, hostil à violência, refratário ao tumulto. No primeiro Governo de São Paulo seu nome é aclamado para o posto de Vice-Presidente, depois da indicação, feita pelo mesmo, do nome do antigo Governador, João Carlos Augusto Oyhhausen, para a Presidência.

A grande preocupação da política portuguesa era freiar o entusiasmo da soberania nascente e voltar a recolonizar um Brasil que se emancipava, gradualmente, de sua tutela.

A luta principal era travada para conseguir que o Príncipe Regente regressasse à Metrópole, unindo-se à disciplina dos interesses da Corôa. Os decretos que chegavam das Côrtes produziam um efeito contraproducente sôbre a moral da colônia. Em vez de rebaixá-la, elevava-a. Determinaram êles, sem dúvida, o clima favorável ao pronunciamento e à decisão. A independência norte-americana havia sido, também, uma consequência das Cartas Reais Inglesas. Sem a impertinência destas, Washington teria estado algum tempo mais em seu refúgio patriarcal, retardando, assim, a capitulação do domínio estrangeiro.

Os decretos das Côrtes de Lisboa foram, indubitavelmente, a chama no palheiro da soberania brasileira. Poucas pessoas aceitavam a ficção de uma cidadania precária, ameaçada por uma assembléia rancorosa. Ninguém se conformava com a vigilância das tropas portuguesas e

em ficar dependendo de governadores militares, diretamente nomeados em Lisboa. Com isso desapareceria a regência de D. Pedro, ao qual fôra já notificado que permanecer no Rio de Janeiro era "não só desnecessário, mas, inclusive, indecoroso para sua alta hierarquia".

Inicialmente indeciso, o Príncipe começa a fazer preparativos para regressar à Metrópole. Com o correr do tempo, reconsidera sua atitude e espera. Não conhecia, entretanto, o solo em que fermentava uma revolução que havia de dar à independência um caráter enérgico e nacional. A Maçonaria, à frente de tudo, abria caminho. No Rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas, o movimento era animador. E nas demais Províncias? Faltava saber se o resto do país se solidarizava com a idéia.

José Bonifácio advinhou esse estado de alma coletivo, do que não existia, até então, um gráfico exato.

Em sua mesa de trabalho, auscultando o coração da Pátria, escreve a D. Pedro uma carta que não deixa lugar a dúvidas: — ou ficava no Brasil, opondo-se abertamente aos decretos e intimações das Côrtes portuguesas, ou "perderia para o mundo a dignidade de homem e de Príncipe".

Em 1 de janeiro de 1822 S.A. lê a carta de seu Conselheiro. Agradalhe a advertência. Preferia, intimamente, ficar, sendo senhor, do que ir e converter-se num prisioneiro. Apesar da satisfação que experimentara com a leitura da carta, não deu resposta imediata, isto é, não se definiu. Deixou que a carta circulasse por toda a cidade e foi contempORIZANDO.

Poucos dias depois, José Bonifácio era nomeado Ministro do Reino e do Estado. A notícia lhe foi comunicada pela primeira esposa do Príncipe, Dona Leopoldina Carolina, cujas simpatias pela causa nacional escrevem seu nome na história da independência brasileira.

Para assumir o cargo, estabelece José Bonifácio as condições em que o aceitará. Essas condições o situam magnificamente na crônica dos acontecimentos, revelando o político hábil, enérgico e oportuno,

que sabe aproveitar a hora para exercer a ação. Fazia-se necessário evitar, de qualquer maneira, alterações de ordem pública, tanto mais quando as tropas portuguesas aguardavam o menor pretexto para intervir. O Ministro toma, imediatamente, duas decisões fundamentais: — uma, ordenando que não chegasse a nenhum despacho qualquer lei oriunda de Portugal, sem ser submetido antes, à apreciação de Sua Alteza: outra, convidando todos os governos provisórios a unir-se à regência de D. Pedro.

Eram dois golpes certos para garantir a unidade do país em torno do Príncipe, se ele se pusesse a serviço da soberania.

Outros atos e palavras de José Bonifácio confirmam sua vocação política, acertada pelo relógio da oportunidade, para fazer soar no momento exato, também, a hora da independência. Dos dois documentos que o Príncipe Regente recebeu nas margens do rio Ipiranga, e que o conduziram a decidir-se a romper, imediatamente, com as Côrtes, arrancando do bicórnio o laço português que a elas o unia, um pertence ao Ministro do Reino. É a mensagem decisiva no momento crucial da decisão. O Príncipe evoca uma das três divisas que inspiravam a sociedade secreta criada por seu Ministro, e lança o grito que selou a separação do Brasil de Portugal.

Poderia ter sido concluída aí a carreira política de José Bonifácio. E concluía bem. Tentou encerrá-la apresentando duas vezes sua demissão, porém as imposições o fizeram retroceder de seus propósitos. E o caminho da renúncia, que seria sua apoteose, se transformou na volta ao poder, que foi a sua expiação.

Sofreu, posteriormente, injustiças, agravos, indo do desacato ao calabouço, do insulto ao exílio. Em Bordeaux, depois de uma viagem acidentada, crivada de perigos e sustos, o sábio, que era também um artista se comprazia em traduzir as "Odes" de Virgílio, quiçá, para olvidar sua *odisséa*.

Alí escreveu, também, um livro publicado em 1825, e intitulado

"Poesias Avulsas", com o pseudônimo de Américo Elisio.

Chamado novamente ao Brasil para encarregar-se da educação do Príncipe-Infante, o sábio retoma sua cátedra de mestre para modelar a cultura do Segundo Imperador. Não permitiram, porém, os acontecimentos, que êle prosseguisse no segundo ato de sua obra: — depois de formar o Império, a formação do futuro soberano.

Acusado de conspirador, é demitido do cargo e submetido a tribunal que termina absolvendo-o.

Em 6 de abril de 1838, com cerca de 75 anos, morre melancolicamente, num pacífico recanto de Niterói, livre de tôdas as prebendas que o destino lhe reservara.

Na última fase de sua existência, privado do poder e vítima dêle, seu passatempo favorito, para fugir dos homens, era, segundo se conta, sentar-se em frente à sua residência, na Rua Igá, e rodear-se das crianças do bairro, que lhe pediam, como se fôsse o avôzinho de todos êles: "Conta-nos uma história".

Bondoso, cordial, acolhedor, o velho sábio atendia o pedido das crianças e lhes narrava, tôdas as tardes, as coisas que sabia.

Voltada a página do tempo, inverteteu-se o sentido da História: — hoje, são os filhos das crianças dêsse tempo que contam aos seus netos a vida daquêle velho e a grandeza daquêle sábio.

"CONGRESSO"

... a mais pura das cervejas

exija, peça e beba

"CONGRESSO" ...

a cerveja que é um sucesso !!!

O QUE PERNAMBUCO ESTÁ REALIZANDO COM OS SEUS FOSFATOS

CASTRO BARRETTO

No milhão de anos da admitida existência do género *homo*, a espécie *sapiens* não apareceu senão há 50.000 anos, dos quais 40.000 levou vida errante e prelógica de caçador-pescador e coletador, até que atinou com o cultivo de algumas plantas úteis e assim deu início à agricultura.

Foi portanto, há 10.000 anos que o nosso ancestre começou a minorar a vida mesquinha e idêntica a dos outros animais, sujeita aos terríveis períodos de fome — o maior flagelo do homem.

Os primórdios da agricultura possibilitaram melhores meios de subsistência e até de reserva de alimentos.

O numero escasso dos habitantes primitivos das florestas começou a elevar-se e pequenos grupos humanos foram se transformando em bandos e em tribos, por um compreensível movimento de defesa e segurança para os próprios grupos e a sua descendência.

Foi a agricultura que condensou as populações nos grandes e fértilíssimos vales da Mesopotâmia e do Nilo, dando lugar às primeiras civilizações assírio-babilônica e egípcia que afinal iniciam a cadeia do período histórico do homem que data de apenas de 5.000 anos. Só eles foram capazes de transmitir-nos com os seus monumentos e as suas escritas e sinais, os fastos a que atingiram essas culturas.

A agricultura, base desses impérios que nos legaram a irrigação, a,

enxada, a pá e o arado, embora alagarda com o grande crescimento das populações, do ponto de vista técnico evoluiu muito pouco, até o século XVIII e somente as descobertas científicas do século XIX puderam dar-nos os assombrosos resultados que ela nos oferece com a fartura que se expressa em saúde, em conforto e bem-estar entre todos os povos que as desfrutam.

* *

O ponto de partida dessa extraordinária evolução do rendimento agrícola foi a lei do *minimum*, estabelecida por Liebig em 1824, que conduziu à utilização lógica dos fertilizantes e à recomposição dos solos. "Sem fertilizantes, diz Rosin, a nossa agricultura atual seria impossível." (1) E o otimismo de Sir John Russel em face do assombroso crescimento da população mundial repousa nas conquistas científicas da recomposição dos solos, já inteiramente realizada nos países desenvolvidos. "Mas os países subdesenvolvidos não podem continuar contando com os seus antigos sistemas de exploração tradicional dos solos." (2)

Dada a situação do nosso País com três quartos da sua área de solos tropicais (de mais fácil empobrecimento pela lavagem percolação e erosão), encontramos sob o imperativo de modificar "os sistemas tradicionais" dos nossos métodos agrícolas, já porque a nossa

(1) Rosin and Eastman-Road to Abundance N.Y. 1954

(2) Russel, John Sir-World Population and World food supplies — London 1954

população cresce numa proporção decenal de 27,7 % e a produção de alimentos na de 12 % (3) sendo apesar disto exportadores deles, mas ainda porque continua sendo a agricultura que nos fornece quase 80 % das divisas de que dispomos para o nosso intercâmbio com o exterior.

Tudo isto é porém muito pouco quando observamos o paradoxo de um País magnífico com 2/3 da sua população subnutrida e compelida a migrações deploráveis, por falta de alimentos protetores.

• •

Em face dessa conjuntura tem a maior importância a recente descoberta de enormes depósitos de fosfatos marinhos, de vasa fosfatada, ali acumulada há milhões de anos, que o Prof. Paulo Duarte verificou nos seus trabalhos no Instituto de Química de Recife: "Pesquisas de fósforo em todos os perfis colhidos, não só com o objetivo de verificar as possibilidades de fósforo nos calcários que poderão ser empregados como corretivos da acidez dos nossos solos, como pelo fato de ser precisamente no Cretáceo superior e no Eoceno inferior que se verificaram os depósitos fosfatados da África Setentrional". (4)

Com a colaboração do Ministro João Cleofas e do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura, em 1951, as sondagens foram iniciadas ao longo da costa ao norte do Recife. Em 1952 dizia o Prof. Othon Leonardos: "o Brasil entra em 1952 mais rico, graças a Cleofas e seus geólogos." (5)

Logo alguns industriais pernambucanos fundaram empresas, a Novolinda e a Ciró concessionárias de lavra das duas jazidas estudadas, fundindo-se em 1953 sob a denominação de Fosforita Olinda S.A. Colaborando com os geólogos ofi-

ciais a nova companhia transformou Forno da Cal e Fragoso, dois lugares históricos que ficam por trás da cidade de Olinda, porque ali foram plantadas as primeiras canas de açúcar, iniciando uma nova vida industrial da maior importância para o nosso país e talvez para toda a América Latina, tão carecente desse elemento fundamental da agricultura moderna. Não é preciso lembrar a importância desses fosfatos orgânicos, solúveis, assimiláveis pelas plantas, na correção dos solos ácidos e em larga extensão pauperizados por uma agricultura destruidora desde os primeiros tempos; por sua origem orgânica, esses fosfatos trazem consigo microelementos vários da maior importância no desenvolvimento das plantas. Tudo isto concorre para que a Fosforita de Olinda "seja comparável aos melhores fosfatos moles tunisianos. Alguns ensaios correspondem a recordes mundiais." (6)

As sondagens revelaram que os depósitos de fosforita alongam-se por toda a costa ao Norte com um teor de 24 a 35% de P205 equivalente a 54% de fosfato tricálcico. A pessaça média da camada produtiva é de 2,3 metros e torna-se necessária a remoção de 4 metros cúbicos de capeamento estéril para a obtenção de uma tonelada de fosfato. Por sua vez a reserva total inferida na região de Olinda abeira-se de meia centena de milhões de toneladas." (Leonardos)

• •

Agora vejamos o que realizou a indústria neste curto período de dois anos.

A exploração das jazidas foi iniciada em 20 de novembro de 1953, com a instalação de uma usina piloto para o tratamento, que está produzindo 120 toneladas diárias de fosfato pulverizado. Os pró-

(3) Comentário da Revista do Conselho Nacional de Economia, 1952

(4) Leonardos, Prof. Othon "Engenharia Mineração e Metalurgia" XX: 223, 119-1954

(5) Ibidem — 1953

(6) Ibidem — 119-1954

FOSFORITA OLINDA S.A.

INDUSTRIA DE FOSFATOS

RECIFE

EOSFORITA

JAZIDA SEDIMENTAR,
ORIGEM BIO-QUIMICA

CUBAGEM : 45 MILHÖES DE TONELADAS

97% DE IMATURAS - 19 a 24%
CONCENTRADO - 29 a 35%

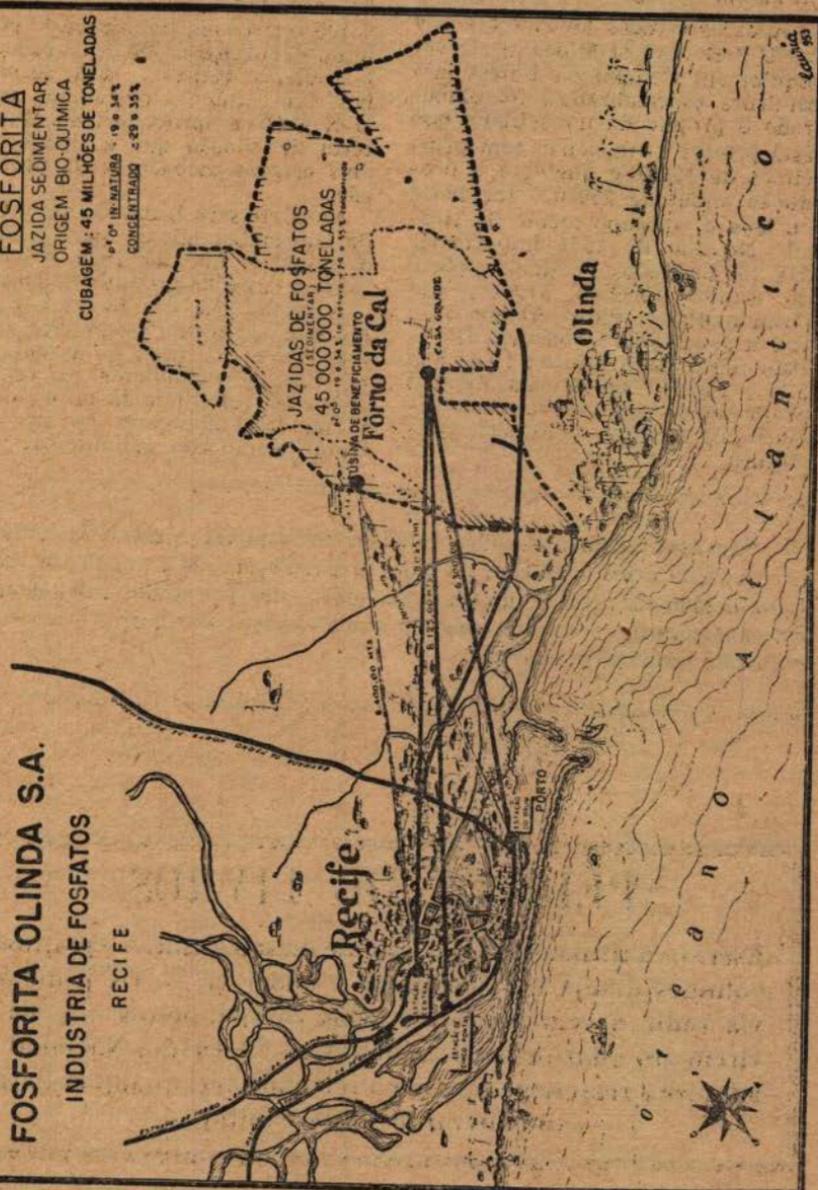
JAZIDAS DE FOSFATOS
45 000 000 TONELADAS

INDUSTRIA DE BENEFICIAMENTO
Fôrto da Cal

Olinda

Recife

PORTO



prios regeitos dos lavadores ainda contém 12% de P205 que terão boa utilização na agricultura.

Após os estudos levados a efeito no U S Bureau of Mines, na Dever Equipment Company e outras instituições especializadas, foi elaborado o projeto da nova Usina que está prestes a funcionar (em princípios de 1956) e que terá a produção anual de 250.000 toneladas ou seja o consumo médio do Brasil. No ano de 1954 importamos 219.760 toneladas das quais o pôrto de Santos recebeu 51,5%; Rio Grande 31%; Pôrto Alegre 5%; Rio de Janeiro 4,6% somando 92,3%. Pelo pôrto do Recife entraram 5,5%, ficando os demais Estados praticamente sem receber os indispensáveis fosfatos para sua agricultura.

A nova Usina com os seus *motoscrapers* as suas enormes *drag-lines* que podem remover separando 500.000 toneladas anuais, fica a 5.100 metros em linha reta do pôrto do Recife e a 6.400 m da estação ferroviária central; será servida por um ramal projetado pelo D.N.E.R. e aprovado pelo Ministério da Viação que a ligará aos dois centros escoadores da produção.

No pôrto será instalado um grande silo embarcadouro para fosfato a granel, o que facilitará e barateará o custo do produto elaborado.

A exploração dos fosfatos orgânicos da costa de Pernambuco abre uma nova era para a agricultura no País, especialmente na região Nordeste, refletindo favoravelmente na crise alimentar da sua ofrente população subnutrida.

“Ao sentimento cívico dos cidadãos corresponde, necessariamente, a preocupação pelas condições de vida da população. E a população brasileira, dotada em geral de tantas qualidades inatas vive ainda, como dantes, em condições de infra-existência, de que só poderá sair graças a um soerguimento econômico e social.”

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longinhas — “A Defesa Nacional” adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro
— das livrarias desta capital —

A MUDANÇA DA CAPITAL E A REEDIVISÃO TERRITORIAL, DOIS MAGNOS PROBLEMAS GEOPOLÍTICOS, CONTRA OS QUAIS NÃO SE TEM ARGUMENTOS

Ten.-Cel. JOAO BAPTISTA PEIXOTO

O Rio de Janeiro passou a ser capital do país em 1763. Até então a sede do governo geral era na Bahia. A mudança da metrópole foi determinada principalmente por questão de segurança.

A baía de Guanabara oferecia às naus um ancoradouro excepcionalmente abrigado e seguro. As elevações existentes em torno da mesma, facilitavam extraordinariamente a defesa da cidade.

Por outro lado, êste formoso recanto do nosso litoral, era uma das vias de acesso mais fáceis ao planalto brasileiro.

Outras 13 capitais estaduais e de territórios, surgiram na orla marítima: Macapá, Belém, S. Luiz, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracajú, Salvador, Vitória, Niterói e Florianópolis. Das interiores, S. Paulo, Curitiba e Pôrto Alegre, se acham tão próximas do litoral que podem ser incluídas entre as cidades marítimas.

Dêsse modo, apenas 8 das 25 capitais existentes no país, estão afastadas do litoral, o que evidencia a extraordinária influência do oceano Atlântico sobre o nosso organismo nacional.

A consequência desta inexorável força de atração do mar, não podia deixar de ser o desequilíbrio demográfico entre o litoral e o interior, com seus graves reflexos sobre o nosso desenvolvimento econômico e social.

A nossa faixa litorânea abriga hoje as melhores cidades e os maiores centros de produção e comércio do país, condensando grande parte da população e uma apreciável ri-

queza, em flagrante contraste com a pobreza do "hinterland".

A EXCÊNTRICA POSIÇÃO DE NOSSA METRÓPOLE

Situada aproximadamente no trêcho médio dessa faixa, a cidade do Rio de Janeiro, quase fechada aos influxos diretos do interior, tem entretanto um poder de atração tão grande sobre todos os recantos do país, que a aspiração da maior parte de nossa população é tornar-se "carioca", a despeito da "cidade maravilhosa" não possuir, além de sua incomparável beleza natural, nenhum dos outros requisitos necessários a uma grande metrópole.

A sua excêntrica posição no território, a sua inconveniente localização na orla marítima tão exposta às ações alienígenas de toda espécie; a falta de espaço para o seu desenvolvimento horizontal; os seus obstáculos naturais à circulação interior e à articulação entre as comunicações terrestres e marítimas; os seus complexos problemas urbanos de habitação, abastecimento e transporte; a ação perturbadora do seu congestionamento e muitas outras dificuldades, constituem razões que por si só justificam plenamente a velha idéia de se transferir a nossa metrópole para o Planalto Central — centro de gravidade do mapa político do Brasil.

ARGUMENTOS A FAVOR DA TRANSFERÊNCIA

Colocada em lugar próximamente equidistante dos extremos, a nova capital, por natural influxo, não será somente centro de governos mas também um poderoso fator de

disseminação do progresso e do desenvolvimento harmônico das três grandes regiões brasileiras, que a partir daí se diferenciam gradualmente: o Brasil amazônico, o Brasil oriental e o Brasil platino.

A transferência da capital para o centro do país é um dos magnos problemas geopolíticos brasileiros, cuja solução constitui um imperativo da segurança, da prosperidade e da própria unidade nacional.

É um dos recursos para se corrigir uma série de velhos problemas que vem se agravando à medida que o tempo avança.

Será o melhor remédio para se reduzir o grande desequilíbrio entre o Brasil das metrópoles, faustoso e artificial e o Brasil interior, sacrificado e esquecido.

A Capital Federal, interiorizada, será um núcleo de atração, agindo benéficamente sobre todas as regiões geográficas do país, pois constituirá o centro de uma rede de comunicações que, naturalmente irá se estendendo em várias direções, como verdadeiros canais de intercâmbio.

Cerca de 80 % dos nossos meios de transporte estão localizados nas regiões Leste e Sul, onde se encontram as melhores rodovias, os principais eixos ferroviários, os maiores portos marítimos e os aeroportos mais movimentados.

A região Leste é a zona dos minérios. A região Sul é o celeiro agrícola do país. Em conjunto estas duas regiões abrigam quase a totalidade (90 %) dos estabelecimentos fabris do Brasil, e 79,04 da nossa população (36,40 da região Leste e 32,64 da região Sul). Exatamente 85 % dos 326 Deputados Federais, pertencem as províncias destas duas regiões.

Este flagrante contraste entre o Brasil meridional e o Brasil setentrional, é como sabemos, uma consequência natural da acentuada disparidade entre a pródiga natureza do Sul e as adversidades geo-econômicas do Norte, que só a interiorização da metrópole poderia reduzir à proporções condizentes com outros interesses da Nação quanto ao desenvolvimento harmônico do país.

INCONVENIENTES DO SUPER-CONGESTIONAMENTO

Há a considerar ainda que a excessiva concentração demográfica nos grandes centros urbanos é um instrumento de primeira ordem para provocar graves distúrbios sociais, resultantes de desajustamentos individuais e coletivos, próprios das dificuldades e privações que as aglomerações causam.

A desesperada agitação em que se vive atualmente no Rio de Janeiro, vem reduzindo o índice psicossomático da população carioca e enfraquecendo cada vez mais os laços espirituais que mantêm a união da família e da sociedade, de tal maneira que poderá afetar seriamente a organização social da nossa metrópole se em tempo não houver uma verdadeira mobilização de esforços para evitar o agravamento da situação.

Esta é aliás uma das causas da prolongada crise que conserva o "gigante pela própria natureza, deitado eternamente em berço esplêndido" — a deficiência de circulação em seu organismo, cujo corpo imenso já não tem mais forças para sustentar uma cabeça que absorve e consome todas as suas energias.

OPINIÕES CATEGORIZADAS

O professor *Lourenço Filho* aquilatou bem o que seria a nova localização da capital no centro do país, quando escreveu: "Ora, a mudança da capital da República seria como que a integração do Brasil em si mesmo. Esta previsão não exige acurados estudos, investigações demoradas ou argumentação exaustiva. Impõe-se por si mesma. É uma solução, por assim dizer, biológica. E essa integração haveria de refletir-se em breve tempo, na mentalidade dirigente do país.

Dentro do coração do país, a capital pode ser mesmo o seu coração e o seu cérebro.

Nesse momento os homens de governo sentiriam que a sua obra teria de visar sempre, como um dos meios eficazes, ao lado do desenvolvimento da aviação, do saneamento e da imigração, o incremento e ordenação da cultura.

Nesse momento teríamos a União preocupada em dar, influída pelas idéias ambientais, as linhas seguras dessa coordenação que nos tem faltado. É a sábia política da criação, da produção e da saúde, cooperadora e consolidadora de toda a obra de construção nacional, já iniciada."

F. de Varnhagen, o brilhante Visconde de Pôrto Seguro, comentando a ocupação francesa do Rio de Janeiro por Duguay Trouin e o alto pagamento exigido por ele para libertar a cidade, escreveu ardorosamente:

"Permita Deus que seja quanto antes retirada a capital do Império, tão vulnerável aí na fronteira e tão exposta a ser ameaçada de um bombardeio por qualquer inimigo superior no mar, que se proponha a arrancar do governo, pela ameaça, concessões em que não poderia pensar se o mesmo governo aí não se achasse.

E isto quando a própria Providência concedeu ao Brasil uma paragem mais central, mais segura, mais sã e própria a ligar entre si os três grandes vales do Amazonas, do Prata e do S. Francisco, nos elevados chapadões de ares puros, de boas águas e até de abundantes mármore, vizinha ao triângulo formado pelas três lagoas Formosa, Feia e Mestre d'Armas".

A ESCOLHA DO LOCAL

A idéia da mudança da capital não é nova, tanto assim que consta da própria Constituição de 1891 (1).

Estudos diversos têm sido realizados. A escolha da região já foi definitivamente assentada: é o quadrilátero do Planalto Central, compreendido entre os paralelos 15° 31' e 17° e os meridianos 46° 31' e 49° 30'.

Ainda recentemente (janeiro de 1953) o próprio Poder Legislativo autorizou a realização de estudos definitivos sobre:

- 1 — as condições climáticas da região;

- 2 — as condições relativas ao abastecimento de água e energia elétrica;
- 3 — as condições de acesso às vias de transportes terrestres e aéreos;
- 4 — a topografia regional;
- 5 — a estrutura do solo;
- 6 — a proximidade de terras para cultivo;
- 7 — a beleza natural da região;
- 8 — o plano de desapropriações dentro de uma área de 500 quilômetros quadrados;
- 9 — o plano de urbanismo da nova cidade.

A transferência da capital, exigirá porém muito dinheiro e afetará diretamente a vida de muita gente, muito embora não se trate de transferir a cidade do Rio de Janeiro para o Planalto Central, mas somente a sede do Governo Federal.

Nem por isso devemos no entanto deixar de iniciarmos a execução progressiva desta transcendental medida, enquanto é tempo, pois no futuro será muito mais difícil, porque os obstáculos obviamente serão muito maiores.

DECLARAÇÃO DOS GOVERNADORES DA BACIA DO PARANÁ-PARAGUAI REUNIDOS EM GOIÂNIA NO MÊS DE MAIO DE 1955

Bem compreendendo a urgência do problema, os Governadores da Bacia Paraná-Paraguai, fizeram uma declaração conjunta nos seguintes termos:

"Os Governos dos Estados de Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás, reunidos na Quinta Conferência dos Governadores da Bacia Paraná-Paraguai, em Goiânia, tendo em vista a oportunidade que se lhes oferece de sugerir idéias e apresentar proposições dentro do plano de trabalhos elaborado para o melhor êxito do magno conclave, e considerando que já não é possível, a esta altura da conjuntura

(1) O Visconde de Pôrto Seguro a pedido do Imperador escolheu no primeiro quartel do século XIX a região de Formosa para colonização alemã e posteriormente a sede do Governo Imperial.

político-social-econômica da Nação Brasileira, ter a sua Capital no litoral e afastada do resto do País, como lhe voltando as costas pela serra do mar; considerando que o Brasil precisa encontrar-se a si mesmo, estabelecendo o eixo da própria administração no coração de seu território, de forma a permitir que as vistas do Governô alcancem os mais afastados pontos da pátria brasileira; considerando que a mudança da Capital da República para o centro do país é assunto tão ve.ho como os sentimentos do mais alto patriotismo que lhe dedicaram os incipientes ao se baterem pela independência do país; considerando que tôdas as constituições da República, de 1891 a 1946, consubstanciaram nos seus dispositivos a necessidade da transferência da sede administrativa do Brasil do Rio de Janeiro; considerando que várias comissões, designadas pelo Governô Federal e integradas, por pessoas de nomeada, como a primeira chefiada por Cruls, escolheram o planalto central brasileiro como o local mais apropriado para o sítio da nova capital; considerando que já se encontra definitivamente escolhido o sítio da futura sede do Governô pela comissão presidida pelo marechal José Pessôa, bem como declarada de utilidade pública pelo Governô Estadual de Goiás tôda a área destinada à futura sede do Governô da União; considerando que, sôbre ser a referida área tributária em sua maior parte da bacia do Paraná, a localização da sede do Governô da União atuará como núcleo de germinação e será um cometimento pioneiro, que fará acordar o espírito empreendedor dos bandeirantes de outra; considerando que tal medida é de indisfarçável interesse para todo o país, pois forçará o deslocamento de considerável contingente demográfico para o interior e com isso, desfogando o congestionamento do litoral, como que reencontrará a marcha dos bandeirantes, estendendo, de fato, as nossas fronteiras econômicas aos limites geográficos do território pátrio e estabelecendo, em sentido verdadeiramente nacional, a irradiação do

progresso do centro para a periferia, resolvem congratular-se com o Exmo. Sr. Presidente da República, com os Exmos. Srs. membros do Congresso Nacional e com a Comissão de Localização da nova Capital Federal, pelas medidas agora postas em prática, e, ao mesmo tempo, apela.m no sentido de que se prosigam com urgência as providências atinentes ao cumprimento do disposto no art. 4º, das Disposições Transitórias da Constituição Federal".

CARACTERÍSTICAS DO LOCAL ESCOLHIDO

A escolha definitiva do local em que deveria ser construída a futura capital, demandou prolongados trabalhos da Comissão presidida pelo Marechal José Pessôa, que tora nomeado pelo Presidente da República para proceder os estudos recomendados pelo Congresso.

Localizada a sudeste da cidade de Planaltina, a área escolhida, que é de 5.800 km², apresenta perfeita unidade topográfica, encerrando um amplo chapadão de forma triangular, com uma altitude da ordem de 1.000 metros. Do ponto de vista hidrográfico, o terreno é bem irrigado e banhado por formadores não só da bacia amazônica como da bacia de S. Francisco e da bacia do Paraná. A topografia local oferece amplas áreas para instalação de aeródromos, de fácil acesso às vias de transportes terrestres. O problema de esgotos tanto das águas residuais como das fiuviais, será facilitado grandemente pela suave declividade do terreno. Há nas proximidades muitas terras cultiváveis e a camada de húmus que cobre a superfície desse sítio é mais espessa que a dos demais. Quanto as necessidades de força e luz, a região oferece possibilidade de energia elétrica de baixo preço, possuindo dentro da própria área uma cachoeira com uma potência de 24.300 c.v., de fácil captação e aproveitamento hidráulico. Existe ainda nas imediações, bastante material de construção. O clima, extraordinariamente saudável é uma das principais características da região, assim como a amena temperatura local que não tem ali

grandes oscilações, nem ultrapassa de 28º centígrados, sendo a mínima de 6º.

Para evitar a ganância imobiliária, a referida área, logo depois de escolhida, vai ser declarada de necessidade pública e de conveniência social.

A cidade de Vera Cruz será auto-financiada.

A venda de lotes na zona urbana, suburbana e rural permitirá o fundo necessário à sua construção.

A desapropriação está estimada em 100 milhões de cruzeiros e a venda de 400.000 lotes na zona urbana permitirá uma arrecadação de bilhões de cruzeiros.

Está previsto um deslocamento de 150.000 funcionários, federais e municipais para a Nova Capital.

NOSSA VISITA AO LOCAL

No começo de agosto do corrente ano, graças a um honroso convite que recebemos do Exmo. Sr. General Danton Teixeira, tivemos a ventura de conhecer "in-loco" a sede da nova metrópole federal, que nessa ocasião já havia sido denominada Vera Cruz, com aplauso de mestres da literatura e da história brasileira.

Partimos do Rio, numa das manhãs mais frias do ano, às 8,30 do dia 2 de agosto, e fomos chegar a Goiânia às 11,30, fazendo o percurso entre estas duas capitais em apenas 3 horas de vôo, num Lockheed da F.A.B. pilotado pelo Capitão Nelson da Gama, que tinha como copiloto o Ten. Antônio Novelino.

Fazia um lindo dia e o céu apresentava uma "limpeza, própria para pilotagem de Major Brigadeiro". Tivemos por isso, oportunidade de aproveitar toda a viagem para apreciar as regiões que fomos atravessando: pouco depois da serra dos Órgãos, a fabulosa região das minas, e mais além, o rico triângulo agro-pecuário, ficando todos entusiasmados não só com a riqueza e a beleza dos quadros naturais como também com o desenvolvimento da maioria das cidades que sobrevoamos, inclusive a nova capital de Goiás, cujo aspecto deixou os mem-

bros da comitiva profundamente encantados.

Naquele mesmo dia, fomos a Vera Cruz, que fica a 310 km de Goiânia. Haviam acabado de construir ali uma pista para aviões de cruzeiro, que fomos dos primeiros a utilizar. Precisamente no centro de um extenso campo já nivelado, estava fixado um grande mastro com a bandeira nacional tremulando no seu topo. Era o marco inicial da concretização de um verdadeiro sonho que tanto desejamos ver realizado.

Depois de passarmos algumas horas neste privilegiado local, constatando tudo o que ouvimos a respeito dêle, regressamos a Goiânia, animados da esperança de ainda ver a nova capital do Brasil instalada naquela região, tão bem escolhida. Na capital goiãna, fomos fidalgamente recebidos pelo Governador José Ludovico. Soubemos então que a transferência da mais nova metrópole estadual do Brasil, começou em 23 de março de 1937, e que a cidade foi inaugurada oficialmente a 5 de julho de 1942, podendo-se asseverar portanto que a belíssima Goiânia, tem apenas 18 anos de idade, o que constitui um teste positivo para os que não crêem no êxito da mudança da Capital Federal.

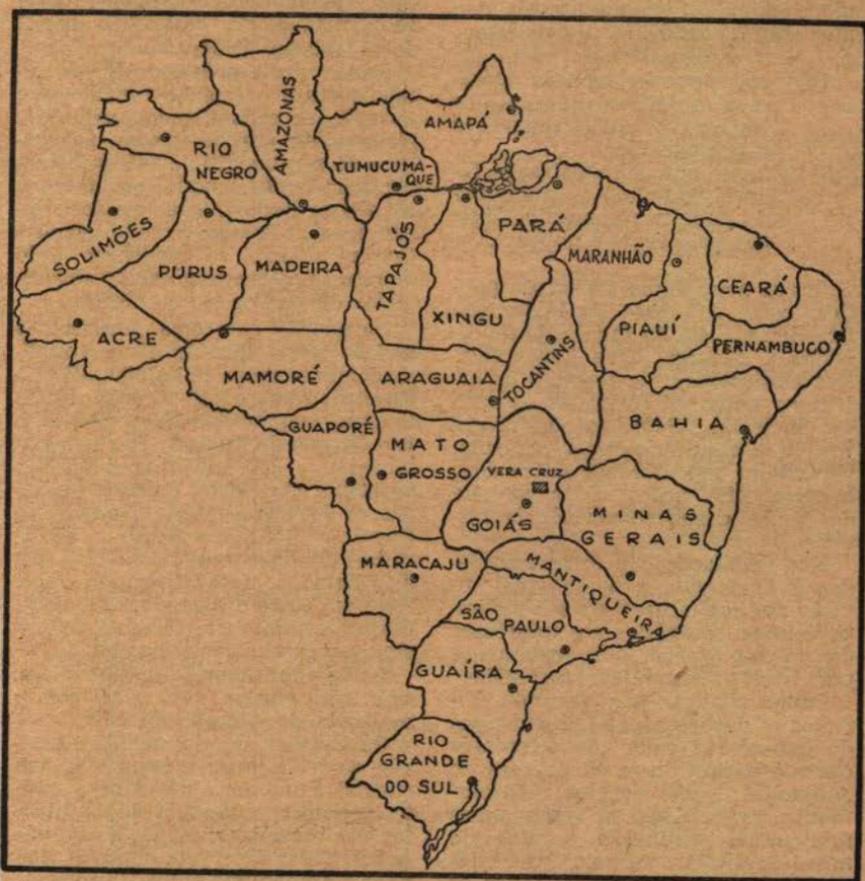
O PROBLEMA DA REEDIVISÃO TERRITORIAL

Ninguém de bom senso pode deixar de reconhecer a chocante desigualdade que se observa na distribuição do patrimônio territorial brasileiro.

A nossa divisão política-administrativa não tem razoáveis fundamentos, quer geográficos e históricos, quer econômicos e sociais. Apresenta por isso verdadeiras disparidades.

A origem deste magno problema geopolítico, foi como sabemos a divisão da colônia em capitanias ao longo da costa. Ficamos assim inteiramente expostos a ação dissociadora dos fatores geográficos, desde os primeiros ciclos de nossa formação política.

O Império transformou as antigas capitanias em Províncias. Posteriormente, estas vieram constituir os "Estados Unidos" da República.



Esboço de uma divisão territorial assentada em um critério mais equilibrado e prudente

A divisão política-administrativa de nosso território, não obedeceu portanto a um critério racional e justo. Resultou quase que somente do movimento de conquista e aproveitamento da terra.

A divisão territorial de uma nação é o substrato da organização política e administrativa do patrimônio nacional. Sendo assim ela tem uma dupla condição a satisfazer.

- 1ª) corresponder os três supremos objetivos da Política Nacional: união, segurança e prosperidade;
- 2ª) facilitar a administração federal, estadual e municipal do país, nas condições fixadas pelo regime político.

Assim pois, numa sociedade política, como é o caso da Federação Brasileira, *além da igualdade de direitos e deveres, deve haver relativa equivalência de forma e de estrutura* entre as Unidades associadas ou irmãs. Sem isto não haverá justiça e equilíbrio, nem portanto, verdadeira solidariedade entre elas, a gerar como necessário a vontade da Nação e sua sobrevivência histórica.

Não satisfazendo a estes postulados é óbvio que a nossa atual divisão política, a presenta graves imperfeições, contrárias aos interesses da própria Nação, que justamente por isso, precisam ser corrigidas.

Como atribuir por exemplo, direitos e deveres iguais a unidades de tamanho e valor tão diferentes como é o caso entre os Estados do Amazonas e de Sergipe. Infelizmente, porém, todas as vezes que se fala numa redivisão política de nosso território, surgem interesses regionais e individuais de todos os lados, em detrimento da própria causa nacional.

A redivisão territorial do Brasil, em bases destinadas a *assegurar o verdadeiro exercício da Federação e a transferência da Capital* para o centro geográfico e político do país, constituem dois problemas fundamentais da reestruturação de nossa nacionalidade.

Eminentes mestres de notável saber e patriotismo, como *Alberto*

Tôres, Gen. Segadas Viana e M.A. Teixeira de Freitas, já nos forneceram em preciosos trabalhos as indicações gerais para a solução destes magnos problemas.

Advertiram que o *critério para uma nova divisão territorial*, não deveria se assentar exclusivamente nos fatores geográficos e históricos, mas também na complementação econômica e na comunhão social das Unidades Federadas.

Dentro desta ordem de idéias, estabelecera o tamanho médio que deveria ter cada Estado brasileiro. Nem muito grande, devido ao exagero do sentimento de auto-suficiência, nem também muito pequeno para não prejudicar sua missão constitucional. Por outro lado, aconselharam a não se modificar tudo quanto já estivesse ajustado aos critérios de justiça e equilíbrio.

De acordo com esta premissa, o padrão geral deveria ficar aproximadamente entre 150 e 550 mil quilômetros quadrados. Dentro destes limites, enquadrar-se-iam não só o Rio Grande do Sul e S. Paulo, como também o Maranhão e o Piauí; constituiriam novos Estados anexação, o Paraná e Santa Catarina, o Ceará, o R.G. do Norte e a Paraíba; desdobrar-se-iam; Goiás, em dois Estados, Mato Grosso em cinco, Pará em cinco e Amazonas em seis; reajustar-se-iam em fórmula felicíssima os Territórios restantes.

Os Estados que não se alterariam, sem nada perder, ganhariam com a melhoria da situação do país.

Os Estados de desmedida extensão, para os quais a imensidão territorial é um formidável peso morto, teriam a vantagem de se libertar das responsabilidades a que não podem fazer face, sem conceder território a nenhuma outra Unidade do quadro atual.

Finalmente, os Estados que se associassem a outro ou a parte de outros, bem como os que cederem essas partes, nada perderiam e tudo ganhariam.

Segundo este equilibrado e prudente critério, o Brasil ficaria dividido em 1 Distrito Federal e 29 Unidades Federadas.

Destas, as que estivessem aquém de certos índices demográficos e

econômicos, ficariam provisoriamente sob a tutela da União, como Território Federal, até atingirem o nível necessário à sua incorporação no quadro dos Estados Federados.

O nosso território é como sabemos um imenso reservatório de riquezas à espera de pleno aproveitamento.

A ocupação e exploração do solo pátrio, ou seja o ajustamento da população ao espaço geográfico, deve ser por conseguinte a nossa linha de partida.

Para isso precisamos antes de tudo, remover sérios obstáculos decorrentes de nossa defeituosa estruturação social, econômica e política, entre os quais figuram a excêntrica posição da metrópole e a atual divisão territorial.

No Brasil como todos sabemos, a República foi uma aspiração que nasceu sob o impulso do ideal federalista, considerado fatalidade de ordem geográfica. A grande acusação que se levantou contra o Império foi a centralização excessiva, que detinha qualquer expansão de progresso local.

Se há uma idéia fixa, vigorosa, que orienta a evolução política do Brasil, essa idéia é a da federação. No entanto, o que vemos na prática

é a *centralização progressiva para a qual o Brasil marcha*, acarretando um estado de perturbação em todos os seus movimentos, não só políticos como econômicos e sociais.

Vemos que as dificuldades se acumulam nessa progressão centralizadora e que o Brasil está sendo entravado no seu desenvolvimento, sem dispor de recursos, de poder criador, dos meios necessários para conciliar essa tendência com a solução de questões e problemas fundamentais que ele tem de enfrentar.

A resistência à federação foi o grande erro da monarquia, cuja centralização não teve forças para conter a tremenda ação descentralizadora imposta pela própria extensão geográfica do país.

Infelizmente porém, a verdade é que ainda vivemos sob um regime unitário, burocrático e inoperante, não obstante a própria Constituição afirmar enfaticamente o princípio básico da federação.

E uma das causas fundamentais deste verdadeiro paradoxo é sem dúvida a imperfeita divisão política do território nacional, cujas disparidades tem contribuído poderosamente para desordenação de nosso desenvolvimento.

"FORTIFICAÇÕES DA AMAZÔNIA" (n. de junho)

Correções a serem feitas, por solicitação do autor

Pág. 17 :

24) Forte Nossa Senhora da Conceição (Guaporé).

- 1) Na 1ª linha — onde se lê : 1770, leia-se : 1759 ;
- 2) Na 2ª linha — onde se lê : Luiz de Albuquerque Pereira Cáceres, leia-se : Antonio Rolim de Moura Tavares ;
- 3) Na 6ª linha — onde se lê : 1759, leia-se : 1754.

Pág. 18 :

27) Forte do Príncipe da Beira (Guaporé).

- 1) Na 2ª linha — onde se lê : 1770, leia-se : 1759 ;
- 2) Na 3ª linha — onde se lê : Luiz de Albuquerque Pereira Cáceres, leia-se : Antonio Rolim de Moura Tavares ;
- 3) Na última linha — onde se lê : D. Antonio Rolim, leia-se : Luiz de Albuquerque Pereira Cáceres.

"PÉ DE TRINCHEIRA"

No dia em que o brasileiro empregar ajuizadamente sua vivacidade e orientar sua privilegiada inteligência no sentido do bem, o nosso País será o primeiro do mundo.

Uma das provas do que asseveramos é a facilidade com que o "pracinha" resolve os seus problemas. Ele tem recursos para tudo!

Reputamos o fato que se segue como uma das mais interessantes aplicações da sagacidade do soldado brasileiro, sobretudo por suas consequências.

Inexperientemente, nossos soldados escolheram suas botinas justas aos seus pés, isto é, com o tamanho usual.

Ao chegar o frio, recebemos grossas meias de lã. Com os pés calçados nessas meias, diversos soldados nossos não podiam usar suas botinas, essas lhes apertavam exageradamente os pés. Que fazer? Não usar as meias de lã? Ficar com frio?

Os americanos que usam sempre seus sapatos folgados, 2 ou 3 números maior, podiam usar até duas meias de lã!

Mas, com a neve, éramos obrigados não só usar as meias de lã, como também as galochas, verdadeiras botas de borracha. Os pés, o nariz e as orelhas são os pontos que mais sentimos frio.

Que fizeram nossos soldados? Uns porque suas botinas se tornaram pequenas e outros, aqui para nós, por comodidade mesmo, resolveram calçar meias de lã, envolverem os pés assim calçados com uma tira de lã que cortaram de seus cobertores, encherem suas galochas com palha seca e calçaram-nas, desprezando a botina.

Resultado: Tinham os pés ótimamente aquecidos, e, sem querer, os tiveram ventilados e se livraram do "pé de trincheira", perigoso mal que tanto afligiu os americanos e que consistia num congelamento dos pés com as consequências desastrosas da lepra.

(Crônicas de Guerra — Cel. Uzêda)

Eis mais uma história do Regimento Sampaio, também vivida pelo companheiro que hoje, na reserva, dirige a "Casa Neno".

Apresente sua identidade e leve no mesmo momento a mercadoria escolhida. Tudo em 10, 15 ou 20 pagamentos mensais.

Procure a "CASA NENO" num dos seguintes endereços, de acordo com a sua conveniência:

Rua Sete de Setembro, 145 — Tel. 43-2215 e 43-9134 (Matriz)

Rua Buenos Aires, 151 — Sobrado — Tel. 43-7778

Avenida Passos esquina Presidente Vargas — "Esquina da Casa Neno" — Tel. 43-6905

Rua República do Líbano, 7 — Tel. 22-4590

Em Madureira: Rua Maria Freitas, 110 (loja própria)

Em Niterói: Rua da Conceição, 47

Na Penha: Largo da Penha, 59-C.

Rádios, Geladeiras, Televisão, Pianos, Liquidificadores, Ferros de engomar, Toca-discos, Enceradeiras, Ventiladores, Relógios, Bicycletas, Máquinas de lavar, Aspiradores e demais artigos elétricos, Máquinas de costura, Máquinas fotográficas,

Motocicletas, Máquinas de escrever

Um mundo de coisas ao seu dispor

A NOVA CONCEPÇÃO DA GEOGRAFIA (*)

EVERARDO BACKHEUSER

CIÊNCIA ANTIGA E MODERNA

Erich Obst uma das maiores autoridades nos assuntos de que se preocupa a nossa Sociedade disse ao firmar em 1923 um artigo no "Preussische Jahrbuch", que "a geografia é, ao mesmo tempo, uma das ciências mais antigas e uma das ciências mais modernas".

E êle tinha razão!

Deixando sem maior exame — por agora — a asserção de ser a geografia "uma ciência", é fora de dúvida que ela é uma das mais antigas e uma das mais modernas.

Egípcios, assírios, babilônios, possivelmente outros povos orientais, mas, em especial, gregos e romanos, fizeram a "descrição da superfície da Terra, narrando a seu jeito e com técnica às vèzes bem precisa, o ecúmeno de então, e, mais do que isto, provocaram êles mesmos, pela força de suas repetidas conquistas, o alargamento da área ocupada por povos civilizados e criaram, portanto, novas zonas de estudo. Tudo isso leva-nos a poder considerar a geografia uma das ciências que o homem há praticado desde os mais remotos tempos. Teria sido companheira de berço da astrologia e da geometria.

Com o segundo Plínio e com Ptolomeu, os romanos emprestaram-lhe uma feição utilitarista e prática. Os assuntos geográficos são por êles encarados sob o prisma de vantagens imediatas, quer para o comércio, quer para a administração. Tu-

do visa informes que possam mostrar qual o melhor caminho para novas conquistas.

Os gregos, ao contrário dos romanos, sempre haviam dado à geografia um caráter mais especulativo: procuravam encadear os fenômenos em exame de um modo algo filosófico e racional. Podem, assim, os sábios da Hélade ser considerados verdadeiros pioneiros da geografia moderna, como, com justiça, são vistos como os precursores de várias outras ciências.

E esta geografia moderna, que está desabrochando sob os nossos olhos, tem característicos tão bem definidos, tão nítidos, e, principalmente, tão diferentes dos que foram utilizados pelos geógrafos, até os meados do século 19, que Obst tem carradas de razão em declarar que ela é a mais nova das ciências contemporâneas. É coeva da físico-química, cujas descobertas estão revolucionando os domínios das ciências experimentais exatas; é quase da mesma idade da metafísica, que está pondo em ebulição os espiritualistas e os cientistas puros, assombrados com o que se desvenda por meio do ectoplasma, da dupla visão e da levitação dos objetos pesados.

O que distingue a geografia com as suas roupagens modernas da geografia vestida pela moda antiga, é que ela não se ocupa simplesmente, seja de um modo sêco e dogmático, seja de uma maneira colorida e poética, da mera "descrição da superfície da Terra". Ao contrário. Depois principalmente das se-

(*) Extrato do Boletim Geográfico do Conselho Nacional de Geografia.

guras diretrizes que lhe imprimiu Davis, procura dar a "explicação" do que se passa sobre a Terra. A geografia não descreve apenas: explica. Não se preocupa o geógrafo moderno em indicar a altura dos morros, o comprimento dos rios, a área das bacias, a população exata das cidades. São dados que mudam, que variam, que se alteram, que só podem ser guardados de cor. E o que de cor se aprende, depressa se esvai da memória, como a água escorre de um reservatório furado, e ao fim de algum tempo está totalmente esquecido tudo o quanto foi adquirido por um tal processo. Decorre disso o sucesso fugaz das crianças que começam a estudar geografia, e a lembrança vaga que mais tarde têm de coisas inúmeras "que souberam e não sabem mais". Daí, a desprezível colocação que à geografia fica sendo dada por toda a gente que a estudou, por tão bárbaros processos. Ora, "essa" geografia está hoje apagada no conceito dos cientistas. Foi substituída por uma outra, nova, moderna, tonificada, que guarda de semelhança com a antiga quase que só o nome; uma geografia em que se raciocina, que "explica", que induz, que deduz, que "prevê" fatos físicos e acontecimentos sociais: uma geografia que tem, portanto, todos os caracteres de uma verdadeira ciência: uma geografia de que podemos determinar as origens no século passado, nas obras de Humboldt e Karl Ritter; que se consolidou com Peschel e Ratzel; que se alargou com Davis, com Dubois, com Vital de la Blache, com Henderson, com Richthofen, com Suman, com Hettner, e que de hoje são sacerdotes conhecidos os Pencks, os Brunhes, os Huntington, os Maull, os Obst, os Vallaux. Uma geografia que está para a antiga na mesma proporção da astronomia para a astrologia: da biologia para a história natural; da química para a alquimia.

Hoje em dia, a pesquisa geográfica tem mais largos horizontes do que tinha quer na antiguidade e na Idade Média, quer mesmo nos tempos contemporâneos, por aquelas

que não conseguiram se libertar ainda do enfadonho "descritivismo". Os verdadeiros geógrafos modernos se sentiriam amesquinçados nas suas funções, se tivessem objetivos tão restritos para seus estudos.

Um dos primeiros passos na nobre direção hoje trilhada foi dado, como dissemos pelo barão von Humboldt. Desvendando a correlação entre o tipo de vegetação de cada região e as respectivas condições climáticas, Humboldt realmente fixou o ponto inicial de uma série de estudos verdadeiramente geográficos.

A planta não nasce senão onde "pode nascer", e, ainda mais, o ambiente físico lhe modifica tão radicalmente a fisionomia que aqui se atrofia e mingua, para acolá se tornar majestosa e linda.

Em cada região da Terra onde as condições de calor e umidade forem as mesmas, haverá sempre o mesmo tipo florestal. A Hiléia da Amazônia tem o seu similar na floresta exuberante do Congo, ambas na zona equatorial úmida. Os climas secos geram por toda parte estepes e desertos. Todos esses fatos são determinados com rigidez matemática. Pode-se prever onde aparece um deserto ou onde surge uma floresta, com rigor científico igual ao que nos dá a física ou a química.

Os trabalhos de Humboldt não são, porém, de botânica; são de geografia. A botânica, assim como, aliás, a zoologia, estuda famílias, gêneros, espécies, nos seus caracteres morfológicos e fisiológicos. A investigação dos caracteres gerais das "associações" botânicas é, porém, de puro domínio da geografia, pois aí o que se tem em vista é examinar o comportamento de todas as plantas, não importa de que família, sob a influência meteorológica reinante em certas e determinadas "localidades". Desde que o fenômeno depende, para se realizar, de uma "localização", ele é geográfico. Quando os botânicos focalizam tais questões, fazem-no escapulindo à sua própria esfera de ação e invadindo a do geógrafo. Este, a seu turno, se entra a que-

rer classificar cada vegetal ou cada animal que encontra, perde o ponto de vista de conjunto, de "local", que é o seu, para se tornar um especialista, não na sua ciência, mas naquelas em que deve ser hóspede.

O geógrafo precisa ter da botânica ou da zoologia — como aliás de muitas outras ciências — um sólido conhecimento propedêutico; apenas isso — isso apenas, e nada mais.

A genial observação de Humboldt percebendo que existia uma correlação estrita entre as plantas e o meio, "conforme o lugar", aplica-se também aos demais seres vivos. Nenhum há que escape à regra. Os animais, porisso que são dotados de autolocomoção, parecem ter a ela menor subordinação. Lembremo-nos, porém, que o só fato de fugir um animal de lugares menos favoráveis à sua vida é já uma concludente prova da influência que o meio está exercitando. Perecendo ou emigrando, o animal prova tanto a influência do meio, como a êle se adaptando.

Haeckel, que era principalmente um biólogo naturalista, quis constituir para tal ramo de estudos uma ciência à parte, e denominou a "Ecologia", definindo-a como "a ciência que estuda as relações mútuas de todos os organismos, vivendo em um só mesmo lugar, e sua adaptação ao meio que os cerca". Com a feição nova que tomou a geografia, a Ecologia de Haeckel passa a ser um dos seus capítulos, e capítulo dos mais importantes.

O HOMEM COMO AGENTE GEOGRÁFICO

Da mesma forma, o homem.

O homem, tendo embora sobre os outros animais a propriedade de uma inteligência mais desenvolvida, não está menos sujeito ao solo e ao clima que os demais seres vivos. Nas épocas pré e proto-históricas teria sido excessivamente irrequieto e nômade, precisamente para fugir ao "meio", contra o qual não podia lutar. O homem é, na frase de Ratzel, um "unruhiger Tier"; é, na essência, nômade. E tão nô-

made, é, refletamos bem, o beduíno que estadeia os desertos, em constantes correrias, como o povo agricultor que abandona um campo de mandioca para plantar um outro mais além. A diferença consiste apenas na velocidade da deslocação. Essa deslocação — digamos o nome — essa "migração" se dá sempre, quer com o homem, quer com os outros animais, quando não conseguem adaptar-se ao ambiente em que forem chamados a viver.

Vê-se assim que as "migrações" de animais, em geral, e do homem mais particularmente, têm causas tipicamente geográficas. Geográficas são também, por outro lado, as adaptações que sofrem animais e povos quando acabam suportando o peso decisivo do meio físico, que deixa nos indivíduos e nas aglomerações sinais indeléveis.

Quase que contemporâneos das obras de Humboldt (1769-1859), são os trabalhos de Blumenbach (1775), assentando as bases de uma classificação das raças segundo o critério geográfico, e a "Tiergeographie" de Zimmermann (1778). Sente-se assim que essa geração de sábios veio estabelecer em definitivo os princípios racionais da ciência geográfica. Libertando-a da mesquinha restrição descritivista, a que estivera até então subordinada.

Os horizontes da moderna geografia clareiam-se, porém, de modo definitivo com o aparecimento das teorias de Karl Ritter, expostas na sua "Vergleichende Erdkunde". Ele é, aliás, também um contemporâneo dos autores que acabamos de citar.

O trabalho de Ritter foi bem o de um verdadeiro e erudito historiador. Isso contribuiu para que a geografia fosse, depois do aparecimento dessa monumental obra, considerada por alguns como um mero auxiliar da história, caráter diferente do que ela tem, e do que lhe queria dar o próprio Ritter. Voltava-se, devido a esta interpretação, a tirar a ciência geográfica a sua feição de independência.

Procurando-se subordiná-la, ora a êste, ora àquele outro ramo de saber científico, os próprios geógrafos diminuam — pensando alargar

— o campo de ação da ciência de que se tinham feito cultores.

Assim tem sido, mais ou menos, até hoje. E assim tem sido porque à geografia se vai ter por dois caminhos diversos. Ora é o geólogo que, esmiuçando a Terra na sua textura petrográfica e em vários outros acidentes geoestáticos e geodinâmicos, é levado ao estudo da morfologia geográfica; ora é o historiógrafo, que acumulando pormenores sobre a vida pretérita da humanidade, chega a imaginar as várias paisagens físicas e culturais em que o homem se agitaria, e passa, portanto, a se preocupar com problemas de antropogeografia. Os que espontaneamente negam, por uma ou por outra de tais estradas, ao domínio da geografia, acabam dando maior valor e maior importância à minúcia que lhes serviu de fio condutor. Os geólogos, como Richthofen, Suess, Supan e De Martonne, que se fazem geógrafos, atribuem ao estudo da parte física do globo o escopo primordial da geografia. Mas todos aqueles que antes tenham sido economistas e historiadores, como Vidal de la Blache, atribuem, por irrefragável sugestão, aos problemas etnográficos e humanos, o maior relevo na geografia. Nem estes, nem aqueles têm razão. A geografia não é apenas a geografia física, como não é apenas a geografia humana. A geografia é a ligação estreita e indissolúvel entre o solo e o homem.

Todos aqueles, portanto, que dão um caráter dualístico à geografia, acreditando que qualquer pessoa que estude ou apenas a geografia física ou apenas a geografia humana, seja um verdadeiro geógrafo, erram, pensamos nós. Pode a pessoa especializar-se neste ou naquele ramo da ciência. O que não pode é, ao conceber um fenômeno geográfico, lidamente geográfico, em sua totalidade, abandonar a ligação estreita que existe entre homem e meio físico. A concepção moderna da geografia tem, por força, de ser monística, como tão bem precisou Banse, dizendo que "die Geografie ist die einheitliche Philosophie der

Erduelle" (a geografia é a filosofia unitária do envoltório terrestre).

Temos para nós que Ratzel foi quem viu com mais clareza os objetivos da geografia. Lendo-se os seus escritos, cada qual deduz o que é realmente a geografia, quais os seus fins, quais os seus métodos de estudo. Não encontramos em Ratzel propriamente uma definição, antes ressumbra de todas as páginas da obra formidável o espírito diretor, segundo o qual deve ser encarada a ciência.

De um lado o ator, de outro o teatro. De um lado o homem, de outro a terra onde ele pisa e se move, o ar que respira, as águas de que se utiliza. A descrição do cenário não é tudo, porque esse cenário só toma valor e realce quando o homem nele penetra e começa a desenrolar o drama histórico.

O estudo da componente humana se traduz, segundo o nosso modo de ver, pelo exame, dos diversos estágios da cultura da humanidade.

Essa avaliação do grau de cultura nos parece ser um elemento de enorme valor geográfico. É por ele que vemos a atuação do fator homem. De fato o que importa em geografia, estudando o Homem, não é saber a sua raça, a sua conformação craniana, o pigmento da sua pele, ou a cor dos seus cabelos. O que tem valor, é saber o estado da sua cultura. Um mesmo solo pode ser um fator positivo ou negativo, conforme o homem esteja em estado de explorá-lo ou não. A importância da Inglaterra e da Alemanha só veio tornar-se preponderante na civilização quando foram achados os meios de aproveitar o ferro e o carvão, cujas minas superabundavam nesses países. Só, pois, quando o grau de cultura do homem foi tal que ele soube utilizar-se do solo em que vivia, é que as regiões carboníferas, possuindo ao lado jazidas de ferro, se tornaram de exploração industrial vantajosa; antes, eram coisa inútil. Inversamente, esses povos — o inglês e o alemão — não teriam adquirido a importância que alcançaram, se não tivessem estado em condições de explorar o seu valioso solo.

Quando se fala geográficamente em "solo", deve estar cada qual mentalmente fazendo referência ao momento histórico em que podia êle ter real valor. Comparece assim na geografia um outro fator: — o tempo. O estudo geográfico é feito, pois, sempre para uma dada e determinada época. A importância geográfica de um lugar, varia, assim, de momento a momento, tornando-se maior ou menor, conforme as conquistas que a civilização e a cultura vão fazendo. A geografia (considerada, repetimos, na sua feição monística como a estreita ligação entre o homem e o seu ambiente de atividade), a geografia de um dado período histórico pode ser comparada com a de outro período, mas não é, em regra, igual ou superponível. O solo rendilhado da Grécia, cujo valor foi imenso na antiguidade, pelas facilidades de intercâmbio ao comércio e às idéias, em uma época em que a navegação só podia ser feita em pequenas embarcações de remo, passou a ser secundário, logo que, com a vela, com a bússola e com o vapor, foi possível fazer longas viagens sem precisar bater em tôdas as angras. A Grécia de hoje, embora tenha o mesmo clima que sempre teve, não pode mais possuir a antiga importância geográfica: — a civilização moderna, que usa o ferro, que usa o carvão, que usa o petróleo, não pode ficar afada a um país só porque a sua costa tem numerosas endentações, de que ninguém mais precisa servir-se. Exemplos como êste poderíamos repetir sem conta.

Vê-se assim que o solo tem uma decisiva influência geográfica, subordinada sempre, como se deduz da própria leitura das obras de Ratzel, do momento histórico, ou seja, como nós denominamos, do grau de cultura do povo que habita êsse solo. A famosa teoria das "possibilidades", de que tanto alarde faz Lucien Febvre e outros autores franceses, assim como a nossa do "grau de cultura", nada mais são, afinal, como se está vendo, que a própria teoria de Ratzel, inteligente e largamente interpretada, sem que, com

isso, se destrua o princípio básico de subordinação essencial e iniludível do Homem ao solo, porque quanto mais civilizado, tanto mais prêso e ligado está êle às condições ambientes.

Tanto como o solo, influi o clima, que o homem consegue domar ou atenuar pelo agasalho, pelo aquecimento, ou pelos meios de refrigeração. Isto quer dizer que o solo e o clima recebem do Homem uma contínua reação.

A civilização tem caminhado do equador para os polos — ou citando o melhor exemplo, do Mediterrâneo para o Báltico — à proporção que, pelo desenvolvimento do grau de cultura, veio o homem a saber dominar o frio. Por certo quando souber dominar o calor voltará a civilização de novo para o equador, *habitat* natural da espécie humana, como deduzimos na nossa teoria do grau de cultura.

A reação do Homem contra o meio é tanto mais eficaz quanto parte de um fator inteligente, que cada vez mais aumenta a própria capacidade de reação pelo exercício de ginástica intelectual adquirida nas lutas que há milênios vem travando com o meio físico. Às vêzes, é vencido, quando êstes dois elementos que formam o meio físico ou seja o solo e o clima — conjugando-se, tornam-se mais fortes do que êle. Outras vêzes, êste pigmeu gigante, que é o homem, mostra-se mais resistente e acaba encontrando remédios para melhor aproveitar as riquezas até então desconhecidas. Forma-se assim um círculo fechado: — solo fornecendo ao homem elementos de aperfeiçoamento para saber utilizar-se de outros solos, que por sua vez irão desenvolvendo novas capacidades nos grupos humanos de maior eficácia de construção geográfica.

Todo problema geográfico se traduz, portanto, no reconhecimento das ligações de interdependência entre uma dada região e o povo que a explora.

UMA NOVA DEFINIÇÃO DE GEOGRAFIA

Com a exposição que acabamos de fazer, temos elementos para po-

der precisar os termos de uma definição. Vamos dá-la por diversos itens, para em seguida resumí-la em uma só frase :

1º. A geografia se ocupa de três fatores : solo, clima e homem, como, com tanta precisão, resumiu Penck. Não de cada um deles isoladamente, mas nas suas relações de interdependência, ou seja agindo e reagindo uns sobre os outros.

2º. A geografia estuda esses fenômenos localizando-os, isto é, o faz de modo preciso quanto à região em que eles se desenvolvem, como claramente estabelece a 3ª conclusão do Congresso de Geografia de Veneza (1881).

Para que se caracterize o fenômeno como geográfico, preciso é que ele seja "delimitado no espaço", grande ou pequeno, em uma cidade, em um planalto, em um país, em uma zona qualquer da Terra, seja de que extensão for. Neste item se incorporam os problemas de Lage e de Raum, isto é, de "posição" e de "espaço" cujos melhores fundamentos Ratzel nos dá.

3º. A geografia se preocupa com as paisagens culturais, em "diversos períodos históricos ou pré-históricos" da vida do planeta. A paisagem geográfica varia, sempre no tempo e no espaço. Uma, a paisagem física, muda mui lentamente, tão imperceptivelmente que parece às vêzes inalterada, porisso que o quadro natural permanece quase o mesmo por muitos séculos ; a outra, a paisagem cultural, é, ao contrário mais móvel, mais nervosa, mais volúvel, e porisso mesmo, espíritos menos atentos, julgam nada terem elas de constante e de regular. Em qualquer caso mudam, variam, se transformam, se adaptam. A geografia toma para estudo "cada uma das fases da transformação".

4º. A geografia é em virtude de todos esses característicos acima apontados uma verdadeira ciência. Não uma ciência abstrata, nos moldes das sete que figuram no quadro modelar de Augusto Comte, mas

uma ciência do mesmo tipo da Botânica, da Zoologia, da Antropologia, em que, ao lado de princípios gerais e rígidos, há um vasto campo de atividades nas aplicações dessas mesmas leis gerais. A geografia é algo de ciência natural e algo de ciência social. Com ela pode-se estabelecer uma cadeia de ligações entre a geologia e a sociologia, como alguns lembramos nós mesmos (**).

Estão dados nesses quatro itens, os característicos da definição em que pretendemos enfeixar em uma frase todos os objetivos da geografia. E assim definimos :

"Geografia é a ciência que estuda as relações de interdependência, ou sejam as ações e reações que entre si exercem os fatores : — solo, clima e homem, em uma certa e determinada região da superfície da Terra e em um dado momento da sua História."

Não é esta a definição que se tem dado de geografia, nem será talvez a melhor. A nossos olhos ela tem a beleza que para a coruja oferecem os próprios filhos : — é nossa. Foi articulada por nós, oração a oração, palavra por palavra.

É possível que ela não seja intrinsecamente nossa, porque afinal nada mais é do que a tradução em uma frase da maneira pela qual os mestres da geografia moderna a ensinam, evitando muitas vêzes defini-la, com receio talvez de irritar demasiado o tradicionalismo sempre poderoso. É possível ainda que ela seja mais obra do nosso subconsciente supersaturado da leitura de inúmeros autores que se ocupam da questão, do que mesmo um produto da nossa inteligência. Vai-ha em tudo isso a nossa boa fé.

Há tantas definições da geografia que é quase uma ousadia dar mais uma, quicá menos perfeita e menos eloqüente. Poderíamos citar aqui várias de autores aclamados, mas para que ? Elas são bem conhecidas, e impossível para nós será citá-las tôdas. Aquela que talvez mais concretiza o pensamento a n t i g o,

(**) Vide — Ev. Backheuser — Breve notícia sobre a Geologia do Distrito Federal (1926).

corporificada em uma fraseologia moderna, é a de Richthofen: — "geografia é o estudo da superfície da Terra", o que equivale quase a essa outra, repetida em todos os compêndios elementares que declaram ser a "geografia a ciência que trata da descrição da superfície da Terra e de tudo quanto nela se contém". O nosso prezado amigo e mestre Prof. Delgado de Carvalho diz que "a geografia é a descrição da Terra especialmente em relação ao Homem". Alguns autores alemães são, porém, mais ousados: alargam-se em um vôo amplicíssimo e proclamam, com Ratzel, que a geografia é nada mais nada menos que a Erdwissenschaft, isto é, a "Ciência da Terra", não se contentando com a designação já vasta de Ritter, que a denominava Erdkunde, ou seja, "o estudo da Terra".

Tôdas essas tentativas de designar a ciência de Humboldt pecam pela vastidão pomposa que lhe querem dar. A geografia assim definida seria, afinal, inacessível ao comum dos mortais, pois exigiria um saber enciclopédico, que os homens de hoje não podem possuir. Os geógrafos teriam de ser da categoria dos Übermenschen, da altura dos super-homens de Nietzsche. Isto é demais para nós, pobres mortais!

A designação que propomos tem a vantagem — quer nos parecer — de ser mais modesta, pois delimita para a geografia certo e determinado campo de atividade. Não é pomposamente a "Ciência da Terra", nem mesmo, mais modestamente, a "Ciência de tudo que se passa à superfície da Terra"; é menos do que isso, mas é qualquer coisa de preciso e rigoroso como indica o nosso enunciado, que abrange o definido, apenas o definido, mas todo o definido.

Como o fazemos, o quadro de atividade da geografia não é vago, arbitrário, indeciso, mas fica clara e rigorosamente caracterizado.

Não trata a geografia do estudo nem do solo isoladamente nem isoladamente do clima ou do homem. O estudo do solo é feito pela geologia e pela agronomia; o do clima pela meteorologia; o do homem

pela biologia e pela sociologia. Do que se ocupa a nossa ciência é da ação que cada um dos três fatores exercita sobre os outros, da reação que recebe. A resultante de tôdas essas ações e reações compostas em um simbólico polígono de Verignon, dá a resultante geográfica de cada momento histórico.

A geografia não se pode confundir, portanto, nem com a meteorologia, nem com a sociologia. Depende delas, por um lado, e, por outro, a elas presta auxílio.

CIÊNCIAS CORRELATAS

Não coincide tampouco com a história. Cada época histórica tem a sua fisonomia antropológica ou geopolítica. A rápida passagem de tôdas essas "vistas fotográficas" deixar-nos-á na retina intelectual a impressão da perspectiva histórica.

A geografia se ocupa de estudar fatos, fenômenos, ocorrências e relações em um dado espaço da Terra; a história se destina a estudar êsses diversos quadros em tempos sucessivos.

Nem a geografia se subordina à História, nem esta àquela. Auxiliam-se: completam-se uma a outra. "Was heute Gegennart ist, wird morgem Geschichtesein", disse-o com razão Ratzel. Não menos exato é o conceito de Herder, de que a "história é como que uma geografia posta em movimento". (Geschichte ist als eine bewegungsgesetzte Geografie).

A geografia estuda uma dada "fotografia" de um longo filme cinematográfico; a história deduz as leis que resultam do movimento rápido de tôdas essas vistas, ou seja, estuda o filme em si.

A diferença que se quis estabelecer entre a geografia e a história é falaz. Cada qual volta ao seu lugar desde que o observador queira refletir sobre as respectivas áreas de atividade.

Aliás a geografia tem, como dissemos, idênticas correlações com várias outras ciências, das quais recebe e às quais presta importante auxílio, sem que por isso seja, um

"carrefour" das ciências, como disse allora o Prof. Raja Gabaglia.

Houve, de fato, uma tendência há alguns anos atrás, de querer que a especialização geográfica fosse feita tomando cada geógrafo, para arena de investigação, um dos capítulos da geografia geral. Isso deu lugar a que os geógrafos se embarafustassem pelas casas alheias e acabassem fazendo má figura. E que nenhum deles podia ser tão arguto em botânica, como um botânico, nem em zoologia, como um zoólogo, nem em comércio, como um economista. Pelo fato de precisar utilizar-se de variados conhecimentos das mais diversas ciências não seria preciso que o geógrafo se tornasse tão profundo como qualquer desses especialistas.

O geólogo fornece ao geógrafo os dados de que este precisa sobre a natureza petrográfica da região, sobre as ocorrências minerais, sobre os vieiros; da leitura das cartas geológicas saberá o geógrafo tirar as informações de que se irá utilizar, quer sobre as dobras e falhas dos terrenos, quer sobre as sinclinais e anticlinais, quer sobre o trabalho da erosão, erupções vulcânicas e movimentos orogênicos. Depois, por si, baseado nisso, concluirá, já na qualidade de geógrafo, da evolução morfológica ou econômica do país.

Da botânica e da zoologia receberá todos os informes sobre as famílias de plantas e animais, mas irá examinar, ele mesmo, no local, o modo como estão elas associadas, quais as suas possibilidades de exploração e comércio.

Dados meteorológicos e de geofísica lhe serão de utilidade para o estudo e classificação dos climas, bem como para o conhecimento das influências que esses mesmos climas estarão em situação de exercer sobre o homem na região da Terra que o geógrafo estiver estudando.

A etnografia lhe porá nas mãos o "dossier" humano: as várias raças e grupos que as circunstâncias reuniram naquele espaço de terra, a cuja descrição se entregou. O geógrafo deverá saber manipular

essa papelada etnográfica, sem que aliás se tenha ele mesmo mergulhado em estudos da antropologia da região, senão para ter uma impressão de conjunto que só o exame visual "in situ" pode dar.

De valor não menor são os dados estatísticos de toda sorte que sobre população, comércio, indústria, agricultura, lhe possam ser fornecidas pelos serviços demográficos. Isso não significa que o geógrafo se tenha de transformar em um estatístico, e, ainda menos, em um agricultor ou em um comerciante.

A ESPECIALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Reunidas, compiladas, enfeixadas na sua mão, todas as várias informações, terá o geógrafo a documentação indispensável para fazer o seu trabalho de síntese. Trabalho de alta e enorme valia, a que poucos se podiam abalancar. É que mesmo sem se tornar um detalhista de cada um desses departamentos científicos, o geógrafo necessita ter uma grande variedade de conhecimentos gerais, rigidamente argamassados por uma cultura propedêutica pouco vulgar.

Durante algum tempo o escopo dos grandes geógrafos esteve reduzido a poder achar as grandes leis da ciência geográfica. Alcançadas com Ratzel e seus discípulos, confessos ou camuflados, essa etapa, ficaram sendo sabidos os princípios fundamentais da nova ciência.

Cremos bem que todas as leis geográficas ainda não estão descobertas, mas as essenciais já são conhecidas. O que se torna preciso agora é retomar as geografias especiais e refundi-las em moldes modernos. Pode-se dizer que quase todas, senão todas, as regiões da Terra estavam conhecidas pelo modo descritivista antigo, trabalho hercúleo esse executado de modo brilhante, mas com feição passadista, por Elysée Reclus, na sua "Geographie Universelle". Preciso se torna agora recomeçar o estudo, à maneira científica moderna. É este o programa que se impõe aos geógrafos de todo o Universo. A ele se refere o Prof. Erich Obst, da Po-

litécnica de Hannover, na monografia que citamos ao iniciar esta conferência. Não é outra coisa o que lembra o ilustre presidente da Royal Geographical Society de Londres, no seu discurso de 1923, quando diz que "o estudo da geografia deve ser feito por artistas, capazes de lhe narrar as belezas e por naturalistas que lhe devessem as leis essenciais, tudo isso aplicado em detalhe para cada região da Terra".

O campo de investigação que é dado ao "Naturforscher" da geografia nos tempos de hoje, é dos mais elevados, nobres e difíceis. Têm os geógrafos de fazer agora a sistemática da geografia. É papel análogo ao que têm botânicos, zoólogos, geólogos, mineralogistas, naturalistas, enfim, de todo o mundo. Cada país, cada região, cada continente, será o campo de novas pesquisas metódicamente orientadas. E na geografia esse trabalho terá de ser sempre renovado, de tempos a tempos, porque, de século em século, ou de quartel de século em quartel de século, a paisagem geográfica muda, sem dúvida, de fisionomia política, e às vezes mesmo, de fisionomia física. Ainda mais. Como nas outras ciências naturais, o exame de cada "espécie geográfica", isto é, de cada região tem de ser articulado no quadro geral dos conhecimentos para controlar os resultados das leis já conhecidas e permitir a descoberta de novas leis. O trabalho dos geógrafos é, pois, contínuo, ininterrupto e sempre brilhante.

No Brasil tudo está por fazer e seria um prazer e uma honra que fôssemos nós mesmos os geógrafos do nosso país. Se não tomarmos a dianteira, outros virão. Outros já estão vindo, com mais amor ao trabalho, com mais base científica, com mais audácia, com mais ambição de renome, e farão o nosso trabalho se nós brasileiros não o executarmos.

O grupo de professores aos quais a Sociedade de Geografia confiou o ensino do curso que hoje se inicia se dará por bem pago se conseguir formar um núcleo de brasileiros a que se torne aprazível o estudo e as explorações geográficas.



● ○ CRUZEIRO ○ ●

A Maior Camisaria do Rio
apresenta...

as melhores
Camisas...
pelos menores
preços

○ CRUZEIRO ○

RUA DA ASSEMBLÉIA, 50-54 A 60

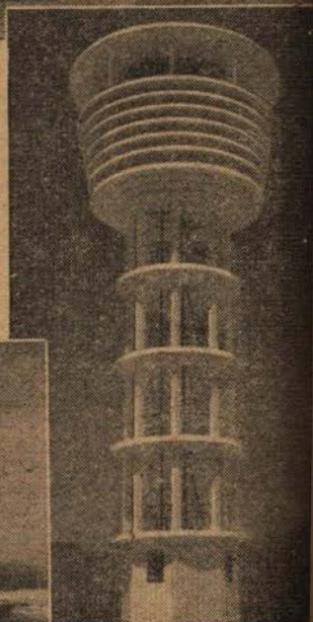
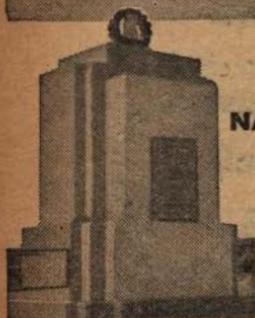
RUA DA QUITANDA, 15 E 17

(Casa da Esquina)

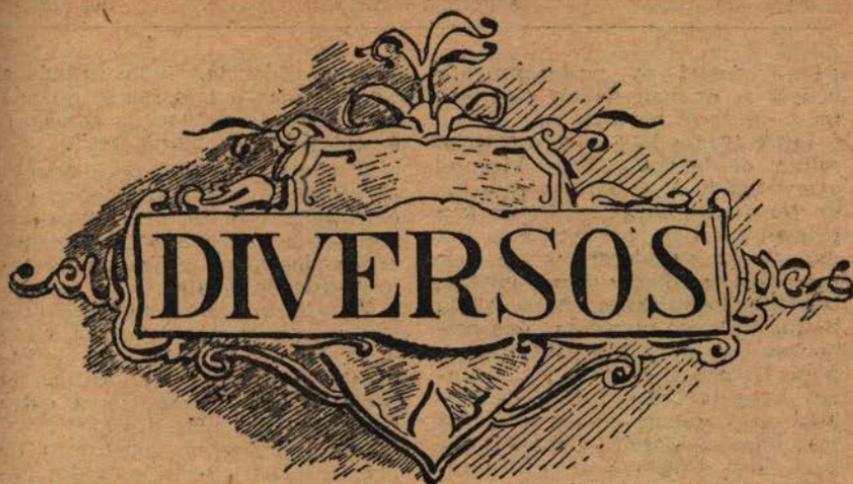


O CIMENTO MAUÁ NA MODERNIZAÇÃO DO EXERCITO

O Polígono de Tiro da Marambaia apresenta em suas obras uma visão agradável de linhas harmoniosas, ás quais se alia a solidez e segurança que lhes assegura o emprego do cimento Portland MAUÁ.



COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND



ASPECTOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

“Feita de traços vivos e característicos é a fisionomia geográfica de Mato Grosso. Numerosos cursos de água dominam o maciço de suas terras que se dividem naturalmente em 3 zonas.

Planícies pantanosas se dilatam pela porção meridional do Estado, campos relvosos, onde se adensam, neste momento, grandes manadas. O planalto se esgueira e se intromete entre as cabeceiras numerosas dos rios, sêco, árido, cheio de plantas enfezadas e tristes; o planalto é o chapadão. Enfim, a região das montanhas do norte é coberta de florestas colossais. Todavia, margeando os rios, ou adornando sua sombra...

Quem atravessa Mato Grosso, nota que seus arroios orientados para o norte, contribuintes do Amazonas e os que se vão perder no Paraguai, nascem como irmãos gêmeos, lado a lado...”

(Vide *Rondonia*. Roquette Pinto).

“Aquêlê território, tal qual se encontra nos seus limites políticos foi, é bem certo, penetrado pelos portugueses, muito tempo antes de

terem surgido ali os primeiros estabelecimentos de outra origem européia...” Por atender ao geógrafo Cândido Mendes é mister distinguir ali a parte conquistada pelos espanhóis do lado oriental, da outra porção desbravada pelos neobrasileiros de São Paulo. Foi caminho dos primeiros o Paraguai, cuja navegação é um tanto difícil para grandes barcos e relativamente fácil para canoas primitivas, e sôbre cujas margens se ergueram, desde 1575, com Domingos Martinez Irala e Nuno Chaves, as feitorias castelhanas. No entanto, a falta de minas de ouro e as hostilidades das tribos do alto Paraguai, região de grandes alagados, por seu turno mui adversa, foram circunstâncias que favoreceram o domínio português, desanimando os sucessos de Irala e Chaves. O caminho dos Paulistas foi mais árduo e, talvez por isso, deu-lhes posse menos precária das terras que foram varando. A conquista, dêste lado, se fêz aos poucos. Desta maneira, desde muito cedo, tinha-se criado o problema das fronteiras coloniais luso-espanholas, de cuja

obra deviam posteriormente ocupar-se os mais hábeis diplomatas e militares portugueses.

Entre 1515 e 1526 Aleixo Garcia, saindo de Iguape ou São Vicente, atravessando Mato Grosso pela fôz do rio Jauru, chega ao Peru. É a primeira notícia que se tem. *Dai em diante sucederam-se as devassadas periódicas desses sertões, em busca de escravos e ouro.* Ainda Roquette Pinto menciona, das primeiras bandeiras que chegaram a Mato Grosso a dirigida por Antonio Pires de Campos, filho de Manuel de Campos, ambos sertanistas; Pascoal Moreira Cabral e Miguel Sutil dirigiram-se para a região onde se ergue hoje a Capital do Estado, que brevemente se tornaria um centro de convergência a quem vinha de São Paulo e Goiás.

Nessa época Mato Grosso ainda estava muito unido à Capitania de São Paulo. A carta régia de 9 de maio de 1748 efetuou o desmembramento: "... e os confins do Governo de Mato Grosso e Cuiabá, hão de ser para a parte de São Paulo, pelo dito Rio Grande e pelo que respeita a sua confrontação com os Governos de Goiás e do Estado de Maranhão, visto a pouca notícia que ainda há daqueles sertões, tenho determinado se ordene a cada um dos novos governadores, e também ao do Maranhão, informem por onde poderá determinar se mais cômoda e naturalmente a divisão".

No dia 12 de janeiro de 1751 chega a Cuiabá, o 1º Capitão-General de Mato Grosso, *D. Antônio Rolim de Moura Tavares*, que, a 17 dêsse mesmo mês, assumiu o Governo da capitania. Acompanharam-no 54 praças, através da longa e penosa jornada de São Paulo a Cuiabá por via fluvial, começando pelo Rio Tieté. Estevão de Mendonça resume a carta instrutiva que o Capitão-General trouxe de Lisboa: "É um documento que explica a política portuguesa no tocante à fronteira ocidental:

1º. Que se ponha a cabeça do Governo do Distrito de Mato Grosso, onde deverá fazer mais conti-

nuada residência, "indo contudo a Cuiabá e as outras minas quando assim o pedir o bem do serviço e a utilidade dos moradores".

2º a 4º. Referem-se à criação de uma companhia de dragões e à ereção do juízo de fora, bem como aos privilégios que deveriam ser concedidos para promover o povoamento da capital.

3º. *Recomenda a escolha do lugar em que deveria fundar a capital*, "atendendo que seja defensável e, quanto possível, vizinho do Rio Guaporé, ou de algum outro navegável que nêle desague".

7º. Autoriza a construção de uma casa para resistência dos governadores.

8º a 11º. Determinam tôda a vigilância a fim de impedir que os espanhóis se assenhorassem da navegação do Rio Guaporé.

12º. Ordena o alistamento em ordenanças, dos habitantes da capitania, "procurando que andem, quanto possível, exercitados e disciplinados".

13º. Prescreve que se torne efetiva a navegação e pesca do Guaporé.

10º a 18º. Regulam-se a maneira de prevenir a correria dos Paiaçuás, "devendo empregar a fôrça, depois de esgotados os meios brandos".

19º. Ordena o aldeamento dos índios pacificados.

21º a 23º. Expõem-se o estado dos negócios de limites entre o Brasil e as possessões espanholas na América..."

Eram perfeitamente definidas as intenções portuguesas, de fixar, nessa região, os limites da Capitania de Mato Grosso.

...Fundação de Vila Bela...

E d. Antonio Rolim de Moura Tavares, homem enérgico, apesar de violento e arbitrário, durante os 14 anos de governo, desempenhou a contento essa obra. A 19-3-1752 *êle funda Vila Bela da Santíssima Trindade, mais tarde cidade de Mato Grosso, em Pouso Alegre, margem do rio Guaporé "chave e propugnáculo do sertão do Brasil"*,

para capital da nova unidade territorial. Constituiu d. Antonio as primeiras resistências, aos espanhóis no empenho que sempre tiveram de dominar a região oriental do Guaporé. Esse governador fixou, nos principais pontos de interesse imediato a consolidação do domínio português, cerca de cinco postos militares.

...Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres...

Após as enérgicas atividades deste administrador, substituíram-no respectivamente: João Pedro da Câmara, que governou a capitania até 1769 e Luiz Pinto de Sousa Coutinho, até 1772, quando Mato Grosso foi entregue à direção de um homem de escol: o Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, fidalgo hábil, enérgico e dedicado, que decisivamente contribuiu para a preservação integral das terras brasileiras no ocidente. Luís de Albuquerque tomou posse em 13 de dezembro de 1772. Grande parte do seu esforço consistiu em pontilhar a fronteira matogrossense com as colônias da Espanha, de povoados, postos militares, presidios e fortificações: marcos permanentes e vivos da inteligência e pujança da gente portuguesa. Assim, em 1775, determinou ao Capitão de auxiliares Matias Ribeiro da Costa, a *fundação no lugar denominado Fécho dos Morros, do presidio de Coimbra*. Em 1776 manda explorar as terras então litigiosas, do ribeirão de Santo Antonio dos Guarajus, que, por lamentável desinteresse dos seus pósteros, está hoje fazendo parte da Bolívia. Nesse mesmo ano é lançada a pedra fundamental do *Forte do Príncipe da Beira*, à margem direita do rio Guaporé, permanecendo ainda hoje um marco monumental da esplêndida obra de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, naquelas terras longínquas de Mato Grosso. Veja-se, por exemplo, nesse operoso ano de 1776, a *fundação do povoado de Vizeu*, plantado à margem esquerda desse histórico e dis-

putado rio Guaporé, para constituir um dos núcleos da civilização em Mato Grosso, ainda por ordem do insuperável Capitão-General. Vizeu ficou pertencendo a Bolívia, 91 anos mais tarde em 27-3-1867. O insuspeito Estevão de Mendonça (Datas Matogrossenses. 1919. 1º vol. pág. 107) diz, de Luís de Albuquerque: "Merece sempre registro qualquer medida tomada por aquele governador, dada a sua extraordinária capacidade de trabalho, penetração política e tino administrativo. O seu governo, sem igual até hoje em Mato Grosso, assinala-se por uma abundante série de providências que se enquadram a um admirável plano de conjunto". Governou esse trecho do oeste brasileiro durante 17 proveitosos anos.

Seu substituto foi o Capitão-General João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, um irmão mais moço, a quem deixou minuciosa carta instrutiva, da qual Estevão de Mendonça transcreve um tópico (Datas Matogrossenses. 1919. 1º vol. págs. 118 e 119), cuja parte mais interessante é a seguinte: "Que o meu sistema e plano, muito apesar de algumas das literais expressões do Tratado Preliminar de Limites de 1777 o contradizerem vem a constituir reduzindo-os a breves palavras, em que tôda vez que a linha divisória que enfim se concordar, ou demarcar com os espanhóis, desde pouco mais ou menos o Rio de São Simão Pequeno, ou Bahia das Panguinhas, que jazem para baixo da serra dos Guarajus, na margem esquerda ocidental do rio Guaporé, até a Bahia chamada Negra, na margem direita mais tarde também ocidental do rio Paraguai, e para baixo do Presídio que nela se acha, denominado da Nova Coimbra, sensivelmente diversifique da idéia geral de semelhante linha por mim concebida, e posta na Real Presença já desde o ano de 1780, não poderá essa medida, correndo os tempos, deixar de ser por muitos princípios político, e até físicos e morais, prejudicialíssima tanto à subsistência e defesa de tão importante capita-

nia, limítrofe por boas 400 léguas aos domínios espanhóis, em tempo de qualquer guerra com aquela nação, como lesiva aos seus indispensáveis e continuados comércios ordinários que, de precisa necessidade, deve frequentar, especialmente a respeito dos governos de São Paulo e Rio de Janeiro, pelos Rios Cuiabá, São Lourenço, Paraguai, Taquari, istmo de Campoan, etc., enfim se executasse esta grande obra e parte das demarcações, quase toda ela em extremo espinhoso é delicada já que por pouca fortuna difere, tão consideravelmente da letra do sobredito Tratado, em que logo se vê o muito que será cheio de erros e defeitos substancialíssimos, e que sobretudo encontra, de modo tão considerável, os interesses da Coroa de Portugal, favorecendo unicamente aos de Espanha". Luís de Albuquerque fundou os *distritos militares* de Insua; de *Albuquerque hoje Cotumbá*, de tão pronunciada significação comercial e militar no oeste matogrossense; *criou Casalvasco e Corixa*, ainda em nossos dias, importantes postos militares da fronteira; *fundou Vila Maria, atualmente a próspera cidade de Cáceres*, centro industrial e guardiã da extensa área de nossos limites com a vizinha e amiga Bolívia.

João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, irmão de Luís de Albuquerque, empossou-se em novembro de 1789. Governou durante seis anos e um quarto. Sucumbiu atacado de paludismo. Suas cinzas dormem o sono eterno entre as ruínas da Igreja Matriz da cidade de Mato Grosso (ex-Vila Bela, fundada pelo 1º Capitão-General). Daí em diante, sucederam-se no Governo de Mato Grosso os seguintes Capitães-Generais: Caetano Pinto de Miranda Montenegro, provavelmente o mesmo que capitularia aos revolucionários pernambucanos de 1817, seis anos depois de deixar a direção de Mato Grosso; em 1804, tomou a frente dos negócios o Capitão-General Manoel Carlos de Abreu Menezes; em 1807 passou-os a João Carlos Augusto Oeynhausien Grevenburg e finalmente Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho encerrou a série dos Capitães-Generais de Mato Grosso, homens que tão relevantes serviços prestaram à causa nacional, dando a Mato Grosso a extensão territorial que hoje possui. Deposto Francisco de Paula Magessi, em 1821, passou o governo a ser exercido por duas juntas, uma em Cuiabá, outra na cidade de Mato Grosso. No ano seguinte foi proclamada a independência do Brasil.

SERRARIA IRIS

Indústria e Comércio de Madeiras — Fábrica de Esquadrias

J. F. Barros & Cia. Ltda.

Ferragens, Tintas, Louças e Materiais em Geral para Construção

RUA ÁLVARO DE MIRANDA, N. 15

Telefones: 29-0229 e 49-2257

RIO DE JANEIRO

CONDIÇÕES ECONÔMICAS PARA EXPANSÃO DAS INDÚSTRIAS DE BASE

O Professor Otávio Gouveia de Bulhões pronunciou, recentemente, no Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro, oportuna conferência subordinada ao tema "As condições econômicas para a expansão das indústrias de base", em nosso país. Definindo este tipo de indústrias, disse o conferencista que são aquelas cujo serviço ou produto serve de veículo à melhoria da produtividade das demais atividades econômicas. São de base porque esse produto é um elemento precioso de aperfeiçoamento da produção. Por isso, necessariamente, o preço do serviço ou do produto básico deverá ser módico, relativamente aos outros fatores de produção, deverá oferecer maior produtividade por unidade de custo.

Produzir em escala econômica não significa, necessariamente, produzir em escala gigantesca. Empreendimentos modestos podem ser, também, eficientes. No conjunto da produção há um natural encaideamento no desenvolvimento das indústrias, bem como uma precedência de expansão das indústrias de bens de consumo, como foi observado no exemplo clássico da Inglaterra, berço da Revolução Industrial. É pois, normal — disse o Professor Bulhões — que essa providência ocorra em nosso país. Mas a despeito do êxito de alguns empreendimentos de nossa indústria de base, como a siderurgia, sua expansão vem sendo entravada por alguns obstáculos, destacando-se:

(1) Que a economia básica brasileira ainda é baseada, no comércio de bens escassos; (2) A política financeira desenvolvida no Brasil é a de depreciação monetária violenta e persistente; (3) Uma

indústria de base necessita de preços módicos para o seu desenvolvimento.

Aduzindo esclarecimentos a cada um dos pontos de vista acima mencionados, cita o conferencista os trabalhos de disciplina das importações e as vantagens proporcionadas a várias indústrias mecânicas, valendo-se da assistência técnica prestada pelo Sr. Aldo France, citou, igualmente, o trabalho de estudo racional do nosso comércio de importação, desenvolvido durante a gestão do Sr. Simões Lopes, visando a orientação da nossa futura política alfandegária.

De um modo geral, o que prevaleceu durante o período inflacionário, de fins de 1949 a 1954, a par de uma taxa de câmbio fictícia, foi um notório desestímulo à implantação da indústria de base.

Referindo-se ao problema da inflação, o conferencista salientou que conhecidos economistas como o Professor Eugênio Gudin, os Srs. Celso Furtado, João Paulo de Almeida Magalhães e instituições dedicadas à política econômica, como o Conselho Nacional de Economia, têm-se manifestado de diversas maneiras sobre o montante dos investimentos realizados no Brasil e na sua forma de aplicação, aconselhando um, a redução dos investimentos, outro a diminuição do consumo e outro ainda o incremento desses mesmos investimentos, pois considera índice seguro de progresso, a intensificação da velocidade da taxa de investimentos.

Num cálculo sujeito a críticas, observa-se que a carga inflacionária sobre a renda disponível para consumo de bens e serviços particulares, no ano de 1953, é estimada

entre 5 e 7 bilhões de cruzeiros. Acrescendo o aumento dos impostos indiretos, que entre 1952 e 1953, subiram de 9 bilhões de cruzeiros, notamos que o consumo, por processos monetários e fiscais, foi sobrecarregado de 15 bilhões de cruzeiros, cifra realmente vultosa.

Manifestando-se sobre a participação do trabalhador na distribuição dos lucros, disse que é sustentável em se tratando de lucros em função de acréscimo de produtividade e procedendo-se a distribuição sob o processo de capitalização.

De modo idêntico — disse — a tributação sobre lucros deve distingui-los quanto à sua aplicação. Os lucros acumulados, se investidos em ações de empresas que operem em indústrias de base, poderiam ser, transitóriamente, isentos de impostos. Terminando, afirmou que as medidas sugeridas, aliadas a uma revisão no sistema tributário com a finalidade de reduzir o estímulo à produção de artigos de luxo, criariam um ambiente extremamente favorável à expansão das indústrias básicas.

CALCULOS A JATO "HAMANN"

A super-rápida calculadora elétrica criada pela
precisão da técnica alemã!

**SOMA, DIMINUI, DIVIDE, MULTIPLICA
EM SEGUNDOS**

DISTRIBUIDORES: MÁQUINAS IMPORTADORA LTDA.

RIO: Rua Visconde de Inhaúma, 134, 17º and. e loja

Tels.: 43-1618 — 43-1619 — 43-7538

SÃO PAULO: Rua Libero Badaró, 462, sobreloja

BELO HORIZONTE: Rua Bahia, 752

ASPECTOS DA VIDA RURAL BRASILEIRA

(Transcrição da Revista "Conjuntura Econômica")

No complexo infinitamente emaranhado de nossa vida econômica, o problema da estrutura agrária apresenta um dos setores mais impenetráveis e misteriosos. Enquanto a rede estatística consegue abranger as mil e uma voltas do intrincado circuito econômico, propiciando dados minuciosos e atualizados sobre suas diferentes fases, todas as estatísticas começam a falhar no tocante ao cerne de economia agrária. Por outro lado, escassas são as obras de alcance e cultura que abordem a matéria de um ponto de vista dinâmico e objetivo. Via de regra, apenas se atém a descrições meramente qualitativas, de impressionismo sociológico a respeito do sistema de colonato, da formação de núcleos premonetários nas fazendas e de outros ângulos restritos do quadro rural. Raramente se enquadram no âmbito da ciência econômica e, o que é pior, nem sempre correspondem totalmente à realidade, pois configuram situações já superadas no processo evolutivo do Brasil.

Por isso mesmo, devemos saudar com satisfação o esforço da Comissão Nacional de Política Agrária, divulgando os principais dados colhidos em amplo inquérito por ela procedido em todos os municípios brasileiros, no ano de 1952, com a colaboração do IBGE, os quais permitem desvendar, embora de forma incompleta, alguns dos aspectos mais salientes da vida rural brasileira. Segundo se anuncia, aquela Comissão pretende dar em breve à publicidade uma série de monografias interpretativas.

No número de março de 1953 desta Revista, tivemos oportunidade de analisar a segunda parte da publicação n. 2 (série A), relativa a salários agrícolas.

Deixando de lado a publicação número 1 — nível geral de vida —,

que, pelo caráter subjetivo das indagações feitas aos agentes estatísticos, não dá margem a conclusões positivas, tentaremos a interpretação das apurações estatísticas que constam dos folhetos de ns. 2 a 6.

MIGRAÇÕES INTERNAS

As respostas dadas pelos agentes estatísticos às quatro perguntas do questionário referentes a migrações internas provam que há forte correlação inversa entre o nível de salários, de um lado, e a saída de trabalhadores e a falta de mão-de-obra rural, de outro. Quanto mais reduzido aquêle nível, maior é a tendência ao êxodo. Contrariamente, onde há grande número de municípios com salários rurais elevados, como São Paulo e Paraná, a imigração de trabalhadores faz-se mais intensa.

Dos 1874 municípios informantes, nada menos de 1.445 acusaram saída de trabalhadores e 1.423 mão-de-obra insuficiente, o que evidencia a sensível mobilidade das populações brasileiras, a qual, aparentemente, pelo menos no ano da pesquisa (1952), estava determinando crise de mão-de-obra rural em 76% dos municípios do país. Esta percentagem, aliás, verifica-se, em média, na maior parte dos Estados atingidos pela emigração.

Em 304 municípios notou-se entrada significativa de trabalhadores. Como seria de esperar, o maior número era constituído de municípios de São Paulo, Paraná e Goiás, embora o Maranhão também se destacasse, com 17 municípios, certamente pelo afluxo, na seca de 1952, de flagelados dos Estados vizinhos.

Finalmente, em 434 municípios se informou haver número suficiente de trabalhadores.

É preciso acentuar, quanto a êste ponto, como de resto em relação aos demais, que os resultados do inquérito estão fortemente influenciados pela opinião pessoal do informante (no caso, o agente estatístico), a qual nem sempre traduz, por motivos óbvios, a realidade local. Como quer que seja, acreditamos, de modo geral, que a pesquisa possibilitou a identificação das tendências gerais do fenômeno migratório.

Outra conclusão a extrair do inquérito é a de que os trabalhadores, quando emigram, preferem dirigir-se a outras unidades federativas, particularmente da região Sul, do que a municípios do próprio Estado. Assim, por exemplo, em 60% dos municípios das regiões Nordeste e Leste que revelam saída sensível de trabalhadores, o destino foi o sul do país e em apenas 10% os municípios vizinhos. No próprio São Paulo os imigrantes buscam mais outro Estado do que os municípios próximos ou os grandes centros urbanos daquela unidade. Somente nas regiões Norte e Centro-Oeste os trabalhadores deslocam-se mais dentro de seus Estados que para fora deles, seguramente devido às enormes distâncias a vencer até o Paraná, Distrito Federal e São Paulo.

Uma das tabelas da publicação n. 2 da Comissão Nacional de Política Agrária mostra ainda que, em 199 dos 304 municípios onde se observava entrada apreciável de trabalhadores, o tipo de pagamento mais freqüente era "só em dinheiro", comprovando-se, por êsse modo, que as regiões em que o salariado puro — chamemo-lo assim — está muito difundido se constituem, quando outras outras condições favoráveis também ocorrem, em áreas de atração demográfica. Conforme acentuamos em trabalhos anteriores, é êsse processo de transferência de mão-de-obra, das regiões de economia desmonetizadas para as mais desenvolvidas do país, que lentamente vai criando o mercado interno e elevando a produtividade média de sua população ativa.

A maior parte dos 304 municípios referidos pertence aos Estados de São Paulo (78), Goiás (36), Minas Gerais (31), Paraná (29) e Maranhão (17). Surpreende um pouco o fato de figurarem nessa lista, Santo Amaro, município baiano de que emigram, em média, para São Paulo cerca de 2.600 trabalhadores por ano, bem como Januária e Pirapora, cujas perdas para o Estado bandeirante foram, no último decênio, respectivamente 5.558 e 2.539 pessoas por ano em média. Não é fácil explicar a concomitância de emigração e imigração tão fortes num mesmo município. Talvez a circunstância de serem tais municípios pontos de parada na marcha migratória induza os imigrantes, quando chegados a São Paulo, a dá-los como zona de precedência, ao invés dos municípios de onde originariamente saíram.

Finalizando esta parte de nossa análise, cumpre salientar que o inquérito promovido pela Comissão Nacional de Política Agrária permitirá, em apurações futuras mais completas do que essa primeira dada à publicidade, que se aprofunde o estudo das migrações internas em cada Unidade da Federação. Sem embargo da natural e inevitável deformação que a realidade sofre, quando as conclusões se estribam no depoimento de um só informante — no caso, o agente estatístico —, a riqueza, de dados por êste fornecidos, é tanta, que uma adequada e minuciosa manipulação de tais elementos desvendará certamente aspectos inéditos do fenômeno migratório no Brasil. Por ora, temos de contentar-nos com essa visão global e imperfeita que vimos de proporcionar aos leitores de *Conjuntura Econômica*.

PEQUENA, MÉDIA E GRANDE PROPRIEDADE AGRÍCOLA NO BRASIL

Em país da vastidão territorial do Brasil, extremamente diferenciado quanto à natureza das atividades econômicas e ao nível tecnológico alcançado, os limites de área que definem a pequena, média e grande propriedade teriam necessa-

riamente que deferir de Estado para Estado e até de município para município.

De cada agente estatístico, a Comissão Nacional de Política Agrária, em seu inquérito, limitou-se a indagar o que no município se considerava pequena, média e grande propriedade. Não precisou aquele órgão o conteúdo social e econômico de cada uma delas, deixando inteiramente ao arbitrio do informante tal conceituação. Com isso, o inquérito perdeu parte da desejável objetividade que legitimaria as conclusões nêle apoiadas.

Por outro lado, a adoção do mesmo grupamento de classes de área para a tabulação dos resultados referentes a cada um dos três tipos de propriedade e a reunião, numa só classe, das propriedades com área maior de 200 hectares, prejudicou, senão invalidou totalmente, a análise das diferenças regionais quanto à grande propriedade. Isto porque, na quase totalidade das unidades federativas, ela possui área superior àquele limite de 200 ha.

Com tais ressalvas em mente, analisemos as diferenças de conceituação.

Se dividirmos os grupos de classe em duas apenas — as propriedades com mais e as com menos de 50 hectares —, constataremos que na grande maioria dos municípios de tôdas as unidades federativas, menos uma (Mato Grosso), a propriedade, considerada como pequena, não excede aquele limite de área. Se no grupo de menos de 50 hectares, por sua vez, separarmos as de menos de 21 e as de 21 a 50 hectares, veremos que em todos os Estados das regiões Sul, Centro-Oeste e Leste Meridional, bem como no Acre, Piauí e Rio Grande do Norte, a propriedade até 50 hectares ainda é tida como pequena. Nas demais unidades, esta é em geral a que tem menos de 20 hectares e no Maranhão e Ceará menos de 10 hectares.

Mesmo com o sistema de apuração adotado, é fácil perceber grandes variações na área-limite dentro da mesma unidade. Isso ocorre porque, sendo a pequena propriedade aquela que, trabalhada exclusivamente

pelo agricultor e membros de sua família, basta para prover-lhes a existência, seu tamanho depende, em última análise, da produtividade média da exploração agrícola, que é função de uma série de fatores, entre os quais o tipo da atividade econômica exercida, o nível tecnológico imperante e a fertilidade da terra.

Nestas condições, nossa análise, para ter consistência e validade, assim como qualquer reforma agrária, para conformar-se à realidade, teria que descer ao plano municipal, procurando delimitar as zonas onde os fatores assinalados se revestissem de características semelhantes. Infelizmente, a publicação n. 3, que vimos comentando, não proporciona os elementos indispensáveis a tal objetivo.

Quanto à propriedade média, segundo os resultados do inquérito, ela tem geralmente mais de 200 hectares em São Paulo (201 municípios, dos 366 informantes), Mato Grosso (28 em 35), Goiás (43 em 77), Minas Gerais (193 em 397), Rio de Janeiro (34 em 55) e Piauí (3? em 49).

No que concerne à grande propriedade, já fizemos ver a impossibilidade de precisar o limite inferior de área. As respostas de certos agentes estatísticos são de todo inaceitáveis. Basta dizer que 18 deles informaram que são consideradas grandes propriedades as de área superior a 10 hectares, e 44 outros as de 20 ou mais hectares.

CRÉDITO AGRÍCOLA

A insuficiência do crédito agrícola no país tornou-se patente, através do inquérito (publicação número 4), com este simples resultado: 546 municípios brasileiros (23,3% do total) não dispunham, em 1952, de qualquer modalidade de crédito agrícola. As percentagens correspondentes às regiões fisiográficas assim se apresentavam:

| | |
|--------------------|-------|
| Centro-Oeste | 46,4% |
| Norte | 37,1% |
| Nordeste | 32,1% |
| Leste | 30,7% |
| Sul | 18,7% |
| BRASIL | 28,3% |

Estados havia, como o Pará em que 80% dos municípios não sabiam o que era crédito agrícola. Em troca, nos dois Rio Grande, do Sul e do Norte, somente 12% dos municípios o desconheciam; no Espírito Santo 13,8% e em São Paulo 18,7%. Aliás, certas percentagens demasiado altas para unidades adiantadas, como Santa Catarina (40%) e Rio de Janeiro (43%), e outras muito baixas para unidades subdesenvolvidas, como o Amazonas (36%), Rio Grande do Norte (12%), já citado, Sergipe (26%) e outros, levam-nos a pôr em dúvida a validade dos resultados.

A pergunta, tal como foi formulada ("é facilitado o crédito aos lavradores?", ao invés de "existe qualquer modalidade de crédito?"), certamente determinou interpretações diversas de caráter subjetivo.

O Banco do Brasil aparecia como a principal entidade financiadora em 877 municípios, ou seja, 45% do número total então existente. A seguir vinham os comerciantes, que eram os principais financiadores em 597 municípios. Em duas regiões, Norte e Centro-Oeste, essa fonte de crédito predominava sobre a oficial. O inquérito revelou ainda a fraqueza das cooperativas de crédito no país, que somente atuavam de 168 municípios, bem como a inexpressividade do crédito bancário não oriundo do Banco do Brasil, cuja existência apenas se anotou em 388 municípios.

TÉCNICA DA PRODUÇÃO

No questionário do inquérito que vimos analisando houve a louvável preocupação de incluir uma série de perguntas tendentes a investigar o nível tecnológico imperante nas diferentes regiões do país.

O atraso de nossa agricultura ficou bem evidenciado. Basta dizer que em 1.676 municípios ainda se fazia uso corrente de queimadas no preparo do terreno para a lavoura e só em 966 se costumava empregar adubo (estrume, adubo verde ou fertilizante químico) na correção do solo.

Também se comprovou que ainda não adquirimos, salvo numa ou nou-

tra região, o hábito comum nos países de agricultura adiantada e já adotado no século XVII pela Inglaterra, de se proceder sistematicamente à rotação das culturas. Fazemos apenas a rotação dos terrenos, utilizando as terras em repouso para pastagem. Em 1.362 municípios, segundo os resultados do inquérito, tal prática era a mais corrente, perdurando o repouso por 3 anos e até mais. Isto demonstra, mais do que o primitivismo de nossos métodos agrícolas, a grande disponibilidade de terras para plantio no Brasil, que nos permite o luxo de deixar uma terra por tanto tempo sem exploração. Essa disponibilidade é, ano a ano, mantida ou ampliada com o desbravamento de novas terras, que, à época se processava, em escala apreciável, em 734 municípios.

Ainda nesta parte de técnica de produção, o inquérito revelou que na grande maioria dos municípios brasileiros a enxada era o instrumento mais comumente usado na lavoura. Só em 222 municípios o arado apareceu em primeiro lugar. E onde êle existia, o tipo de tração predominante era a tração animal (em 1.054 municípios, contra 33 onde se usava o trator conjugado ao arado).

ARRENDAMENTO E PARCERIA

As relações de trabalho que ainda prevalecem na maior parte do agro brasileiro constituem resíduos lastimáveis de um tipo de economia já ultrapassado. Só lentamente vem o trabalho não remunerado de um ou mais dias na terra do proprietário cedendo terreno ao regime salarial, mais condizente com o estágio a que já atingiu a economia brasileira.

O inquérito da Comissão Nacional de Política Agrária mostrou (ver publicação n. 6) que das modalidades de parceria, a meação — justamente a mais lesiva — era a mais usual em 1.280 municípios. E onde, ao invés desta, predominava o arrendamento da terra, os contratos, além de quase sempre verbais (assim sucedia em 1.294 mu-

nicipios, contra 198, onde o contrato escrito era a regra), tinham um prazo de duração que raramente excedia 2 anos.

É fácil assim compreender o pouco estímulo ao investimento, à melhoria da exploração agrícola, por

parte de quem, trabalhando terra alheia, ou é forçado a entregar a seu dono metade do que produz, ou não possui garantia de estabilidade por um prazo suficientemente longo para auferir os resultados de suas inversões.

CASA JOTTA

O TRABALHO



CONSTROE

AV. MAR. FLOR. 38

TEL. 43-9333 - RIO



..... "CASA JOTTA" ONDE SUA ASSINATURA VALE DINHEIRO.

CONCEDEMOS CRÉDITO A TODOS MILITARES COM APENAS A APRESENTAÇÃO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE.

TUDO EM 10, 15 E 20 PRESTAÇÕES :

Máquinas de costura, Fotográficas, Lavar roupa, Liquidificadores, Móveis, Toca-discos, Bicicletas, Ventiladores, Televisões, Geladeiras, Enceradeiras, Chuveiros, Bombas, Ferros elétricos, Painéis de pressão, Baterias de alumínio, Faqueiros wolff, Fogões, Canetas, Aspirador de pó, Tecidos de malhas, Maillots, Gravatas, Lingerie, Artigos de lã, Brinquedos, etc.

N.B. — Escreva ou telefone para a "CASA JOTTA", pedindo a presença de um vendedor.

Avenida Marechal Floriano, 38-B — Telefone 43-333

MINISTÉRIO DA GUERRA

Cousas Práticas

ADQUIRIR LIVROS PELO
SERVIÇO DE REEMBOLSO
POSTAL DA SECÇÃO DE
PUBLICIDADE DE "A DE-
FESA NACIONAL"

Há certos livros que todo militar de carreira deve ter em suas estantes ou tê-los meditadamente lido.

Cultura militar e geral não se adquire em Seleções ou Revistas ; ainda não foram inventados os comprimidos de saber e de experiência.

Para conseguir base sólida é preciso ler e meditar muito. "A Defesa Nacional" está ao dispor dos camaradas para atender pedidos de quaisquer livros existentes em depósito em sua secção especial ou em outras livrarias da capital.

Serviço Rápido e Seguro

Caixa Postal 17 do Ministério da Guerra

DISTRITO FEDERAL

MODELOS DE ORGANIZAÇÃO E TRABALHO AS GRANJAS MANTIDAS PELO EXÉRCITO

JOSÉ ANASTACIO VIEIRA, Diretor do Serviço de Informação Agrícola

Iniciativa das mais promissoras, tomadas nestes últimos anos pelas altas autoridades do Exército Nacional, foi, sem dúvida, a instalação, junto aos principais corpos de tropa, de granjas de produção mista. Em princípio, a produção destas granjas destina-se ao auto-abastecimento dos quartéis, junto às quais funcionam. No entanto, é fora de dúvida que elas exercem, ainda, uma influência salutar na formação profissional de milhares de jovens recrutados das zonas rurais para os serviços militares. Orientadas pelos veterinários militares e com assistência técnica eventual de agrônomos, as granjas do Exército são modelos de organização e os lavradores ou criadores podem observar e aprender, ali, a aplicação racional das normas modernas de produção agrícola. Todo trabalho destas granjas é realizado por soldados escolhidos entre os convocados anualmente. É uma escola prática de eficácia indiscutível para a futura vida profissional de seus homens, quando êstes regressam à vida civil e retornam aos seus trabalhos de campo. Além disso, a existência de tais granjas, em qualquer região, serve para uma demonstração prática, a todos os lavradores e criadores vizinhos das sedes dos corpos de tropa, do valor e da eficiência

dos métodos de produção racionalizada. É iniciativa vitoriosa, cuja influência será a mais benéfica para a coletividade nacional, mesmo excluindo-se, por exemplo, o valor econômico ou financeiro do empreendimento para os próprios quartéis.

EM PRODUÇÃO 219

No primeiro quadrimestre do corrente ano foram controlados, pela Diretoria de Veterinária, os dados remetidos por 219 granjas. No mesmo período do ano anterior, as granjas eram em número de 120, havendo, portanto, o aumento de 99. A tendência é para aumentar sempre.

ATIVIDADES VARIÁVEIS

As atividades das granjas são bem variáveis; a maioria, no entanto, dedica-se à pequena lavoura e ao cultivo de hortaliças. Quanto à produção animal, quase tôdas fazem avicultura, em pequena escala. Algumas, principalmente as sediadas no sul, também criam porcos e gado leiteiro. Os dados estatísticos chegados ao nosso conhecimento revelam grande progresso, de ano para ano, não somente quantitativo, mas também qualitativo: Os produtos, quer da plantação, quer da criação, obtidos nas granjas, são de excelente qualidade, permitindo a me-

lhoria do abastecimento dos quartéis.

VALOR DA PRODUÇÃO

Sòmente no primeiro quadrimestre dêste ano, o valor total da produção das granjas do Exército alcançou a cifra de Cr\$ 9.621.579,00, cêrca de dois e meio milhões de cruzeiros a mais, em relação ao mesmo período do ano anterior.

AVES E SUÍNOS

A avicultura é representada pela criação de algumas dezenas de milhares de aves de raças especializadas (cêrca de 35 mil cabeças), e a produção de ovos, no período referido, atingiu a 26.217 dúzias. Os suínos existentes nas granjas são em número de 9.447, contribuindo com mais de 75 toneladas de carnes e subprodutos para o abastecimento das tropas.

GADO LEITEIRO E HORTA

Atividade em constante progresso é a da exploração do gado leiteiro. Enquanto em 1954, no primeiro quadrimestre, as granjas possuíam 1.476 bovinos, com a produção leiteira de 171.475 litros, em 1955 o número de cabeças é de 2.011, com a produção de 251.509 litros de leite. A produção hortícola e da lavoura é da ordem de 722 toneladas; 141 toneladas a mais que em igual período do ano anterior (primeiro quadrimestre).

ORIENTAÇÃO ACERTADA

Os números registrados revelam o acêrto da orientação que vem sendo dada às granjas militares, cuja produção compensa largamente os esforços e verbas despendidos em sua instalação, e cujos efeitos são e serão os mais salutareos para a readaptação de milhares de jovens lavradores à vida rural.

NÃO DEIXE PARA AMANHÃ
O QUE PODE FAZER HOJE.

**COMPRE
JÁ!**



Em artigos para homens,
nenhum sortimento se
compara ao da

 **CAMISARIA
PROGRESSO**
PRAÇA TIRADENTES, 2 e 4

O CÓDIGO DE JUSTIÇA MILITAR ARGENTINO

Tradução do General NISO DE VIANNA
MONTEZUMA.

X

CAPÍTULO II CUMPLICIDADE

Art. 513. Nos delitos de jurisdicção militar, a co-participação será considerada e punida de acôrdo com as regras do Código Penal, salvo os casos expressamente previstos neste código, para determinadas infrações.

Art. 514. Quando um delicto fôr cometido na execução de uma ordem de serviço, o superior que a houver dado será o único responsável; o subordinado só será considerado cúmplice quando se exceder no cumprimento da ordem recebida.

CAPÍTULO III

ATENUANTES, AGRAVANTES E DE- RIMENTES DE RESPONSABILIDADE NOS DELITOS MILITARES

Art. 515. São circunstâncias que atenuam a responsabilidade nos delitos militares:

1º) praticar um ato de bravura depois de haver cometido o delicto, se este ocorrer em tempo de guerra;

2º) não se haver lido ou dado conhecimento ao acusado das disposições das leis penais militares para os soldados, antes de praticarem o ato e sempre que este se enquadrar em alguma disposição dessas leis;

3º) haver terminado o tempo estipulado para prestação do serviço militar sem ter sido concedido o consequente licenciamento, salvo

o caso de achar-se em campanha;

4º) ficarem os indivíduos das forças armadas desprovidos dos meios necessários à subsistência ou das indispensáveis peças do vestuário, sempre que o fato não seja geral e que o delicto indique essa origem;

5º) haver se destacado, em geral, por sua boa conduta durante o tempo de serviço anterior ao fato pelo qual é julgado;

6º) haver agido impellido por sentimentos de elevado valor moral ou social;

7º) haver, antes do processo, impellido, atenuado ou reparado espontânea e eficazmente as consequências danosas ou perigosas do ato;

8º) haver se apresentado à autoridade e confessado, espontaneamente, ser autor de delicto ignorado ou atribuído a outrem;

9º) ter mais de quatorze anos e menos de dezoito.

Os acusados que, dentro dessa idade, forem excluídos das forças armadas em consequência do delicto ou da pena, serão postos à disposição dos juizes competentes, para fins do disposto nos arts. 37 e 39 do Código Penal.

Art. 516. Será considerada como atenuante de vias de fato contra superior, da falta de respeito e da insubordinação, a circunstância de serem estes delitos precedidos, imediatamente, de um abuso de autoridade por parte do superior contra o qual foram praticados.

Nestes casos e sempre que se tratar de pena por crime poderá

ser aplicado até o mínimo da pena estabelecida e, ainda, a imediatamente inferior, de acordo com as circunstâncias.

Art. 517. A embriaguez não é causa de isenção nem de atenuação de pena para os militares, nos delitos de jurisdição militar.

Art. 518. Em presença do inimigo não será levada em consideração nenhuma atenuante nos casos de traição, espionagem, rebelião, deserção, vias de fato contra superior, falta de respeito, insubordinação e abandono de posto de sentinela.

Art. 519. Excetuados os casos em que são consideradas por esta lei para configurar ou qualificar o delito, são agravantes as seguintes circunstâncias :

1º) praticar o delito em ato de serviço das armas ou em prejuízo d'ele ;

2º) cometê-lo em presença de tropa formada ou em público ;

3º) cometê-lo em presença do inimigo, em momentos que precederem o combate, no combate ou durante a retirada ;

4º) cometê-lo à bordo de embarcação, aeronave ou máquina de guerra, na guarda ou depósito de armas, munições, inflamáveis, de detido ou de prêso ou em momento de perigo ;

5º) executá-lo em grupo de dois ou mais, juntamente ou em presença de subordinados, ou ter participação nos delitos destes ;

6º) cometê-lo abusando de sua condição de militar ou de sua qualidade de superior ;

7º) cometê-lo no exercício de chefia ou de comando independente ;

8º) cometer o delito na pessoa de prisioneiro de guerra ou em sua propriedade ou nas pessoas ou propriedades de sua família ou de seus serviços ;

9º) cometê-lo faltando à palavra de honra, comprometida individualmente ;

10º) fazer uso de entorpecentes ou embriagar-se deliberadamente para praticar o delito ;

11º) executar o fato por temor a um perigo pessoal ;

12º) haver infringido a prisão preventiva ou fugir, em qualquer fase do processo ;

13º) ser reincidente.

Art. 520. Existe reincidência :

1º) tratando-se de delitos militares, quando o condenado, por sentença passada em julgado, cometer novo delito militar, ainda que tenha havido indulto ou comutação.

Para este fim não será levada em consideração :

a) a condenação ou condenações sofridas antes de completar dezoito anos de idade ;

b) a condenação anterior, quando dela houver decorrido um tempo igual ao dôbro do estabelecido para a prescrição da pena, o que nunca excederá de dez anos ;

2º) tratando-se de transgressões disciplinares, quando o punido cometer nova falta da mesma natureza, dentro do prazo estabelecido no art. 62) deste código, para a prescrição

Art. 521. Sempre que ficar a critério do tribunal determinar a quantidade da pena, a aplicará dentro da idéia de agravá-la tanto quanto maior fôr a hierarquia de quem dever cumpri-la.

Art. 522. Será considerado como agravante do abuso de autoridade a circunstância de, com êle, haver determinado ao inferior a execução de um delito.

Art. 523. Com exceção do que prescreve o art. 517, as disposições deste capítulo só regem os delitos militares e, em nenhum caso, serão aplicadas aos delitos comuns nem aos delitos especiais, quando forem da jurisdição dos tribunais militares.

Art. 524. Fica isento de responsabilidade penal o militar que nos casos do art. 702, deste código, agir em legítima defesa ou tiver necessidade de recorrer aos meios previstos no referido artigo para reprimir flagrantes delitos de traição, rebelião, motim, vias de fato contra superior, falta de respeito, insubordinação ou covardia.

Art. 525. O estabelecido no artigo anterior também é aplicável aos sentinelas, guardas ou qualquer

pessoal em serviço de guarda que, para a repressão dos delitos nêle previstos, fizer uso de suas armas, ainda que seja contra seus superiores.

CAPÍTULO IV

CONSPIRAÇÃO E ALICIAÇÃO

Art. 526. A conspiração e a aliciação para cometer delito só são puníveis quando a lei as reprime expressamente.

Art. 527. Existe conspiração quando duas ou mais pessoas concertam a execução do delito e resolvem executá-lo; e aliciação quando o que resolveu cometê-lo procura induzir a outra ou a outras pessoas a concorrer para sua execução.

TÍTULO II

PENAS

CAPÍTULO I

CLASSIFICAÇÃO, DURAÇÃO E EFEITOS

Art. 528. Os delitos militares serão punidos com as seguintes penas, que serão aplicadas por sentença dos conselhos de guerra:

1. Morte;
2. Reclusão;
3. Prisão maior;
4. Prisão menor;
5. Degradação.

Art. 529. A pena de morte será executada na forma prescrita no artigo 476 e o cadáver será inumado sem qualquer solenidade.

Art. 530. Sempre que se impuser a pena de morte com degradação pública, o réu será fuzilado pelas costas.

Art. 531. A pena de reclusão será cumprida nos estabelecimentos a isso destinados pelo Poder Executivo, com trabalho obrigatório, em cela ou em pavilhões isolados — conforme a aptidão profissional e o estado de saúde do condenado — com segregação celular individual noturna e, também, diurna nas horas que não forem destinadas ao trabalho ou à instrução, higiene e recreação indispensáveis.

Quando cumprirem sua pena em estabelecimentos comuns, os reclusos ficarão sempre separados dos condenados à prisão maior ou menor.

Art. 532. A pena de prisão consiste na detenção do delinqüente em cárcere, fortalesa ou navio a isso exclusivamente destinado. A prisão se distingue em maior ou menor, produzindo, respectivamente, os efeitos indicados nos arts. 537 a 542.

Art. 533. A pena de degradação consiste na declaração formal de que o delinqüente é indigno de portar as armas e vestir o uniforme dos militares da República.

Esta declaração será pública ou privada, com as solenidades previstas nos regulamentos.

Art. 534. A pena de reclusão não pode ser imposta para toda a vida, mas por um número determinado ou indeterminado de anos.

Se a reclusão fôr por tempo indeterminado, o condenado que já houver cumprido vinte anos, observado boa conduta e dado provas evidentes de recuperação durante os dez últimos anos, terá direito a pedir que lhe seja concedida a liberdade.

Art. 535. A reclusão por tempo determinado variará entre três e vinte e cinco anos.

Art. 536. A pena de morte e a de reclusão arrastarão, sempre, a degradação quando forem impostas por violação da lei penal comum; mas nos delitos militares só quando fôr expressamente determinada por este código.

Art. 537. A prisão maior terá a duração de dois anos e um dia a seis anos; será cumprida nos estabelecimentos ou lugares indicados no art. 532, com trabalho obrigatório em oficinas ou colônias penais, segundo a aptidão e preferência do condenado, com separação celular individual noturna.

Art. 538. As penas de reclusão ou de prisão maior, impostas a oficiais, acarretarão sempre a destituição como pena acessória.

Art. 539. As praças condenadas à reclusão ou prisão maior, ao terminar o cumprimento da pena, ingressarão, como soldados ou seus

equivalentes, em um corpo de disciplina para terminar o tempo de serviço militar a que estiverem obrigados pelas respectivas leis.

Também nesse mesmo corpo o pessoal contratado deverá terminar seu tempo de serviço, salvo se, pelo respectivo ministério fôr relevado do tempo restante do contrato.

Art. 540. A prisão menor terá a duração de um mês a dois anos e acarretará, como pena acessória, quando se tratar de oficiais, a suspensão das funções pelo mesmo tempo de sua duração.

Durante o cumprimento da pena, os condenados à prisão menor serão ocupados em trabalhos técnicos escritos ou cartográficos, que contribuam para sua melhor preparação profissional.

Art. 541. As praças condenadas à prisão menor, depois de cumprida a pena, completarão o tempo de serviço a que estiverem obrigadas, nos respectivos corpos ou unidades. Durante o cumprimento da pena serão ocupadas em trabalhos úteis autorizados nos regulamentos da prisão.

Art. 542. Os oficiais cumprirão a pena privativa da liberdade sempre separados das praças.

Art. 543. A pena de degradação produz os efeitos seguintes:

- 1º) Destituição;
- 2º) Inabilitação absoluta e perpétua;
- 3º) Proibição de usar condecorações e de receber pensões ou recompensas por serviços anteriores.

Art. 544. Quando a degradação é imposta como pena principal, acarreta, como acessória, a pena de prisão menor pelo tempo determinado na sentença.

Art. 545. Qualquer que seja a duração das penas estabelecidas neste capítulo, quando forem impostas como acessórias terão a mesma duração da principal, salvo o disposto com relação à degradação e à destituição no último parágrafo do art. 615.

Art. 546. As penas impostas a militares pelos tribunais comuns produzirão, com relação aos condenados, os efeitos previstos neste có-

digo para a pena da mesma espécie, e os que as leis orgânicas determinarem.

Art. 547. As penas comuns terão os limites de duração previstos no Código Penal e serão declaradas extintas de acôrdo com as regras pelo mesmo estabelecidas.

Art. 548. Se o militar condenado estiver na inatividade ou tiver serviços prestados para obter essa situação e, em consequência da condenação perder aquêlê beneficio, os seus dependentes com direito a pensão de acôrdo com a respectiva lei orgânica, passarão a perceber o que lhes corresponder.

CAPÍTULO II

CLASSIFICAÇÃO, DURAÇÃO E EFEITOS DAS SANÇÕES DISCIPLINARES

Art. 549. As faltas são punidas com as seguintes sanções disciplinares:

- 1º) Destituição;
- 2º) Suspensão das funções;
- 3º) Prisão;
- 4º) Suspensão de comando;
- 5º) Repreensão;
- 6º) Destêrro;
- 7º) Exclusão do serviço;
- 8º) Rebaixamento;
- 9º) Suspensão de suboficiais e graduados;
- 10º) Aumento de tempo de serviço;
- 11º) Calabouço;
- 12º) Faxinas.

Art. 550. Salvo o disposto neste capítulo, a imposição das sanções disciplinares será feita na forma e extensão estabelecidas nos regulamentos para êsse fim baixados pelo presidente da Nação. Êles também determinarão a espécie e a quantidade da punição que deve ser imposta a cada um de acôrdo com o pôsto e a gradação dentro da escala hierárquica.

Art. 551. Aos oficiais não serão impostas outras sanções disciplinares que não sejam as de destituição, suspensão do cargo ou comissão; suspensão de comando, prisão e repreensão.

Art. 552. A punição de destituição é aplicável a todo militar e consiste em :

1º) Perda definitiva da situação hierárquica ;

2º) Exclusão das forças armadas.

O excluído só poderá readquirir a condição militar para cumprimento das obrigações do serviço militar a que estiver sujeito como cidadão ;

3º) A perda de todo direito contra o estado pelos serviços que houver prestado anteriormente.

Esta sanção será aplicada pelo presidente da Nação mediante sumário nos casos que o código a estabelecer e só poderá ser imposta aos oficiais superiores das instituições armadas por sentença do conselho de guerra.

A destituição não será aplicada aos soldados, e seus equivalentes, incorporados às forças armadas no cumprimento do serviço militar obrigatório.

Art. 553. A suspensão do cargo ou comissão é aplicável exclusivamente aos oficiais e consiste na privação temporária dos direitos, prerrogativas e honras a eles inerentes executado o direito de receber metade do soldo. Para este fim far-se-á constar nas relações para inspeção a suspensão das funções. Esta sanção não poderá exceder de um ano nem ser menor de um mês e só poderá ser imposta por decreto do presidente da Nação mediante prevenção sumária.

Art. 554. A pena de destêrro consiste em prestar serviços nos corpos de disciplina ou nas unidades estacionadas nas ilhas ou pontos fronteiriços da República.

Art. 555. A pena de destêrro é aplicável exclusivamente aos suboficiais, graduados e elementos de tropa, e sua duração será de quatro meses a cinco anos. Esta sanção será aplicada pelo presidente da Nação mediante sumário prévio, nos casos estabelecidos nesta lei.

Art. 556. No tempo de duração que fôr fixado para a punição de destêrro não será incluído o que faltar ao transgressor para cumprir seu compromisso ou sua obrigação

com o serviço militar, o qual, uma vez cumprida a punição, deverá ser tirado na mesma unidade ou corpo disciplinar à razão de um dia de serviço nêle por dois dos que faltarem para completar o respectivo tempo.

Art. 557. Os desterrados apenas perceberão meio soldo enquanto durar a punição. Excetua-se desta disposição os que estiverem a tirar seu tempo de serviço nos corpos de disciplina, que perceberão soldo integral.

Art. 558. A faculdade de impôr prisão ao inferior é inerente a todo emprêgo militar, dentro dos prazos que, para cada um, forem estabelecidos nos regulamentos decretados pelo presidente da Nação.

Art. 559. A punição de prisão consiste na simples detenção da pessoa presa em domicílio particular, navio de guerra, quartel ou estabelecimento militar.

Art. 560. Quando a prisão fôr cumprida em navio, quartel ou estabelecimento militar, a autoridade militar que a houver determinado poderá dispôr que o preso, se fôr suboficial, graduado ou individuo de tropa, permaneça detido na guarda e, se fôr oficial, em alojamento próprio. Também poderá prohibi-lo de receber visitas quando, a seu critério, esse rigôr tornar-se necessário à eficácia da sanção.

Art. 561. A punição de prisão para os oficiais acarreta, sempre, como acessória, a suspensão do comando pelo tempo de sua duração.

Art. 562. Os soldados, quando presos, serão ocupados em faxinas e, tanto eles como os suboficiais e graduados, poderão ser utilizados no serviço quando fôr preciso, a critério do oficial sob cujas ordens estiverem.

Art. 563. O tempo máximo da punição de prisão é de seis meses e o mínimo de vinte e quatro horas.

Art. 564. A suspensão de comando consiste na privação temporária da parte de comando inerente à função militar.

Art. 565. A suspensão de comando como punição principal é aplicável exclusivamente aos oficiais e não poderá durar mais de seis meses.

Art. 566. Quando a suspensão de comando se impuser como punição principal e por tempo maior de um mês, o punido apenas perceberá duas terças partes do sôlido correspondente à função. Para êste fim a suspensão de comando deverá constar das relações de inspeção.

Art. 567. A redução do sôlido prescrita pelo artigo anterior não será aplicável quando a suspensão imposta fôr por tempo inferior a um mês ou como punição acessória.

Art. 568. A exclusão do serviço, como punição, só será aplicada aos suboficiais, graduados e soldados e consiste na baixa imediata das fileiras, com proibição de reinclusão e a perda absoluta de todos os direitos adquiridos pela condição de integrante das fôrças armadas, exceto o de computar o tempo de serviço para fins de inatividade, jubilação, pensão ou montepio.

Esta sanção só poderá ser aplicada pelo presidente da Nação ou pelo respectivo ministro, mediante prévia informação.

Art. 569. A punição de rebaixamento consiste em fazer baixar os sargentos e cabos ou seus equivalentes em uma ou mais graduações, fazendo-os permanecer na que lhes fôr fixada ou como soldados, em cada caso, até terminar o respectivo tempo de serviço.

O rebaixado, antes de terminar o tempo a que estiver obrigado mas depois de decorridos três meses da aplicação da sanção, poderá recuperar uma graduação, se a causa do rebaixamento não houver sido de suma gravidade.

Art. 570. A punição de suspensão de suboficial ou graduado consiste em privá-los temporariamente de suas funções e insígnias por tempo não menor de um mês nem maior de seis meses. Os suspensos só perceberão meio sôlido.

Art. 571. O aumento de serviço consiste em prolongar a permanência nas fileiras por tempo maior do que o estabelecido na lei de recrutamento ou o compromisso de servir, conforme o caso.

Esta sanção não excederá de dois anos e não poderá ser imposta sem que medeie, em cada caso, uma resolução do presidente da Nação,

salvo o estabelecido nos arts. 719 e 721 dêste código.

Em tempo de guerra essa resolução poderá ser tomada pelos comandantes em chefe, de exércitos ou de esquadras em operações, governadores de praças fortes e chefes com comando independente.

Art. 572. A punição de calabouço consiste na reclusão do transgressor.

Esta sanção não poderá exceder de três meses devendo o punido ser tirado diariamente para exercícios e faxinas. Os suboficiais e os graduados só sairão para exercícios.

Art. 573. A repreensão consiste na formal admoestação ao militar, fazendo-a constar de seus assentamentos.

Art. 574. As faxinas consistem no aumento dos trabalhos de limpeza do quartel ou estabelecimento militar ou em qualquer outro trabalho material de utilidade para o serviço; sua duração não poderá exceder de um mês.

CAPITULO III

APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

Art. 575. Nenhum tribunal ou autoridade militar poderá aumentar nem diminuir as sanções, excedendo o máximo ou o mínimo delas, salvo o disposto no art. 585; também não poderão agravá-las ou atenuá-las substituindo-as por outras, fora dos prazos e casos permitidos por lei.

Art. 576. Nenhum ato poderá ser reprimido com punições não estabelecidas pela lei antes de ter sido praticado.

Se por leis posteriores à infração esta vier a perder tal caráter, cessam, de pleno direito, o processo ou a condenação.

Se a lei penal do tempo da infração e as posteriores divergirem, será aplicada a que tiver disposições mais favoráveis ao acusado.

Se a sanção já tiver sido imposta por sentença executória, será substituída pela mais benigna, de acôrdo com o disposto no art. 439, inciso 4º.

Art. 577. Nenhuma sanção poderá ser aplicada por simples ana-

logia, a não ser nos casos em que a lei assim o haja estabelecido, determinando as disposições que servirão para isso.

Art. 578. Para a imposição de uma sanção acessória basta que se ache estabelecida pela lei, não sendo necessária a declaração expressa na sentença.

Art. 579. O tribunal aplicará a sanção dentro dos limites fixados pela lei, levando em consideração as circunstâncias atenuantes e agravantes previstas no capítulo III, título I, livro I, deste tratado.

No exercício dessa atribuição deverá considerar especialmente:

1º) A natureza do delito, conforme:

a) a gravidade do dano ou do perigo causado à segurança ou aos

interesses do Estado ou à disciplina das forças armadas;

b) a espécie, meios, objetivo, lugar e qualquer outra modalidade da ação.

2º) A personalidade do agente, segundo:

a) seus antecedentes penais;

b) sua conduta anterior ao delito e seus antecedentes militares;

c) os motivos que o levaram a delinquir;

d) suas condições de vida individual, familiar e social.

Art. 580. Quando este código impuser penas conjuntas, serão aplicadas todas elas e com sujeição à regra do artigo anterior.

(Continua)

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FABRICA BANGU

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÔRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE



Óba! hoje têm morangos na sobremesa!



Tôda a família adora morangos, sobretudo quando servidos com o CREME DE LEITE NESTLÉ, de sabor delicado, sem acidez e de fácil digestão. Da mesma forma, os bolos, tortas, compotas, saladas de fruta e sorvetes ficam bem mais apetitosos quando cobertos com o CREME DE LEITE NESTLÉ.



NESTLÉ

BRASILIANAS

● Os empréstimos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

MAIS DE DOIS BILHÕES DE CRUZEIROS FORAM ENTREGUES POR AQUELE ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO

O montante dos empréstimos ou financiamentos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico subiu em 1954, conforme resposta do presidente daquele estabelecimento de crédito a um pedido de informações do Sr. Aliomar Baleeiro, a Cr\$ 1.952.480.086,80.

De 14 de março a 28 de junho do corrente ano as operações já se elevam a Cr\$ 47.629.312,00. O maior volume de empréstimos destina-se a companhias de eletricidade e estradas de ferro.

OS ESTADOS

Entre os mutuários encontram-se entretanto dois Estados. O Estado do Espírito Santo com um empréstimo de Cr\$ 171.798.000,00 em 1954, e no mesmo ano o Estado da Bahia que recebeu Cr\$ 224.140.000,00.

COMPANHIAS DE ELETRICIDADE

Foram beneficiadas as seguintes companhias de eletricidade: Cia. Industrial Luz e Fôrça de Sobral, com Cr\$ 5.000.000,00. Cia. Fôrça e Luz Cataguazes Leopoldina, com Cr\$ 80.000.000,00. Cia. de Eletricidade do Alto Rio Doce, com Cr\$ 200.000.000,00. Cia. Elétrica do Médio Rio Doce, com Cr\$. 25.000.000,00. Cia. Fôrça e Luz Norte Fluminense, com Cr\$.

1.000.000,00. Cia. Hidrelétrica São Patrício, com Cr\$ 7.000.000,00, em 1954, e com mais Cr\$ 2.500.000,00, em 1955. Cia. Prada de Eletricidade Cr\$ 12.240.000,00. Cia. Paulista de Fôrça e Luz, com Cr\$. . . . 250.960.0000,00. E finalmente as Companhias Elétricas do Rio Pardo e do Rio Bonito, respectivamente com Cr\$ 393.900.000,00 e Cr\$. . . . 32.004.008,00.

ESTRADAS DE FERRO

As Estradas de Ferro São Luiz a Teresina, Central do Piauí, Sampaio Correia, Bahia e Minas e a Rede Viação do Nordeste receberam Cr\$ 74.600.000,00, enquanto a Rede Ferroviária do Nordeste sôzinha recebeu Cr\$ 531.556.000,00. A Estrada de Ferro Santos Jundiá recebeu Cr\$ 94.000.000,00 da primeira vez e Cr\$ 76.000.000,00 no mês seguinte. A Estrada de Ferro de Goiás recebeu Cr\$ 224.664.000,00 e a Estrada de Ferro Central do Brasil Cr\$ 279.536.336,00. Por fim a Rede Viação Paraná-Santa Catarina obteve Cr\$ 250.000.000,00...

FABRICAS

A Fábrica Nacional de Vagões recebeu duas vezes. Da primeira, Cr\$ 49.000.000,00, e da segunda, Cr\$ 19.506.312,00. A Fábrica Nacional de Motores Cr\$ 115.314.668,00. A Fábrica Nacional de Ferramentas Cr\$ 9.000.000,00. A Fábrica Nacional de Estruturas Metálicas Cr\$ 2.250.000,00.

COMPANHIAS PARTICULARES

Armazéns Gerais Frigoríficos obtiveram Cr\$ 48.000.000,00. A Ma-

deira do Dendê S.A. obteve Cr\$ 2.300.000,00 de uma feita e de outra, Cr\$ 4.000.000,00. Em 1955 esta mesma companhia obteve mais Cr\$ 273.000,00. A Cia. Construtora Nacional obteve Cr\$. 9.213.062,80. A Brassinter S.A. obteve Cr\$ 15.000.000,00. A Cia. Construtora Pederneiras S.A. obteve Cr\$ 1.600.000,00.

Entre os mutuários encontra-se também uma Caixa Econômica Federal, a da Paraíba, com Cr\$. 1.000.000,00 e uma prefeitura, a de Lagoa Santa, com Cr\$ 1.224.000,00.

● Valor global dos 29 produtos agrícolas principais e área cultivada dos 10 primeiros

Aos preços correntes a produção agrícola brasileira (29 produtos apurados estatisticamente) subiu de 20 bilhões de cruzeiros em 1945 para 92 bilhões em 1954. Dêstes totais os dez principais produtos contribuíram em 1945 com 88% e em 1954 com 85%.

O quadro abaixo demonstra a importância dêsses produtos no conjunto da produção brasileira oriunda da lavoura.

| PRODUTOS | ANOS | |
|------------------------|------|------|
| | 1945 | 1954 |
| Café | 18% | 22% |
| Milho | 16% | 14% |
| Arroz (em casca) | 12% | 14% |
| Algodão (rama) | 10% | 8% |
| Mandioca | 8% | 6% |
| Cana-de-açúcar | 8% | 5% |
| Feijão | 5% | 7% |
| Batata inglesa | 3% | 2% |
| Fumo | 2% | 1% |
| Banana | 2% | 2% |
| Demais Produtos | 12% | 15% |

Dos 29 produtos agrícolas apurados estatisticamente no Brasil, os 10 principais, em termos de área cultivada são: café, milho, arroz, algodão, mandioca, cana-de-açúcar, feijão, batata inglesa, fumo e bananas, os quais representaram entre os anos de 1945 e 1954 de 91% a 89% dessa área. Dêstes produtos o milho é o que ocupa a maior área: em 1954, 26% do total. Em segundo lugar está o café, e em terceiro o algodão.

(“Revista do Conselho Nacional de Economia”.)

● Eliminadas em quatorze anos 78 milhões de sacas de café

Os recentes acontecimentos ocorridos no mercado cafeeiro vieram

levantar mais uma vez o risco de têmos de reiniciar as queimas de café. Sobre o assunto têm corrido rios de tinta, quer para recriminar, quer para justificar a medida. Como em matéria de mercado tudo se reduz, em última análise, a níveis de preço, os argumentos a favor da queima podem, de fato, resultar, tão válidos como os que lhe vão contra. Mas é evidente que terão sempre um sabor de desumanidade, de destruição do próprio esforço.

Desde 1931 até julho de 1944 foram queimadas mais de 78 milhões de sacas de café (60 quilos cada), ou seja, cerca de 5 milhões de toneladas do produto, equivalendo a quatro vezes e meia a atual safra. A inclemente medida agiu como elemento de controle da oferta, no

sentido de sustentação dos preços. Houve anos, conforme o quadro a seguir divulgado permitirá ver, em que foram queimadas quantidades de café iguais às de uma safra inteira. Assim aconteceu em 1933 e em 1937:

Café eliminado no Brasil de abril de 1931 a julho de 1944:

| | Sacas |
|--------------------|-------------------|
| 1931 | 2.829.784 |
| 1932 | 9.329.633 |
| 1933 | 13.687.012 |
| 1934 | 8.265.791 |
| 1935 | 1.693.112 |
| 1936 | 3.731.154 |
| 1937 | 17.196.428 |
| 1938 | 8.004.000 |
| 1939 | 3.519.874 |
| 1940 | 2.816.063 |
| 1941 | 3.422.835 |
| 1942 | 2.312.805 |
| 1943 | 1.274.318 |
| 1944 | 135.444 |
| Total | 78.214.253 |

● Crescimento espetacular

A propósito do vertiginoso progresso de São Paulo, que festejou o seu 4º centenário de fundação, é oportuno mencionar alguns dados que evidenciam o espetacular crescimento da capital paulista nos últimos 30 anos. Em 1910, quando São Paulo começou praticamente a florescer, possuía uma população de 380 mil habitantes, com uma arrecadação de Cr\$ 43.231,00. Em 1920, sua população era de 587 mil habitantes com uma arrecadação de 176 mil cruzeiros. Em 1930, a população atingiu pouco mais de 900 mil habitantes, para em 1940 ser estimada em 1 milhão e 326 mil habitantes, com uma arrecadação de Cr\$ 878.204.000,00. Em 1950 São Paulo já tinha uma população de 2 milhões e 228 mil habitantes com uma arrecadação de Cr\$ 5.966.324.000,00. Em 1953 São Paulo Superou o Distrito Federal em população, com mais de 2 milhões e 600 mil habitantes, aproximando-se a sua arrecadação de Cr\$ 12.000.000.000,00.

Também na indústria e no comércio São Paulo vem progredindo de maneira assombrosa, apesar das dificuldades resultantes da falta de energia elétrica.

● A nossa atitude perante o capital estrangeiro

A nossa atitude perante o capital estrangeiro deverá determinar a política que nos cabe lógica e conscientemente seguir. Se não desejamos sua participação em grande escala, então impõe-se a contenção do consumo em favor da ampliação dos investimentos, adiando-se a realização dos anseios de mais elevado padrão de vida para a população brasileira e prevenindo-se, tanto quanto possível, a formação de trustes.

Se, ao contrário, bem compreendermos que, com o seu decisivo curso, será viável a intensificação do progresso do país e, proporcionalmente, a melhoria das condições gerais de bem-estar, cumprir-nos-á tomar, racional e deliberadamente, tôdas as medidas conducentes à atração do referido capital, das quais a da estabilização da moeda é talvez a mais importante. A segunda escolha parece a preferível por todos os motivos. Entre êstes, sobressaem o ideal da justiça social, consagrado na Constituição, e a necessidade de assegurar a expansão da economia brasileira em bases democráticas.

● Deficiência do transporte, verdadeiro entrave à circulação entre os principais centros produtores e consumidores

Costuma-se insistir na necessidade de fazer convergir investimentos privados para a produção de gêneros de alimentação, como meio de baratear a vida. Mas é evidente que a insegurança no setor dos transportes tem sido uma das principais causas da timidez em empregar capitais nessa produção, que depende de providências fora do alcance da iniciativa particular.

Os maiores centros consumidores estão ficando cada vez mais distantes das zonas propícias ao desenvolvimento da produção de bens de consumo genérico de origem agrícola. A procura de terras novas, à medida que se esgotam as mais próximas, a que já nos referimos em outro capítulo, a valorização urbana, e talvez a abundância de energia nos centros de industrialização, que se vão criando em pontos mais afastados, são os principais fatores de deslocamento.

Para evitar, no equilíbrio entre o abastecimento e o consumo, tensões violentadas, que determinam, em

períodos curtos, alta licitação dos produtos, é necessário que o sistema de distribuição de mercadorias se processe com regularidade, o que redunde em constantes influxos à produção, em face da melhor garantia para os investimentos.

A deficiência do sistema de transportes, constitui, assim, ponto fundamental de estrangulamento, do qual advêm prejuízos em safras, especulação e outros males que se vão refletir nos dois extremos de circuito econômico, isto é, a produção e o consumo, desestimulando aquela e aviltando a renda destinada a este.

● Mapa da circulação do petróleo no mundo.

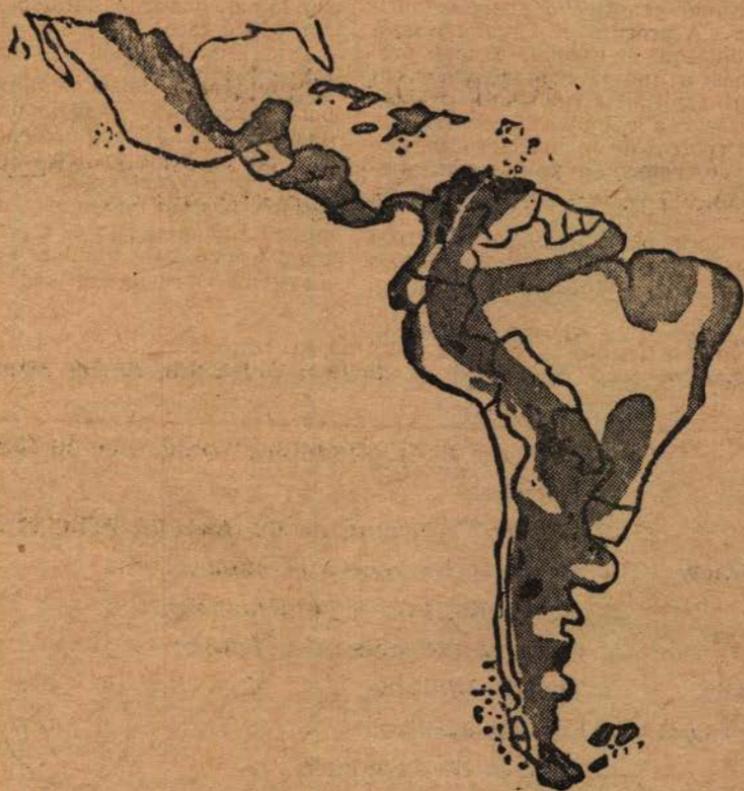


Este mapa nos mostra que as maiores jazidas de petróleo estão localizadas na bacia do golfo Pérsico e na bacia do mar Caribe, sendo que os depósitos existentes no Oriente Médio (Iran, Iraque, Arábia, Kuwait) abrangem 42% das reservas mundiais conhecidas.

• • •

É permitida, aos redatores das secções especializadas dos jornais ou das revistas técnicas, a reprodução de trechos da matéria desta Revista. Solicita-se a fineza, em tal caso, de mencionar a fonte de origem.

● Áreas petrolíferas da América Latina



Quem estuda a posição dos campos petrolíferos sul-americanos, verifica que na sua quase totalidade eles estão localizados nas bordas laterais da faixa orogênica da cordilheira Andina. Dentre esses campos destacam-se os de Trinidad, Cumarelo e Maracaíbo na Venezuela; o vale do rio Magdalena na Colômbia; a bacia do golfo de Guayaquil no Equador; a Cordilheira Montana no Peru; a região sub-andina boliviana desde o lago Titicaca até a fronteira meridional do país; e finalmente, os de Iacuiba, Salto, S. Rafael, Neuquem e Comodoro Rivadavia pertencentes à República Argentina. Como o escudo cristalino brasileiro ocupa grande parte do nosso território, as possibilidades de existência de petróleo no Brasil, se restringem as planícies sedimentares que circundam o velho maciço.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

“A Defesa Nacional” agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de agosto do corrente ano :

a) Do exterior :

- Argentina — Revista Militar.
Bolívia — Revista Militar.
Espanha — “Ejército” — Revista ilustrada de las armas y servicios.
— “Revista de la oficialidad” (apêndice da Revista Ejército).
— “Guion” (Revista de los mandos subalternos).
França — Revue de Defense Nationale.
— Revue Militaire d'Information.
— Revue des Forces Aér. Franc.
Itália — Rivista Militare.
Portugal — Revista Militar.
— Revista da Cavalaria.
U.S.A. — Military Review.
— Rev. Aérea Latino Americana.
Venezuela — Revista de las Fuerzas Armadas.

b) Nacionais :

- “Conjuntura Econômica”, da Fund. Getúlio Vargas.
“Comércio Internacional”, do Banco do Brasil.
“Digesto Econômico”, da Assoc. Com. de S. Paulo.
“Militia”, da Fôrça Pública do Est. de S. Paulo.
“Itamaraty” — Bol. de Inf. do Min. das Rel. Ext.
“Rev. Brasileira de Geografia”, do I.B.G.E.
“Boletim de Informações”, da Conf. Nac. de Ind.
“Rodovia” — Rev. Téc. de divulgação rodoviária.
“Revista do Club Militar”.

The title is enclosed in a decorative border. On the left, a scroll is partially unrolled, with the word 'Noticiário' written on it. On the right, a circular inset shows a pilot in a flight suit looking at a document. The background of the border features stylized, radiating lines.

Noticiário de Interêsse Militar

NOVO AVIÃO REVOLUCIONÁRIO ESTARIA SENDO CONSTRUÍDO NO ITA, EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

O famoso inventor alemão Henrich Carl Johann Focker, fundador da fábrica de aviões "Fock-Wolfe" teria desenhado para o Governo brasileiro novo avião revolucionário de aspecto semelhante a uma ave, com as asas cobertas por um material flexível para que tomem forma cilíndrica ao levantar vôo e recobrem sua forma normal em vôo horizontal.

Focker, que vive atualmente na Holanda, patenteou o estranho avião nos Estados Unidos em nome do Ministério da Aeronáutica do Brasil.

O novo aparelho é uma combinação de helicóptero e avião; segundo seu inventor, pode levantar vôo verticalmente e voar horizontalmente a velocidades normais.

Quando pousado em terra, leva hélices; aponta para cima num ângulo de 45 graus, como o pescoço e a cabeça de uma ave. Ao levantar vôo, a corrente de ar lançado pela hélice faz girar as asas que, por sua cobertura flexível, adotam uma forma cilíndrica em consequência da força centrífuga.

Os técnicos conhecem, há tempos, o poderoso efeito ascendente de um cilindro de rotação mas até agora não puderam resolver o problema da resistência ao ar oferecido pelo cilindro durante o vôo.

O aparelho desenhado por Focke solucionará esse problema, pois uma vez chegado a uma altura desejada pelo piloto pode colocar as asas para o vôo horizontal.

Nessas condições, as asas têm secção aerodinâmica, como as dos aviões comuns, para apresentar o mínimo de resistência ao ar e o máximo de fluatibilidade.

Ignora-se se o Brasil tem o propósito de produzir o novo tipo de avião num futuro próximo.

— O aparelho a que se refere o telegrama acima estaria sendo construído pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, em São José dos Campos. Os trabalhos estão sendo feitos sob o maior sigilo, por engenheiros aeronáuticos brasileiros e técnicos estrangeiros.

O Exército fabrica os seus canhões

PRODUÇÃO DE ARMAS ANTIAÉREAS E SEM RECÚO, PELO ARSENAL DE GUERRA

O Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro está ultimando a primeira encomenda do canhão automático antiaéreo de 40 milímetros, destinada ao Exército.

A produção desse armamento, realizada inteiramente no Brasil, faz parte do plano de expansão industrial elaborado para os estabelecimentos fabris das nossas forças de terra pelo Departamento Técnico e de Produção.

MORTEIRO 120 E CANHÃO SEM RECÚO

Outra fabricação em série, programada pelo Arsenal de Guerra, para este ano, é a do morteiro de 120 milímetros e do canhão sem recúo, segundo planejamento nacional. Para tanto se encontram preparadas todas as seções de serralheria, usinagem geral e ferramental, caldeiraria, etc.

ARMA-SE COM MAIOR TÉCNICA

Suprindo-se de armas e munições próprias, o Exército Brasileiro está evitando onerosas importações e tornando-se melhor aparelhado para as suas finalidades de defesa. A par do avanço no setor de aprimoramento da técnica, mediante cursos especiais e atividades produtivas em tempo de paz, o Exército assinala nestes tempos, uma das suas fases de maior evolução.

Criação de novas unidades de Engenharia Rodovias e Ferroviárias

Um dos problemas de maior relevância, entre nós, é sem dúvida, o dos transportes. Elemento indispensável ao desenvolvimento do nosso País, está a reclamar maior impulso na execução dos planos já elaborados.

Neste particular cabe registrar a cooperação do Exército, nos trabalhos de construção de ferrovias e rodovias. E, agora, podemos acrescentar, a colaboração da engenharia militar nos empreendimentos ligados ao problema das secas do Nordeste, com a recente criação de novas unidades da Arma de Engenharia, localizadas em Estados assolados pelo terrível flagelo.

A presença da Arma de Engenharia, nessas tarefas, tem concorrido, estamos certos, para minorar os males decorrentes da crise de transportes no Brasil, como concorrerá também, para solucionar, senão de vez, pelo menos em parte, o grave, complexo, e procrastinado problema das secas do Nordeste.

Outro não foi o sentido da criação, no início do corrente ano, de três unidades de engenharia de construção, no Nordeste; o 1º Batalhão Rodoviário, em Caicó (RN); o 4º Batalhão Ferroviário, em Cratús (CE) e o 3º Batalhão Ferroviário, pela transformação do 7º BE Comb, em Campina Grande (PB).

Posteriormente, em meados de março, o Exmo. Sr. Presidente da República assinou ato aprovando a minuta de convênio entre os Ministérios da Guerra e o da Viação e Obras Públicas, para a execução, naquela área brasileira, de obras rodo-ferroviárias e contra-secas.

Segundo o convênio, os Distritos de Construção do Ministério da Viação e Obras Públicas, entregarão às unidades militares a construção

das obras já iniciadas, juntamente com as instalações e serviços correlatos em andamento.

O documento aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República, confere ao Ministério da Guerra, atribuições amplas no conjunto das obras que atualmente são levadas a efeito, tendo em vista o combate às secas no Nordeste. Assim :

— o 3º Batalhão Ferroviário, executará as seguintes obras : açude público Curimatã e rede de irrigação ; açude público Curimataú ; ramal rodoviário do Piauí e rodovia Estaca Zero — Taperoá .

— o 4º Batalhão Ferroviário executará as obras de irrigação do açude público de Várzea do Boi e a rodovia Central do Ceará .

— o 1º Batalhão Rodoviário terá por tarefa a execução das seguintes obras : açude público Marechal Dutra ; rodovia Catolé do Rocha-Alexandria-Pau dos Ferros ; rodovia Patos-Santa Luzia-Parelhas ; rodovia Brejo da Cruz-Patú ; rodovia Caicó-Jucurutú ; rodovia Caicó-Patos ; estrada Jardim do Seridó-Ouro Branco ; ramal rodoviário Caraúbas dos Dantas-Picuí e ponte sobre o Rio Seridó .

Quantos aos encargos ferroviários, foram destacados aqueles mais reclamados na região para atender à crescente demanda local em relação a esse transporte específico, e são os seguintes :

a) construção dos trechos ferroviários Piripiri-Terezina com 164 km e Oiticica-Campo Maior com 155 km no Piauí ; Cratêus-Piquet Carneiro (Giráu), com 188 km no Ceará ;

b) estudos, projetos e construção do prolongamento de Jucurutú a um ponto conveniente da ligação ferroviária Campina Grande a Patos (Estados do Rio Grande do Norte a Paraíba) ;

c) assentamento de trilhos de Patos até o sopé da Serra da Viração (Ponte dos Oitís) já com a terraplanagem praticamente concluída (ligação Campina Grande a Patos) ;

d) estudos de campo e projeto da ligação Salgueiro (PE) a um ponto adequado da linha Sul da Rede de Viação Cearense .

Ligados, ainda, às obras no polígono das secas, foram criados, em fins de abril, o 1º Grupamento de Engenharia e a Comissão Construtora do Nordeste, órgãos de direção que estarão militarmente subordinados ao Ministério da Guerra e tecnicamente ao Ministério da Viação e Obras Públicas, para realização, naquela região, dos magnos empreendimentos de tanto interesse nacional.

Não deixa de ser oportuno e releva mesmo citar que, a esse tempo, foi encaminhado pelo Governo, ao Congresso Nacional, um projeto de lei autorizando o Poder Executivo a unificar os trabalhos de construção do TPS, no trecho São Paulo-Gen. Luz-Pôrto Alegre, para tanto criando uma Comissão Construtora, subordinada diretamente ao Ministério da Guerra e obedecendo à orientação técnica geral do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Além das unidades atuais, já empenhadas nesse tronco ferroviário, serão criados os 5º, 6º e 7º Batalhão Ferroviários.

O custeio das obras de construção do TPS será atendido pela abertura de um crédito de 5 bilhões e 400 milhões de cruzeiros, a ser aplicado em parcelas anuais de 900 milhões de cruzeiros, em seis anos.

Será, pois, ampliado o número de unidade de Engenharia, cooperando com os demais órgãos congêneres da administração federal, na execução, se não das principais, pelo menos das mais palpitantes obras, que os interesses econômicos, políticos, sociais e militares desta Nação urgentemente reclamam.

Experiências atômicas nos Estados Unidos

Está sendo realizada uma nova série de experiências atômicas no polígono de Nevada. A operação foi batizada por "Chaleira" e as condições atmosféricas, freqüentemente desfavoráveis, fizeram ser transferidas, algumas vezes, as explosões previstas.

A variadíssima gama de experiências tinha por objetivo facilitar as observações e os cálculos, no solo e em avião. Os engenheiros tanto foram lançados por avião, como explodiram em cima de torres, de 90 ou 150 metros, ou mesmo enterrados no solo. O valor da proteção oferecida, por uma cortina de fumaça, contra os efeitos térmicos de uma bomba nuclear puderam ser apreciados.

Por sua vez, uma declaração conjunta da Comissão da Energia Atômica e do Departamento da Defesa esclareceu que uma explosão que tenha lugar a alguns quilômetros dentro da atmosfera, na altitude de cruzeiro dos bombardeiros pesados, será capaz de destruir de uma só vez toda uma frota aérea.

A Fôrça aérea dos Estados Unidos

A aviação americana (atualmente com 102 esquadrilhas, totalizando 16.300 aparelhos) será elevada para 130 esquadrilhas com 22.900 aparelhos. Essas esquadrilhas serão repartidas da seguinte forma:

- 30 unidades de bombardeiros de grande raio de ação;
- 20 esquadrilhas de bombardeiros de raio de ação médio;
- 36 unidades de caças-bombardieiros;
- 33 esquadrilhas de caças;
- 11 unidades de transporte;
- 96 no continente americano;
- 16 na Europa e no Norte da África;
- 15 no Extremo-Oriente;
- 3 na Zona do Canal do Panamá.

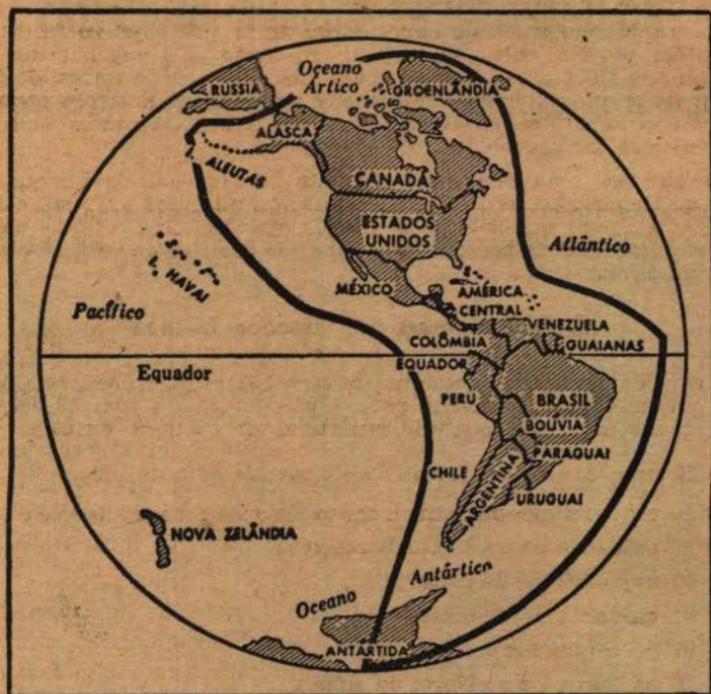
O exército do ar americano acha-se diante de sérias dificuldades no que respeita a pessoal. Na campanha de recrutamento organizada, em princípios de 1955, somente se apresentaram 1.700, dentre 5.000 oficiais chamados. Desses 1.700 candidatos, 800 foram recusados por incapacidade física.

A fim de evitar uma paralização do serviço, a aviação americana apelará para os oficiais da reserva no intuito de preencher as vagas.

• • •

O poder militar de qualquer nação não repousa somente no número de homens e armas e na bravura dos soldados nos campos de batalha, mas depende também da capacidade dos operários que trabalham nas fábricas de material bélico, assim como do padrão dos técnicos e cientistas, que nas oficinas e nos laboratórios contribuem silenciosamente para aumentar a potência dos engenhos de guerra.

A zona especial de segurança do continente, conforme ficou estabelecido na Conferência Internacional realizada no Rio de Janeiro em 1947



• • •

Conceito do Presidente João Café Filho sobre a função das forças armadas

“Não há por que deixar de confiar nos militares nem lhes recusar a faculdade, que mais um dever do que um direito, de interessar-se pelos problemas relacionados com a manutenção da ordem e a sobrevivência das instituições, de que eles são precisamente os maiores responsáveis, como partes integrantes do corpo nacional e como esteios incumbidos da missão de guardar e garantir o poder civil, com as armas que este lhes confia.

Numa época como a de hoje, em que os problemas políticos, sociais e econômicos estão mais do que nunca vinculados ao perigo das eclosões revolucionárias ou guerreiras, as forças armadas não podem cruzar os braços numa atitude de indiferença, que seria uma traição e um convite aos atentados à ordem jurídica e material.”

A HOMENAGEM DO JOCKEY CLUB BRASILEIRO AO EXÉRCITO NA SEMANA DE CAXIAS

BRILHANTE REUNIÃO TURFISTA-SOCIAL NO HIPÓDROMO BRASILEIRO

Discursos trocados entre o presidente daquela entidade, Dr. MARIO DE AZEVEDO RIBEIRO, e o General FLORIANO LIMA BRAYNER, em nome do Ministro da Guerra.

No último domingo de agosto, recebeu o Exército significativa homenagem do Jockey Club Brasileiro, com a qual foram encerradas as expressivas comemorações realizadas na Capital Federal, em memória do Duque de Caxias, cujo aniversário de nascimento as nossas forças armadas e a própria Nação, festejam anualmente com especial reverência e civismo.

Antes das corridas, o Presidente do Jockey Club, ofereceu aos nossos generais, um almoço, ao qual compareceram, além do Ministro da Guerra, vários chefes militares e quase todos os membros da atual Diretoria da aquela grande associação turfista.

Participaram da referida cerimônia: os generais Francisco Gil Castello Branco, Octávio Saldanha Mazza, Paulo Kruger da Cunha Cruz, Floriano de Lima Brayner, Achilles Paulo Gallotti, José Vieira Peixoto, Nicenor Guimarães de Souza, Nestor Souto de Oliveira, Mário Perdigão, Leônidas Amaro, Osvaldo de Araújo Motta, Nilo Horácio de Oliveira Sucupira, Virgílio Tourinho Bittencourt Filho, Ilídio Rômulo Colônia, Néelson Rebelo Queiroz, Floriano Peixoto Keller, Benjamin Rodrigues Galhardo, Euclides Pontes, Rodrigo José Maurício, Antônio Alves Filho, Almiro Pedro Vieira, Eduardo de Pontes, Augusto Frederico de Araújo Corrêa Lima, Arthur Luiz Augusto de Alcântara, Innade de Carvalho Tupper, Antônio Alves Filho, Octávio da Luz Pinto e Cap. Wilson Goulart Crossmann, do Coronel Geraldo de Menezes Côrtes, Chefe de Polícia, e dos diretores e membros dos demais conselhos do Jockey Club Brasileiro. Srs. Drs. Mário de Azevedo Ribeiro e Francisco Eduardo de Paula Machado, Ministros Luiz Gallotti e Napoleão Alencastro Guimarães, Almirantes Jorge Dodsworth Martins e Augusto do Amaral Peixoto, general Luiz Tolêdo, brigadeiro Reynaldo de Carvalho, desembargador Antônio Toscano Espinola e Drs. Aday Eiras de Araújo, José Moreira da Fonseca, Edgard Pereira Braga, Murillo Lavrador, Paulo Burlamaqui, Álvaro Werneck, Júlio Moura, Arthur Dias, Ibsen de Rossi, Jair Negrão de Lima, Carlos Mendes Campos, Pedro Magalhães Corrêa, Alberto Paiva Garcia, Jorge Tavares Guerra, José Cândido Miranda e Alfredo Augusto Ferreira.



No Salão Nobre do Hipódromo Brasileiro trocam cumprimentos o Ministro da Guerra, General Teixeira Lott e o Presidente Dr. Mario de Azevedo Ribeiro, na homenagem do Jockey Club Brasileiro ao Exército Nacional.

OS DISCURSOS TROCADOS

Ao champagne foram trocados significativos discursos entre os Srs. Dr. Mário de Azevedo Ribeiro, presidente do Jockey Club Brasileiro, e o general Floriano de Lima Brayner, delegado pelo ministro da Guerra, general Teixeira Lott, em nome do Exército, e que publicamos a seguir.

A SAUDAÇÃO DO PRESIDENTE DO JOCKEY CLUB BRASILEIRO

O Dr. Mário de Azevedo Ribeiro, presidente do Jockey Club Brasileiro, proferiu o seguinte discurso, de saudação ao Exército :

“Senhor Ministro. Senhores Generais — O Jockey Club Brasileiro inclui entre os deveres estatutários, além da finalidade esportiva, a participação da sociedade nos acontecimentos de caráter cívico. As grandes datas nacionais sempre mereceram destacado realce no transcurso de suas comemorações. A cooperação para objetivos comuns, na esfera de atividades convergentes, estabelece um elo de real proveito entre a nossa instituição e o glorioso Exército Brasileiro. Para obter o cavalo de guerra, dotado dos requisitos indispensáveis, multiplicam-se os esforços das agremiações turfistas, procurando selecionar os reprodutores de maior aptidão. As ações empreendidas, com a valiosa contribuição dos Serviços da Remonta, têm permitido um excelente apuro na qualidade dos produtos criados, que muito recomenda o trabalho efetuado. A efeméride consagrada no “Dia do Soldado” constitui uma oportunidade feliz para tributar justa homenagem à força armada que tanto se empenha em defender o porvir da Pátria. O nobre papel, que os fados reservaram ao Exército Nacional, está escrito nas belas páginas de heroísmo da nossa formação histórica. Durante uma longa evolução política, o Brasil atravessou fases de incertezas e crises desanimadoras. Em todos os lances difíceis, encontrou o apoio sólido e necessário na bravura e na segurança dos seus soldados. As lutas pela independência assinalaram feitos de entranhado patriotismo a concretizar legítimas aspirações. O ideal supremo da liberdade assegurou a vitória generosa. O progresso desejado impunha a garantia do regime que se fundava na esperança de um povo emancipado: Sob a bandeira imperial, abrigaram-se os corações de todos os brasileiros confiantes no zelo dos chefes militares. Os campos do Paraguai reafirmaram a fé nutrida nos valentes guerreiros. A mudança das instituições políticas obedeceu a imposições de uma consciência amadurecida. Coube ao Exército proclamar a República em momento decisivo da vida nacional. O movimento renovador surgiu com a proteção de prudentes guias militares. Foi uma época de puro idealismo onde sobressairam a abnegação e a renúncia. Na senda avassaladora do tempo, é lícito acentuar a presença de soldados eminentes em quase todos os episódios memoráveis que se prendem à história do país. Bem avisados andaram os companheiros de armas ao escolherem o ilustre patrono da classe. É uma figura em que se ajustam, de modo perfeito, o cidadão e o militar. Nos atos, que praticou, há exemplos admiráveis que cumpre exaltar. A lição do passado reviverá no futuro.

São os votos sinceros do quadro social do Jockey Club Brasileiro, ao homenagear os continuadores de Caxias, na obra inextinguível de resguardar a integridade da Pátria e o destino da nacionalidade. Em nome da Diretoria, a que tenho a honra de presidir, ergo a minha taça pela glória das sentinelas avançadas do Brasil!"

O AGRADECIMENTO DO EXÉRCITO

Em nome do Exército, delegado por S. Excia. o Ministro da Guerra, falou, assim, o general Floriano de Lima Brayner :

"Exmo. Sr. Presidente do Jockey Club Brasileiro. Exmo Sr. Ministro da Guerra; Srs. Oficiais-Generais. Meus Senhores. Deliberou V. Excia. Sr. Ministro da Guerra que a mim coubesse a honra de agradecer, em seu nome e no do Exército Brasileiro aqui representado, a homenagem que esta nobre associação presta, como nos anos anteriores, à lossa grande coletividade militar de terra, reverenciando a memória do Patrono do Exército, e maior cidadão-soldado do Brasil em todos os tempos. Outras fôssem as circunstâncias, Senhores, menos simples seria esta tarefa. Fácil, porém, se torna, diante da alta linhagem social, intelectual e moral dos que nos distinguem com a sua tradicional gentileza, neste momento, e que vêm mantendo, de ano para ano, o firme propósito de cimentar esta tradição, traduzida no encontro amável entre homens de responsabilidade pública no nosso país, expoentes de nosso organismo social, e um grupo de Chefes militares que se desvanecem em receber a homenagem que se presta à sua Corporação e ao seu glorioso Patrono. Nossos mais altos sentimentos comungam com os nobres intuitos que presidem esta homenagem que é, ao mesmo tempo, um preito de justiça às responsabilidades cívico-sociais do Exército Brasileiro, e mais um esplêndido florão para emoldurar a memória imperecível do DUQUE DE CAXIAS. Os homens que, em nossa Pátria, se votam à profissão das armas e nela encanecem na vigília incessante dos seus destinos, avessos, por formação, a qualquer espécie de casta, incompatível com a índole do povo brasileiro, não se podem distanciar das vibrações da sociedade civil, com a qual se mantêm identificados, para uma melhor compreensão dos fenômenos político-sociais da nacionalidade — Senhores — A vida segue na corrente dos destinos de cada um. Renovam-se as Diretorias do Jockey Club Brasileiro. Substituem-se os Chefes militares. Muitos dos que em anos anteriores participaram dêste cordial encontro já se recolheram definitivamente à tranquilidade do lar; outros, DEUS já chamou à sua mansão eterna. Os homens passam, a tradição fica e se consolida porque cimentada em sentimentos de alto padrão moral. Não são de hoje os laços que nos ligam a êsse nobre e tradicional Jockey Club Brasileiro, em cujo seio sempre tiveram calorosa acolhida as melhores aspirações e iniciativas ligadas à Remonta do Exército. O alto sentido patriótico de sua ação nos leva a reverenciar, neste momento, a memória dêsse inolvidável brasileiro que foi LINNEU DE PAULA MACHADO, cujos exemplos marcantes continuam a

iluminar o cenário da criação nacional e a obra imperecível do Jockey Club Brasileiro — Sr. presidente do Jockey Club Brasileiro: V. Excia. e seus dignos pares, ao retomarem, nesta festa gratulatória, os rumos da tradição que se vem consolidando desde 1945, podem ficar certos de que o Exército Brasileiro, oriundo de tôdas as camadas de uma sociedade civil eminentemente anti-militarista, guarda no recondito de sua consciência o orgulho de uma convicção intransigentemente civilista. Esse era o sentimento dominante na personalidade do Soldado-Padrão cuja figura austera iluminou páginas edificantes de nossa História, como fonte de inspiração, na preservação dos destinos de nossa Pátria. Sentinela da legalidade e da intransigente sustentação da ordem civil e das instituições, CAXIAS nos distanciou dos tiranos e aventureiros que pontilharam episódios da História do Continente, legando-nos uma consciência jurídica que nos coloca em profundo antagonismo com qualquer forma de usurpação do Poder. É por isso que nós, soldados do BRASIL, cada ano que passa sentimos que mais se agiganta a figura homérica de nosso Patrono, na evidenciação de suas virtudes, de cidadão e de soldado. DEUS nos inspirará, como a todos os homens de bem do BRASIL, para que a serenidade dos nossos atos seja sempre inspirada nos seus exemplos edificantes e no supremo interêsse da PÁTRIA. E assim voltaremos; ou outros voltarão, nos anos vindouros, a este amável convívio de homens de boa vontade, sob a égide do Patrono do Exército, para reafirmarmos nossa inabalável confiança na vitalidade e na marcha ascensional da NAÇÃO BRASILEIRA. A V. Excia. Sr. Presidente, e ao Jockey Club Brasileiro, em nome do Sr. Ministro da Guerra agradeço a homenagem prestada ao Exército Nacional e ao seu glorioso Patrono, formulando os mais calorosos votos pela crescente prosperidade desta nobre e tradicional instituição."

* * *

Um bom exército é uma escola de disciplina hierárquica, que prepara para a disciplina social; é, ao mesmo tempo, uma escola de trabalho, de sacrifício e de patriotismo. Um exército bem organizado é uma das criações mais perfeitas do espírito humano, porque nêle se exige e se obtém o abandono dos mesquinhos interêsses individuais, em nome dos grandes interêsses coletivos; nêle se exige e se obtém que a entidade homem, de ordinário tão pessoal e tão egoísta, se transfigure na obstração dever; nêle se exige e se obtém o sacrifício do primeiro e do maior de todos os bens que é a vida, em nome do princípio superior de pátria.

Compreende-se fâcilmente que uma instituição dessa natureza, que destaca, e põe em relêvo, e fortalece aquilo que há de nobre e heróico, e de sublime no barro comum — tem que exercer forçosamente uma influência salutar sôbre o desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades.

Se essa influência, que sempre se fêz sentir nas sociedades cultas da Eurípa, trabalhadas por dois mil anos de civilização, é, nas velhas sociedades já formadas, um meio valioso de aperfeiçoamento, que os filósofos reconhecem e assinalam — num país como o Brasil ela será com mais forte razão, um fator poderoso de formação e de transformação de uma sociedade retardada e informe.

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas :

COMPANHIA FARMACÊUTICA BRASILEIRA — Vicente Amato Sobrinho — Matriz : São Paulo — Filial : Rua Senador Dantas n. 48 — Rio de Janeiro — Telefones 42-0335, 42-1316.

ALBERTO GUEDES DA SILVA — Fábrica de pratarias — Artefatos de jacarandá com aplicações em prata — Rua Professôra Ester de Melo, 78 — Benfica — Tel. 48-3156 — End. Teleg. "Praguedes" — Rio — Patente de Registro 108.446 — Importação — Exportação.

CASA SANTO ANTONIO — Cardoso, Matos & Cia. Ltda. — Rua Dr. Oliveira Botelho, 1700 — Tel. 5961 (Em frente à Estação da Maricá) — Neves — São Gonçalo — E. do Rio — Filial : Rua Conceição 183 — Niterói — Estado do Rio.

IMPORTADORA DE FERRAGENS S.A. — Caminhões e Ônibus "GMC", Automóveis "OPEL" — Peças e acessórios — ampla Oficina, Pôsto de Lavagem, na Filial do Rio de Janeiro — Rua São Luiz de Gonzaga, 527 — Distrito Federal.

BORUP & CIA. — Fábrica de Rôlhas Metálicas — Rua José Bonifácio, 694-708 — Rio de Janeiro.

CIA. HARKSON INDUSTRIAL E COMÉRCIO KIBON — Rua Visconde Niterói, 1.364 — Telefone 48-6262 — Rio de Janeiro.

ORGANIZAÇÃO TUDAUTO S.A. "MERCEDES BENZ" — Av. Presidente Wilson, 210-7º And. — Rio de Janeiro.

CORRETOR DE FUNDOS PÚBLICOS — IRMAOS LIPS DA CRUZ — Rua da Candelária, 9-4º, S/401 a 403 — Telefone 23-1711 — Endereço Telegráfico "Gelips e Stock".

BANCO DO COMÉRCIO S.A. — O mais antigo da Praça do Rio de Janeiro — Fundado em 1875 — Rua do Ouvidor, 93-95 — Caixa Postal, 653 — End. Teleg. "Bancocio" — Telefone 43-8966.

CERVEJARIA MAURIN — Rua Barão Iguatemi, 405 — Tel. 28-2706 — Rio de Janeiro.

HINDLER, ADLER & CIA. "CHEVROLET" — Filial de Copacabana : Automóveis, Acessórios e Oficinas — Av. Princesa Isabel, 88 — Telefones 37-3147 e 37-2135 — Rio de Janeiro.

IMPRESA COMERCIAL IMPORTADORA LTDA. — Rua Araujo Pôrto Alegre, 70-8º Sala 806 — End. Teleg. "Ecil" — Telefones 42-9460 e 42-9649 — Rio de Janeiro.

ABRICA DE TECIDOS CONFIANÇA — Rua Artidoro Costa, 67 — Telefone 38-4440 — Rio de Janeiro.

- CHAME IMPORTADORA COMERCIAL S.A.** — Rua da Alfândega, 325
— Telefone 23-3849 — Rio de Janeiro.
- MATHEIS TEXTEIS CIA.** — Rua Beneditinos, 17-2º And. — Tele-
fone 43-2860 — Rio de Janeiro.
- S.A. TÉCNICA MURRAY DE ORGANIZAÇÃO E MECANIZAÇÃO** —
Máquinas de Escrever — Somar — Calcular — Relógios de
Ponto, etc. — Av. Erasmo Braga, 227-B — Telefone 32-4783.
- NEVACO — COMÉRCIO E INDÚSTRIA NEVA LTDA.** — Av. Rio
Branco, 39-17º — Salas 1704/5/6/8 — Fones 23-1449 e 43-0031.
- S/A MOINHO SANTISTA INDÚSTRIAS GERAIS** — Rua Teófilo Ottoni,
n. 15-5º and. — Rio de Janeiro.
- MESBLA S/A** — Rua do Passeio, 42 a 46 — Telefone 22-7720 — Rio de
Janeiro — Distrito Federal.
- MESBLA S/A** — Rua Visconde do Rio Branco, 521 — Telefone 7311 —
Niterói — Estado do Rio de Janeiro.
- BANCO COMÉRCIO DE MINAS GERAIS S/A** — A Chave da Segurança
de sua Economia e da sua Renda — Fundado em 1924 — Rua 1º de
Março, 15 — Telefone 23-2414 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.
- INTERAMERICANA DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S/A** —
Av. Rio Branco, 81-4º and. — Telefone 23-5880 — Rio de Janeiro.
São Paulo — Rua Álvares Penteado, 218-5º and.
- CASAS DAS CORTINAS LTDA.** — Rua Riachuelo, 23 a 25 — Tele-
fone 42-7872 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.
- PLANURBA — PLANOS DE URBANISMO PLANUBA S/A** — Av. Almi-
rante Barroso, 2-15º and. — Telefone 22-9511 — Rio de Janeiro —
Distrito Federal.
- CIA. IMOBILIÁRIA IMPERIAL S/A** — Av. Churchill, 129-11º and.
S/1101 — Telefone 42-9256 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.
- COMPANHIA AUTOCARROÇARIAS CERMAVA** — Fábrica — Rua Co-
ronel Almeida, 53 — Piedade — Telefone 49-8068 — Av. N.S. de
Fátima, 22-A — Rio de Janeiro — Telefone 22-5951.
- A EXPOSIÇÃO MODAS S/A** — Escritório — Av. 13 de Maio, 23-2º and.
— Telefone 32-6060 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA DOCAS DA BAHIA** — Av. Baira-Mar, 262-4º and. — Tele-
fone 52-7022 — End. Teleg. : "DOCBA" — Rio de Janeiro.
- BANCO FRANCÊS E BRASILEIRO S/A** — Praça Pio X, 54-A — Tele-
fone 52-2170 — Correspondente do Crédit Lyonnais — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA UNIVERSAL DE FÓSFOROS** — Fósforos de Propaganda,
Brindes e Fantasia — Escritório — Av. Graça Aranha, 182-12º and.
— Telefone 22-5111 — Rio de Janeiro.
- "HOOS" MAQUINAS MOTORES LTDA.** — Av. Rio Branco, 25-16º and.
— Telefone 43-3510 — Rio de Janeiro.

LOWNDES & SONS, LTDA. — Administradores de bens; Corretores de Imóveis e Seguros — Escritório — Av. Pres. Vargas, 290-1º and. — Telefone 43-0905 — Rio de Janeiro.

COMPANHIA IMOBILIARIA KOSMOS — Rua do Carmo, 27-A, Telefone: 52-8010 — Rio de Janeiro.

COLÉGIO ANGLO AMERICANO — Praia de Botafogo, 374 — Telefone: 26-1321 — Rio de Janeiro.

CASSIO MUNIZ S.A. — Rua Senador Dantas, 70 — Loja — Telefone: 52-7221 — RIO de Janeiro.

"E. T. E. C." — **EMPRESA DE TERRAPLANAGEM ENGENHARIA** — Av. Nilo Peçanha, 12-5º, S/526 — Rio de Janeiro.

BACOREP S.A. — Av. Rio Branco, 81-21º And. — Rio de Janeiro.

COMPANHIA DEODORO INDUSTRIAL — Av. Rio Branco, 26-7º And. — Rio de Janeiro.

"S. O. M. T." — **SOCIEDADE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE METAIS LTDA.** — Av. Graça Aranha, 226-10º, S/1017 — Rio de Janeiro.

FRIGORÍFICO SANTO ANDRÉ "KLEMM LTDA." — Av. Higienópolis, 280 — Caixa Postal, 69 — Santo André — Estado de S. Paulo.

COMPANHIA QUÍMICA RHODIA BRASILEIRA — Rua Líbero Badaró, 119-6º And. — Caixa Postal, 1.329 — São Paulo.

EMPRESA AUTO-ÔNIBUS SANTO ANDRÉ S.A. — Rua Gertrudes de Lima, 219 a 227 — Santo André — Estado de São Paulo.

COMERCIAL E IMPORTADORA SÃO CAETANO DO SUL LTDA. — Peças e Acessórios para Automóveis — Rua João Pessoa, 116 — Caixa Postal, 92 — São Caetano do Sul — Estado de São Paulo.

"BRASIL" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS — Sede: São Paulo — Sucursal no Rio de Janeiro — Av. Rio Branco, 4-3º And. — Caixa Postal, 1.266 — Distrito Federal.

SINDICATO DOS ESTIVADORES DO RIO DE JANEIRO — Rua Antônio Lage, 42-3º And. — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

OFÍCIO — TABELIAO Dr. EROS M. MELLO VIANA — Rua do Rosário, 138 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

ALFAIATARIA COLUMBIA — Aceita-se cortes à feitiço — Rua Miguel de Frias n. 48 — Tel.: 28-2741 — Ponte dos Marinheiros — Rio de Janeiro.

UCYRUS-ERIE COMPANY — South Milwaukee-Wisconsin U.S.A. — **W.F. HARCOURT-PALMER** — Engenheiro Representante — Avenida Presidente Wilson, 198-7º, S/703 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

- ALIANÇA DA BAHIA CAPITALIZAÇÃO S/A.** — Capital Realizado Cr\$ 2.000.000,00 — Sede social — Bahia — Agência geral no Rio de Janeiro — Av. Pres. Vargas, 642 — Tel. : 52-2108.
- E.G. FONTES & CIA.** — Av. Nilo Peçanha, 12-9º, S/901 e 903 — Rio de Janeiro.
- IPAMA IMPORTADORA PRODUTOS DE AÇOS, MADEIRAS LTDA.** — Av. Franklin Roosevelt, 115 — Grupo 1101 — Tel. : 32-3335 — Material ferroviário — Madeiras e Esquadrias.
- COMPANHIA FIAÇÃO TECIDOS "COVILHA"** — Casemiras finas de pura lã — Fábrica : Rua Garibaldi, 169 a 187 — Caixa Postal, 1853 — Rio de Janeiro.
- BANCO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL** — Matriz : Avenida Rio Branco n. 39/41 — Tel. : 43-4885 — Filial : Avenida Nilo Peçanha n. 12 — Tel. : 52-6122 — Agências : Campo Grande — Av. Cezário de Melo n. 1.188-b — Tel. : CGR 648 — Madureira — Travessa Alice de Freitas n. 43A — Tel. : MHS 1022 — Jacarepaguá : Av. Geremario Dantas n. 56 — Tel. : JPA 453 — Meyer : Rua Frederico Meyer n. 22 — Tel. : 29-7915 — Penha : Rua Custódio de Melo n. 81A — Tel. : 30-5311.
- "ATLAS COMERCIAL" EQUIPAMENTOS E MATERIAIS LTDA.** — Escritório : Av. Almirante Barroso, 72-13º And. — Tel. : 22-9981 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA CARNASCIALI INDÚSTRIA E COMÉRCIO** — Avenida Beira Mar, 200-1º And. S/201 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA** — Rua Marquês de Sapucaí n. 200 e José Higino n. 115 — Rio de Janeiro — Filiais em São Paulo, Curitiba, Pôrto Alegre, Passo Fundo, Belo Horizonte, Bahia e Recife.
- "MAGALHÃES SUCUPIRA & CIA. LTDA."** — Tecidos, Fardamentos, Esportes e Campanha — Rua São Bento, n. 7 — Telefones 23-4016 e 23-6216 — Caixa Postal — 1966 — Rio de Janeiro.
- "FERRAGENS SÃO PEDRO LTDA."** — Importadores — Ferragens, Ferramentas, Tintas, Oficinas especializadas na execução de qualquer tipo de chaves e consertos de fechaduras "Yale", tipo "Yale" e para automóveis — Av. Presidente Vargas, 710 — Rio de Janeiro.
- "USINA BARCELOS"** — E. do Rio.
- COMPANHIA AGRÍCOLA INDUSTRIAL MAGALHÃES** — Praça Pio X, 98-7º — S-704 — Rio de Janeiro.
- FABRICA DE CAIXAS DE FERRO PARA ELETRICIDADE — H. MONKEN & CIA. LTDA.** — Rua Bráulio Cordeiro, 563 — Rio de Janeiro.
- CIA. HARKSON INDUSTRIAL E COMÉRCIO KIBON** — Rua Visconde de Niterói, 1.364 — Rio de Janeiro.
- CASA BALNEARIO** — Laticínios, Cereais, Doces, Conservas, Massas, Biscoitos e Cereais finos — Rua Gerson Ferreira, n. 191-B — Ramos — Rio de Janeiro.
- E.R. SCHEID** — Papelaria, Tipografia, Carimbos de Borracha e Material de Desenho — Fornecedor dos Ministérios Militares — Av. Presidente Vargas, 529-s/1211 — Tel. : 23-4830.

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra,
publicados no mês de julho de 1955

PORTARIA N. 461 — DE 27 DE DECRETO N. 37.573 — DE 5 DE
JUNHO DE 1955 JULHO DE 1955

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com a proposta do Estado-Maior do Exército, constante de seu Ofício número 731-C, de 7 de junho de 1955, resolve acrescentar ao art. 35 das Instruções Reguladoras do Aperfeiçoamento de Sargentos, aprovadas pela Portaria n. 72, de 19 de março de 1955, um parágrafo único, com a seguinte redação:

"Parágrafo único — Quando o Curso, por qualquer circunstância, não puder funcionar, prevalecerá para o ano seguinte o resultado dos candidatos aprovados, que concorrão à matrícula com os graus obtidos, desde que satisfaçam às demais exigências para a matrícula. Se o não funcionamento decorrer da insuficiência de candidatos aprovados, a matrícula destes ficará assegurada".

("D.O." n. 149, de 1-VII-955.)

Despacho: No Ofício n. 278, de 22 de junho de 1955, em que a Comissão de Promoções do Exército, submete à consideração do Sr. Ministro a ordem de precedência dos Oficiais Dentistas do Exército, para a organização do respectivo Quadro e elaborada de acordo com o Decreto n. 36.824, de 27 de janeiro de 1955, foi exarado o seguinte despacho: — Aprovo. Publique-se.

Ordem de precedência dos Oficiais Dentistas do Exército, para a organização do respectivo Quadro, aprovada pela CPE, em sessão número 11, de 4 de junho de 1955.

(Organizada conforme o Decreto n. 36.824, de 27 de janeiro de 1955).

("D.O." n. 152, de 5-VII-955.)

Aprova as Instruções para concursos no Magistério do Exército

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem os incisos I e XI do art. 87, e em face do art. 168, inciso VI, e artigo 174, tudo da Constituição Federal, e de acordo com o § 1º do art. 2º do Decreto-lei n. 103, de 23 de dezembro de 1937, combinado com os arts. 1º e 3º do Decreto-lei n. 8.922, de 26 de janeiro de 1946, decreta:

Art. 1º. Ficam aprovadas as Instruções para concursos no Magistério do Exército, baixadas com o presente Decreto, a que se refere o § 1º do art. 1º do Decreto número 37.396, de 26 de maio de 1955, elaboradas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, em face das atribuições que lhe conferem o art. 59 da Lei do Ensino Militar (Decreto-lei n. 4.130, de 26 de fevereiro de 1942).

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1955; 134º da Independência e 67º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO
Henrique Lott

(Suplemento ao n. 152, de 5-VII-955.)

PORTARIA N. 491 — DE 4 DE
JULHO DE 1955

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra aprovando o parecer do Estado-Maior do Exército em seu Ofício n. 491-C, de 1 de Julho de 1955, e de acordo com o art. 59 da Lei de Ensino Militar

(Decreto n. 4.130, de 26 de fevereiro de 1942 resolve determinar e suspensão, no corrente ano, no funcionamento do Curso de Foto-Informação para Sargentos da Escola de Instrução Especializada.

("D.O." n. 155, de 8-VII-955.)

AVISO N. 495-D4 — EM 4 DE JULHO DE 1955

Considerando a necessidade de se exercer um efetivo controle sobre as qualidades de pólvoras e explosivos, mantidas em estoque pelas firmas habilitadas ao comércio desses produtos, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 7º do Decreto n. 1.246, de 11 de dezembro de 1936, determino:

1 — As firmas registradas para o comércio de pólvoras e explosivos só poderão manter em seus estabelecimentos, o máximo de 25 kg de pólvora e 1.000 metros de estopim;

2 — As firmas registradas para tal comércio, que necessitem manter estoque superior ao fixado acima, deverão requerer autorização da autoridade militar competente, declarando a posse de depósitos em separado, registrado no Ministério da Guerra, em obediência às prescrições do Decreto n. 1.246, de 11 de outubro de 1936, ou utilização de depósitos já licenciados, pertencentes a outras firmas, para o armazenamento do estoque excedente;

3 — Nos "certificados de registro sumário" deverão ser indicadas as quantidades máximas de pólvoras, explosivos e acessórios de explosivos que as firmas registradas poderão adquirir para seu comércio — Henrique B. Duffles Teixeira Lott, Ministro da Guerra.

("D.O." n. 156, de 9-VII-955.)

PORTARIA N. 498 — DE 6 DE JULHO DE 1955

(*) O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, no seu Ofício n. 664-C, de 2 de Junho de 1955, aprova as instruções Provisórias para funcionamento do Curso de Técnica de

Ensino no ano de 1955, que com esta baixam.

(*) As instruções a que se refere a presente Portaria serão publicadas no Boletim do Exército.

("D.O." n. 159, de 13-VII-955.)

DECRETO N. 37.581 — DE 11 DE JULHO DE 1955

Aprova o Regulamento para o Depósito Central de Armamento

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, n. I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento para o Depósito Central de Armamento, que com este baixa, assinado pelo General de Exército Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, Ministro de Estado da Guerra.

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1955; 134º da Independência e 67º República.

JOÃO CAFÉ FILHO
Henrique Lott

("D.O." n. 160, de 14-VII-955.)

PORTARIA N. 416 — DE 4 DE JUNHO DE 1955

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, em face dos considerandos e dos termos da Portaria n. 231, de 5 de abril de 1955 (D.O. de 9 de abril de 1955), resolve, de acordo com o art. 59 da Lei do Ensino Militar (Decreto-Lei número 4.130, de 26 de fevereiro de 1942), baixar, com a presente, as instruções para admissão temporária de professores de Canto Orfeônico no Colégio Militar.

("D.O." n. 161, de 15-VII-955.)

DECRETO N. 37.582 — DE 11 DE JULHO DE 1955

Cria o Capacete de palha verde-oliva, com aba, para uso das Unidades destacadas na fronteira e do 1º Grupoamento de Engenharia

("DO" n. 168, de 25-VII-955.)

**PORTARIA N. 527 — DE 8 DE
JULHO DE 1955**

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve aprovar as "Instruções para desembaraço alfandegário de produtos controlados pelo Ministério da Guerra".

("D.O." n. 170, de 27-VII-955.)

**LEI N. 2.550 — DE 25 DE JULHO
DE 1955**

Altera dispositivos do Código Eleitoral e dá outras providências

("D.O." n. 171, de 28-VII-955.)

**PORTARIA N. 550 — DE 15 DE
JULHO DE 1955**

Cria para funcionamento, ainda em 1955, o Curso de Aperfeiçoamento da QMG — 55 — Transportes

("D.O." n. 171, de 28-VII-955.)

**PORTARIA N. 575 — DE 19 DE
JULHO DE 1955**

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acôrdo com o parecer do Estado-Maior do Exército, visando subordinar as unidades rodo-ferroviárias, sediadas no território da Zona Militar Sul, a uma única autoridade, tanto na parte relativa à instrução como na parte relativa à administração e disciplina, resolve que as referidas unidades fiquem, também, quanto à administração e disciplina, subordinadas à Zona Militar Sul.

("D.O." n. 172, de 29-VII-955.)

Restaurante À CABAÇA GRANDE

CASA DAS PEIXADAS

J. Machado

RUA DO OUVIDOR, N. 8 (Pertinho do Mar)

Tel. : 43-2240

Rio de Janeiro

NÃO ABRE AOS DOMINGOS E FERIADOS

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Redação e Administração :

Edifício do Ministério da Guerra — 3º andar — Rua Visconde da Gávea

PRAÇA DA REPÚBLICA — Telef. 43-0563

Correspondência :

Para a Gerência : Caixa Postal 17, Agência do Ministério da Guerra

Colaborações : Diretor-Secretário, mesmo endereço

*

De acordo com a Lei, a Revista não se responsabiliza por idéias, juízos, opiniões, etc., contidos em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Revista com referência a problemas debatidos nas suas páginas, sua orientação doutrinária, etc., terão sempre em vista os altos interesses da defesa nacional e serão expressas no respectivo "Editorial" ou em artigos da Redação.

Não serão restituídos, em caso algum, originais de trabalhos recebidos para publicação.

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, impresso em dezembro de 1943, na Imprensa Nacional.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

PREÇOS DAS ASSINATURAS PARA AS CLASSES ARMADAS

| | |
|--------------------|-------------|
| Ano..... | Cr\$ 100,00 |
| Semestre..... | Cr\$ 50,00 |
| Número avulso..... | Cr\$ 10,00 |

Obs. : O pagamento das assinaturas poderá ser efetuado em 4 prestações devendo a última prestação ser remetida no mês de novembro.

Aos Srs. Representantes

A Gerência da Revista solicita ao prezado representante :

- 1) Encaminhar oficialmente a revista para o assinante que fôr transferido e cujo conste da guia.
- 2) Comunicar via rádio a transferência de qualquer assinante, esclarecendo a Unidade, Repartição ou Estabelecimento para onde foi transferido.
- 3) Devolver-nos sem demora o recibo.
- 4) Fiscalizar os descontos dos assinantes e se possível a remessa ; agradeceríamos uma comunicação via rádio para providenciarmos o recebimento ou reclamação se fôr o caso ; facilitaria o nosso controle se se fizesse referência ao número da guia de remessa bem como o número da ordem de pagamento.
- 5) De seis em seis meses envia-nos uma relação completa dos assinantes da unidade, para uma verificação no fichário e evitar assim falhas ou enganos que redundam no prejuízo do assinante.
- 6) Para facilidade do serviço de controle, os pagamentos devem ser efetuados rigorosamente de acordo com as normas estabelecidas na presente nota.
- 7) Mande, se possível com a maior urgência, nome da rua, número, bairro, cidade e caixa postal de sua unidade, estabelecimento ou repartição ; estes dados facilitam a repartição do correio a entrega com maior rapidez.

BIBLIOTECA MILITAR
SEÇÃO DE REVISTAS
Publicado no Bol. n.º 19, de 30-12-1947

"A Defesa Nacional" ainda não conseguiu contar com o número de assinantes que seria de esperar não só da variedade como do valor instrutivo dos artigos que publica.

Esse fato é tanto mais inexplicável quanto existem nos quadros do Exército alguns milhares de oficiais que por ela deviam interessar-se como leitores e seus colaboradores.

A propósito, temos a satisfação de transcrever aqui o Aviso n. 99, de 22-I-947, no qual o Exmo. Sr. Gen. Canrobert Pereira da Costa, fez uma expressiva recomendação deste mensário à todo o Exército.

AVISO N. 99, DE 21-I-947

Tendo em vista que "A Defesa Nacional" vem cooperando, ininterruptamente, há 34 anos, na obra de aperfeiçoamento, ampliação e divulgação de conhecimentos técnico-profissionais e de cultura geral, úteis à formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, aprez-me recomendá-la à atenção e interesse de todos os oficiais, quer intelectualmente nela colaborando, quer materialmente, fazendo-se seus assinantes.

Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões do comando e da administração do Exército.

(a) Gen. Canrobert P. da Costa.